

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**SOLANGE PARISOTO**

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO SICREDI/RS E O CRÉDITO RURAL: UMA  
ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ENERGIAS TRADICIONAIS  
E SUSTENTÁVEIS**

**Porto Alegre**

**2017**

### CIP - Catalogação na Publicação

Parisoto, Solange  
COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO SICREDI/RS E O CRÉDITO  
RURAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E  
ENERGIAS TRADICIONAIS E SUSTENTÁVEIS / Solange  
Parisoto. -- 2017.  
173 f.  
Orientador: Tania Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa  
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,  
2017.

1. Cooperativismo de Crédito. 2.  
Sustentabilidade. 3. Produção de Alimentos. I. Silva,  
Tania, orient. II. Título.

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO SICREDI/RS E O CRÉDITO RURAL: UMA  
ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ENERGIAS  
TRADICIONAIS E SUSTENTÁVEIS**

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Tania Nunes da Silva

**Porto Alegre**

**2017**

Dedico esse trabalho com amor e carinho ao meu esposo, minha família e a todos que contribuíram e me auxiliaram ao longo de todo o processo.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente à Deus, pela vida e a possibilidade de empreender esse caminho evolutivo, por propiciar tantas oportunidades de estudos e por colocar em meu caminho pessoas amigas e preciosas.

A orientadora, Prof. Dra. Tania Nunes da Silva, um agradecimento carinhoso pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade e incondicional dedicação e direcionamento na execução desse trabalho.

Aos demais professores que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento dessa dissertação.

Aos colegas de classe que compartilharam comigo esses momentos de aprendizado.

Aos dirigentes, executivos e demais colegas do Sicredi, especialmente da Cooperativa SICREDI Serrana, pelo apoio e dedicação durante o processo de coleta de dados e análise do estudo de caso.

Finalmente e não menos importante, a minha família e amigos, especialmente ao meu esposo e incondicional companheiro, que mesmo estando, em alguns momentos, a alguns quilômetros de distância, se manteve incansável em suas manifestações de apoio e carinho.

## RESUMO

Considerado pela literatura moderna como um dos principais problemas da atualidade e que tende a se agravar no futuro caso não sejam revistas políticas e ações governamentais e da sociedade civil, a escassez alimentar vem ganhando espaço nas discussões da sociedade como um todo. De acordo com as projeções da ONU, para alimentar a população estimada para 2050 (algo em torno de 9,6 bilhões de pessoas) será necessário um crescimento da produção alimentar em 60%. Entretanto, para atingir tal meta há de se avaliar as restrições, como expansão de áreas destinadas à produção de alimentos, falta de espaço físico, solo com baixa fertilidade e fontes escassas de água, investimentos e qualidade dos produtos.

Outrossim, é muito importante ter uma visão abrangente do sistema alimentar, levando em consideração todos os agentes que podem contribuir para a solução do problema. Nesse cenário, avalia-se a contribuição de organizações como as cooperativas de crédito, que com seu forte cunho social, tem como objetivo organizar a sociedade para fortalecer-se e assim superar, juntos, os desafios apresentados pelo processo de globalização em que estamos inseridos.

Nos últimos anos, pesquisadores e estudiosos têm retratado a evolução e importância do cooperativismo de crédito enquanto impulsionador do desenvolvimento local, embasado pelo princípio do “interesse pela comunidade”, que visa promover avanços sociais e econômicos significativos para seus beneficiários e, por conseguinte, atingir a sustentabilidade das organizações e dos próprios indivíduos. Neste contexto, o crédito rural cooperativo é considerado um dos grandes impulsionadores na produção de alimentos sustentáveis e energia limpa. Para as pequenas comunidades essa modalidade de crédito é uma importante ferramenta para fomento da atividade produtiva e, também, na permanência das famílias no campo. Dessa forma, as cooperativas de crédito, através da contribuição mencionada, desempenham um importante papel na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde as mesmas estão inseridas.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Produção de Alimentos e Energias, Cooperativas de Crédito e Crédito Rural.

## ABSTRACT

Considered by modern literature as one of the major problems today and that tends to worsen in the future if political, governmental and civil society actions are not reviewed, the food shortage has been gaining space in discussions of society as a whole. According to the projections, to feed the estimated population of 2050 (around 9.6 billion people) it will be necessary a 60% increase in food production. However, to achieve this goal there is a need to assess the constraints, such as expansion of food producing areas, lack of physical space, low soil fertility and scarce water sources, investments and quality of products.

Furthermore, it is very important to have a comprehensive view of the food system, taking into account all actors that can contribute to the solution of the problem. In this scenario, to evaluate the contribution of organizations such as credit unions, that with your strong social nature, aims to organize the society to strengthen themselves and overcome together the challenges presented by the process of globalization we are in.

In recent years, researchers and scholars have portrayed the evolution and importance of the credit cooperatives while local development booster, based on the principle of "community interest", which aims to promote social and economic significant advances for their beneficiaries and, consequently, achieve the sustainability of organizations and individuals themselves. In this context, rural credit cooperative is considered one of the great boosters in sustainable food production and clean energy. For small communities this credit mode is an important tool for promoting productive activity and also the permanence of families in the country side. In this way, credit unions, through the mentioned contribution, play an important role in improving the quality of life of the communities where they are inserted.

**Keywords:** Sustainability, Production of Foods and Energy, Credit Unions and Rural Credit.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matriz Energética Brasileira Atual.....	40
Figura 2 - Evolução da oferta de Bioeletricidade de 1970 a 2014, no Brasil.....	44
Figura 3 - Custeio da Produção Rural no Brasil.....	46
Figura 4 - Símbolo do Cooperativismo Mundial - ACI.....	54
Figura 5 - Comparativo Bancos Comercias e Cooperativas de Crédito.....	64
Figura 6 - Mapa do Cooperativismo de Crédito no Mundo.....	65
Figura 7 - Crescimento Anual do Crédito no Brasil.....	70
Figura 8 - Crescimento das Cooperativas de Crédito no Brasil.....	72
Figura 9 - Expansão do Cooperativismo de Crédito no Brasil 2008-2015.....	73
Figura 10 - Distribuição das Cooperativas do Brasil.....	75
Figura 11 - Estruturação do IDH.....	79
Figura 12 - Desempenho das Cooperativas de crédito do Oeste do Paraná.....	82
Figura 13 - Estrutura do SICCOOB.....	85
Figura 14 - Mapa de Atuação do SICCOOB.....	86
Figura 15 - Estrutura da UNICRED.....	87
Figura 16 - Presença UNICRED no Brasil.....	88
Figura 17 - Estrutura do CECRED.....	89
Figura 18 - Presença CECRED no Brasil.....	90
Figura 19 - Organograma Institucional do CRESOL.....	91
Figura 20 - Presença CRESOL no Brasil.....	92
Figura 21 - Organograma do SICREDI.....	93
Figura 22 - Presença do SICREDI no Brasil.....	94
Figura 23 - Fluxo de Tomada de Decisão .....	99
Figura 24 - Produtos e Serviços com Benefício Ambiental e Social.....	100
Figura 25 - Desenvolvimento Local Através do Ciclo Virtuoso.....	102
Figura 26 - Quadro Comparativo dos Cinco Principais Sistemas de Crédito Cooperativos no Brasil .....	103
Figura 27 - Distribuição da Concessão de Crédito no Sistema SICREDI, no Brasil...	109
Figura 28 - Distribuição do Crédito Rural do SICREDI por Estados.....	110
Figura 29 - Distribuição do Crédito Rural entre Homens e Mulheres.....	111
Figura 30 - Distribuição do Crédito Rural nas Faixas Etárias no SICREDI.....	112



Figura 31 - Distribuição do Crédito Rural nas Faixas Etárias no RS.....	112
Figura 32 - Distribuição do Crédito Rural entre Homens e Mulheres na Cooperativa SICREDI Serrana.....	121
Figura 33 - Distribuição por Faixa Etária na Cooperativa SICREDI Serrana.....	122
Figura 34 - Perfil das Quadro Cooperativas de Crédito Escolhidas.....	124
Figura 35 - Retorno da Entrevista.....	125
Figura 36 - Evolução da Cooperativa Sicredi Serrana RS.....	129
Figura 37 - Área de atuação da Cooperativa SICREDI Serrana RS.....	130
Figura 38 - Perfil dos Associados.....	132
Figura 39 - Perfil dos Colaborares .....	133
Figura 40 - Números das Cooperativa SICREDI Serrana RS.....	135
Figura 41 - Capacitação de Associados em Manuseio de Máquinas Agrícolas.....	136
Figura 42 - Capacitação Colaboradores e Associados sobre Educação Financeira..	137
Figura 43 - Projeto União Faz a Vida da Cooperativa SICREDI Serrana RS.....	138
Figura 44 - Cooperativas Escolares.....	139
Figura 45 - PIB da Agropecuária do Rio Grande do Sul por Segmento em 2016.....	151
Figura 46 - Energias Renováveis: Evolução da participação no Brasil.....	153
Figura 47 - Projeção da Oferta de Energia Renovável no Mundo.....	154
Figura 48 - Questão de Pesquisa, Objetivos, Referencial Teórico, Método de Coleta de Dados e Resultados Encontrados.....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países Mais Populosos.....	34
Tabela 2 - Dados dos Ramos das Cooperativas no Brasil.....	62
Tabela 3 - Números das Cooperativas de Crédito no Mundo por Continente.....	67
Tabela 4 - <i>Ranking</i> Mundial das Cooperativas de Crédito Associadas.....	68
Tabela 5 - Expressão do Cooperativismo de Crédito no Mundo.....	69
Tabela 6 - Números do Cooperativismo de Crédito no Brasil.....	77
Tabela 7 - Dados da Movimentação Financeira das Cooperativas de Crédito do Brasil.....	77
Tabela 8 - Países com Melhor IDH.....	79
Tabela 9 - IDH dos Estados Brasileiros.....	81
Tabela 10 - Números do Programa União Faz a Vida – Brasil.....	96
Tabela 11 - Distribuição do Crédito Rural nas Cooperativas do Rio Grande do Sul...113	

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 TEMA DE PESQUISA.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo geral.....	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>19</b>
2.1 SUSTENTABILIDADE.....	20
2.1.1 Desenvolvimento sustentável.....	20
2.2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	33
2.2.1 Produção de alimentos e segurança alimentar.....	33
2.2.2 Agricultura familiar e a sustentabilidade.....	36
2.2.3 Produção de alimentos e energia sustentáveis.....	38
2.2.3.1 Energia renovável.....	39
2.2.3.2 Energia eólica.....	40
2.2.3.3 Energia solar.....	42
2.2.3.4 Energia biomassa.....	43
2.2.4 Financiamento da produção de alimentos e energia.....	45
2.3 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA.....	48
2.3.1 Princípios do cooperativismo.....	49
2.3.2 O cooperativismo no mundo.....	54
2.3.3 O cooperativismo no Brasil.....	57
2.3.4 Ramos do cooperativismo brasileiro.....	59
2.3.5 Cooperativas de crédito no mundo e no Brasil.....	62
2.3.6 A estrutura do cooperativismo de crédito brasileiro.....	75
2.3.7 Desempenho das cooperativas brasileiras em tempo de crise.....	82
2.3.8 Principais sistemas cooperativos brasileiros.....	84
2.3.8.1 Sistema Cooperativo SICCOB.....	84
2.3.8.2 Sistema Cooperativo UNICRED.....	87
2.3.8.3 Sistema Cooperativo CECRED.....	89
2.3.8.4 O CRESOL.....	91

2.3.8.5 Sistema Cooperativo SICREDI.....	92
2.3.9 Sustentabilidade e a comunicação com associados e comunidade.....	98
<b>3 METÓDO .....</b>	<b>105</b>
3.1 ETAPAS.....	108
3.1.1 Etapa exploratória .....	108
3.1.2 Etapa seletiva .....	115
3.1.3 Etapa presencial - 4º Encontro dos Parceiros do Agronegócio e Agricultura Familiar .....	116
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>118</b>
4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	118
4.1.1 Objetivo 1.....	118
4.1.2 Objetivo 2.....	119
4.1.3 Objetivo 3.....	121
4.1.4 Objetivos 4 e 5.....	122
4.1.4.1 História da Cooperativa Sicredi Serrana RS.....	128
4.1.4.2 Perfil da Cooperativa Sicredi Serrana RS.....	131
4.1.4.3 Perfil dos associados.....	132
4.1.4.4 Perfil dos colaboradores.....	133
4.1.4.5 Números da Cooperativa Sicredi Serrana RS.....	134
4.1.4.6 Parceiros do agronegócio.....	139
4.1.5 Entrevista com gestores da Cooperativa Sicredi Serrana RS.....	140
4.1.6 4º Encontro dos Parceiros do Agronegócio e Agricultura Familiar.....	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>169</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se um momento em que todos são convidados a refletir e atuar sobre o sistema alimentar global, face aos desafios de alimentar, de forma adequada, uma população mundial com previsão de atingir os 9,6 bilhões, em 2050, frente aos recursos, que se tornam cada vez mais escassos. Conforme Cunha *et al.*, (2017), os principais desafios a serem enfrentados pelas gerações atuais e do futuro serão as variações climáticas, a volatilidade dos preços, as profundas mudanças culturais e de hábitos alimentares, que se verificam sobretudo nos países em desenvolvimento. Isso tudo combinado com um cenário adverso de escassez dos recursos essenciais como água, energia e solo fértil, além de constantes ameaças à preservação ambiental num mundo cada vez mais globalizado.

O número crescente da população passou a exercer uma pressão no planeta Terra e no mar em busca de alimentos, água e um lugar para viver. Essa demanda gerou escassez de recursos de toda ordem, segundo Parkin (2014), sendo que em 2030 perto da metade da população mundial estará residindo em áreas com sérias restrições de água. Essa escassez de recursos pode levar a um colapso nas civilizações, a exemplo do Império Romano, isso porque a demanda humana por recursos ambientais está superando a oferta.

No Brasil, completamos em 2017, onze anos da promulgação da Lei 11.346/2006 - Lei Orgânica Alimentar e Nutricional, que tem por objetivo garantir o direito à alimentação à população brasileira. A lei prevê, ainda, que essa alimentação deva ser adequada e saudável. A promulgação da lei foi um grande passo para vencermos a fome, a desnutrição e outras tantas mazelas que ainda envergonham o país. A insegurança alimentar e nutricional pode ser configurada a partir de diferentes tipos de problemas, dentre os mais comuns estão a fome, a obesidade e doenças associadas à alimentação inadequada e ao consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde.

Dentre todos esses desafios, especialmente na busca de uma alimentação saudável, que além de alimentar a população, evite doenças e todo o arcabouço de

despesas da rede pública de saúde, surge a necessidade de evoluirmos na produção de alimentos tradicionais e sustentáveis, avançando para, cada vez mais, buscar sinergia entre ambiente, saúde e economia. No atual contexto de crise econômica e social, a crise alimentar e energética também se torna uma oportunidade para estimular a criatividade e a inovação, e ajustar os recursos tecnológicos e as políticas de forma a desenvolver alternativas que viabilizem uma alimentação acessível a todos, saudável e sustentável, em escala global.

Mantendo relação com o cenário mencionado, encontra-se a dinâmica da economia, que mantém estreita relação com o crédito que viabiliza a produção de alimentos através do financiamento dos produtores. Nesse contexto, movimentos de expansão promovem o desenvolvimento e o crescimento, enquanto os movimentos de restrição, por sua vez, provocam a estagnação e até mesmo a resseção (PAIM, 2016). Não obstante, o Produto Interno Bruto Local e Regional, também, acompanha tais movimentos, sendo responsáveis, diretamente, nas variações nos indicadores de desenvolvimento humano e qualidade de vida da população residentes nestas localidades.

Nos últimos anos vem ganhando evidência, em todo o mundo, organizações denominadas de cooperativas de crédito, capacitadas a financiar o PIB e, dentro deste, a produção de alimentos e energias. As cooperativas de crédito, por sua vez, possuem como principal propósito o desenvolvimento e fortalecimento da região onde estão inseridas e, no seu sentido mais amplo, promover a inclusão social. As cooperativas têm o dever de contribuir com o desenvolvimento equilibrado, proporcionar bem-estar de seus cooperados (MEINEN & PORT, 2014). Isso significa dizer, apoiado em um dos principais princípios do cooperativismo, definido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que as cooperativas devem atuar para a contínua melhoria da qualidade de vida das pessoas dentro de sua área de atuação e, a promoção da produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, corrobora com o princípio do interesse das cooperativas pela comunidade.

Diante dessa nova perspectiva, pequenas localidades, sobre as quais os bancos comerciais pouco demonstram interesse, passaram a representar para as cooperativas de crédito um potencial de atuação. Esse grande diferencial sobrepõe-

se aos produtos e serviços oferecidos, que se classificam, na grande maioria em *commodities* no mercado financeiro. A produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, além de contribuir para minimizar problemas mundiais crônicos como a fome, a saúde e a desnutrição, também promove o emprego e geração de renda às famílias que se mantêm da agricultura familiar, promovendo, por fim, a inclusão social e, desta forma, torna-se um poderoso diferencial, conforme foi mencionado pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao reconhecer que as cooperativas buscam construir um mundo melhor (MEINEN & PORT, 2014).

Em países desenvolvidos, o sistema cooperativo é utilizado como forma de desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. As organizações mais fortalecidas encontram-se na Europa e Estados Unidos (CARRETA, SCHWIZER, BOSCIA, 2011). Atualmente, o Brasil destaca-se como 16º no *ranking* do cooperativismo de crédito do mundo. Iniciado em Nova Petrópolis, município do Rio Grande do Sul, no ano de 1902, onde por iniciativa do padre Theodoro Amstad, foi fundada a primeira cooperativa de crédito da América Latina. As cooperativas de crédito foram se multiplicando, e assim transformaram a realidade de muitos municípios e localidades brasileiras.

O Brasil possui, segundo o Banco Central, cerca de 1.047 cooperativas de crédito, 38 centrais estaduais, e 4 confederações, sendo a sua maioria aglutinadas em 5 sistemas de crédito: Sistema Cooperativo de Crédito SICOOB, Instituição Financeira Cooperativa da União de Médicos do Brasil (UNICRED), Sistema Cooperativo de Crédito Urbano (CECRED), Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e o Sistema Cooperativo de Crédito SICREDI. O SICREDI teve sua origem no Rio Grande do Sul e expandiu-se pelo território brasileiro, tendo hoje uma atuação em 11 estados brasileiros e investiu na ampliação da atuação nacional em 2016. Com a filiação da quinta Central Regional, cuja migração de base de cooperados deverá ocorrer ao longo de 2017, a UNICRED Central Norte/Nordeste ao Sistema SICREDI, atingindo um total de 20 Estados. Atualmente, ainda sem considerar a quinta Central Regional, o Rio Grande do Sul, representa a maior base de cooperados, com cerca de 50% da participação, conforme sinaliza o Portal do Cooperativismo Financeiro (2016).

Essa nova configuração do mercado financeiro, com a introdução das cooperativas de crédito, vem provocando, gradativamente, uma transformação na vida das pessoas em localidades onde as mesmas estão inseridas. Essa transformação pode ser observada em vários aspectos, desde a promoção da inclusão social, transformações culturais, alfabetização financeira, que por sua vez, eleva o nível de consciência no uso do crédito e a preocupação com uma produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, refletindo na melhoria na qualidade de vida da população local.

A partir desta compreensão, faz-se necessário explorar as boas práticas no incentivo à produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, com vistas a promover a ampliação da discussão do tema e, dessa forma, propiciar ambiente favorável para a articulação de políticas e ações de incentivo ao cultivo desses alimentos e energias, bem como fortalecer o sistema cooperativo. Outrossim, vislumbra-se, nesse cenário, a oportunidade de crescimento das cooperativas, conquistando novos cooperados e mercados no Brasil e no mundo.

## 1.1 TEMA DE PESQUISA

Considerando que o desenvolvimento sustentável econômico e ambiental, dentro da nova visão da sociedade contemporânea, procura integrar e harmonizar as ideias e conceitos relacionados ao crescimento econômico, a justiça e ao bem-estar social, a conservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais (SACHS, 2002), torna-se extremamente relevante entender a relação dessas dimensões, apontadas na literatura acadêmica, com as ações promovidas pelas cooperativas de crédito para o fomento do desenvolvimento, através de financiamentos da produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis.

Diante do exposto, este estudo busca responder ao seguinte questionamento, que sintetiza e orienta este esforço de pesquisa: **“Como as cooperativas de crédito do SICREDI/RS podem contribuir, por meio da concessão do crédito rural, para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis?”**



## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar a contribuição do SICREDI, através de suas cooperativas de crédito do Estado do Rio Grande do Sul, na oferta de crédito rural, para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis.

### 1.2.2 Objetivos específicos

1. Apresentar a distribuição da concessão de crédito das cooperativas de crédito do SICREDI/RS, através das diferentes linhas de crédito, identificando a representatividade e importância do crédito rural;
2. Mapear as cooperativas com maior relevância na concessão da linha de crédito rural, identificando as regiões onde as mesmas estão inseridas;
3. Identificar o perfil do tomador de crédito rural nas cooperativas de crédito selecionadas para a análise;
4. Apresentar as ações de sustentabilidade realizadas pelas cooperativas de crédito do SICREDI/RS, na concessão do crédito rural;
5. Mapear a aplicação dos recursos concedidos através da modalidade de crédito rural, relacionando com o tipo de produção de alimentos e energias tradicionais ou sustentáveis.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Para a escolha do tema foram consideradas variáveis de relevância e interesse no contexto das atividades profissionais da aluna e da importância acadêmica. Assim,

portanto, considerando os apontamentos de Andrade (1997), observou-se os critérios de relevância, dado que o tema está em voga e possui importância global e social, originalidade, uma vez que as questões avaliadas, nesse estudo, têm o objetivo de contribuir para esclarecimento do assunto e trazer novos argumentos e pontos de vista e, por fim, mas não menos importante, viabilidade, visto que o planejamento prévio da pesquisa levou em consideração variáveis como prazo, bibliografia disponível, recursos materiais, financeiros e tempo disponível para o mesmo.

Considerados esses fatores, iniciou-se a busca pela literatura e dados que apontassem os impactos do tema em questão. A partir das referências teóricas consultadas, identificou-se que a segurança alimentar é um dos problemas mais importantes da saúde pública em todo o mundo. Diante desta perspectiva, é coerente dizer que os governos mantêm uma constante preocupação e acompanhamento em relação às políticas de controle de produção e qualidade dos alimentos. Essa preocupação passou, ao longo dos tempos, de local, para nacional e atualmente ela atinge a esfera global; isso porque, atualmente a distribuição de alimentos é global, tornando o tema pauta de muitos fóruns mundiais, tanto de combate à fome, quanto de controle de qualidade dos alimentos e energias sustentáveis. Desta forma, o presente estudo tem importância para as áreas dos Governos Municipais, Estaduais e Federais com vista a conhecer os benefícios do fomento à produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, através de instrumentos de concessão de crédito do sistema financeiro cooperativista, podendo, posteriormente e, com a ampliação e aprofundamento do estudo, contribuir para que as políticas públicas sejam mais eficazes no fomento deste tipo de produção.

O sistema financeiro é um setor chave para o desenvolvimento da economia. Dessa forma, e tendo em vista a relevância da produção de alimentos e energias para a sobrevivência da população, pode-se considerar o conjunto de atividades econômicas como um sistema inserido no meio-ambiente, com o qual se inter-relaciona ativamente. Voltando o enfoque para o sistema financeiro cooperativista, identifica-se uma relação mais próxima, dado que os valores das cooperativas de crédito estão ligados aos princípios como bem-estar social e desenvolvimento local das comunidades onde estão inseridas. Dessa forma, o estudo se mostra relevante para os produtores rurais, que precisam tomar crédito nas instituições financeiras para

financiar sua produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis. Assim, portanto, melhorar e facilitar as condições para estas concessões tornar-se-ão fatores importantes na ampliação da produção, bem como no emprego de novas tecnologias que permitam maior controle de qualidade.

Outrossim, o desenvolvimento de alternativas que assegurem a permanência dos agricultores familiares no campo, bem como o incentivo no emprego de práticas de produção sustentável é fator fundamental para garantir a segurança alimentar nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, busca-se identificar e analisar evidências que demonstrem a importância da contribuição das cooperativas de crédito, como parte do sistema financeiro brasileiro, no fomento desta modalidade de produção. No caso do SICREDI, 51,54%<sup>1</sup> dos ativos provêm das operações de crédito, conforme é demonstrado no Relatório de Sustentabilidade de 2016, disponível em SICREDI (2017), desta carteira, o crédito rural representa 44,78%, que, pelo seu destino, financia a produção de alimentos e energias.

Por outro lado, a alta cobrança por resultados e a perpetuidade do negócio em ambiente hostil de competitividade e cenários econômicos adversos fazem com que os modelos, normalmente, foquem mais em ações de sustentabilidade econômica e financeira. Nesse cenário, há poucos estudos que demonstrem a relação entre a alocação dos recursos para financiar a produção de alimento e energias e as práticas de gestão da sustentabilidade, mesmo que as cooperativas de crédito tenham uma responsabilidade social diferente perante a sociedade, seus cooperados e *stakeholders*, do que atender as necessidades econômicas de acionistas, como é o caso de instituições financeiras tradicionais.

Academicamente, essa pesquisa contribui procurando descrever que a concessão do crédito para produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, aliada às práticas de direcionamento e gestão da sustentabilidade podem contribuir de forma positiva para a promoção de novas ferramentas de controle, novas políticas públicas e privadas para o fomento do negócio e melhoria

---

<sup>1</sup> Compõem os ativos do Sicredi, além das operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras e interdependes e outros valores e bens (SICREDI, 2017).

nas condições sociais e de saúde da comunidade, uma vez que incentivando novos estudos nessa frente, pode-se avançar numa produção com menores custos e melhor qualidade, visando assim, minimizar os problemas mundiais enfrentados pela fome, desnutrição, desemprego, êxodo rural e o aumento das cidades sem planejamento. Ainda, deve-se considerar que um ator muito interessado é o próprio consumidor, que se beneficiará com acesso a alimentos e energias sustentáveis, de melhor qualidade e com um preço acessível, aumentando suas expectativas quanto a atingir uma boa situação de qualidade de vida e bem-estar.

Para o sistema cooperativo de crédito, o estudo auxiliará no mapeamento de ações que orientem sobre o destino do crédito rural e sua relação com a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, buscando novas linhas de concessão e, até um novo posicionamento no mercado de concessão, visando o fomento de produtos financeiros que estejam alinhados com conceitos de bem-estar e melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Por fim, como modelo de direcionamento das concessões de crédito para financiar a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, alinhado a responsabilidade social das cooperativas de crédito, possam levar ao desenvolvimento de linhas de crédito mais atrativas e competitivas, aliadas a programas de apoio aos produtores rurais, especialmente a agricultura familiar, visando resultados de longo prazo, tanto na melhoria dos indicadores de produção de alimentos e energias sustentáveis, como no bem estar e qualidade de vida da sociedade onde as cooperativas estão inseridas.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo são abordados os aspectos que contextualizarão as abordagens teóricas e preocupações acerca da produção de alimentos e energias e as restrições que se apresentam para atender o crescimento da população e as mudanças de hábitos e culturas ao longo dos tempos, que trouxe novas necessidades acerca do tema, através de um pensamento mais dinâmico e da preocupação com questões voltadas à saúde e qualidade de vida. Aliado a essas mudanças, conserva-se a participação e influência de novos agentes, como mulheres e jovens, nas decisões acerca dos problemas inerentes a alimentação e a forma de produzir os alimentos e energias. Assim, surgem novas abordagens teóricas, como a sustentabilidade e a necessidade de buscar recursos financeiros para desenvolvimento de novas técnicas de produção, visando atender à necessidade da própria expansão dessa produção, bem como de mudanças nas características dos produtos para atender essa população em constante evolução.

E, nesse cenário, apresenta-se o cooperativismo de crédito e sua relação com a sustentabilidade e a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis nos âmbitos nacional e internacional, trazendo como embasamento teórico para esse estudo os movimentos históricos, sua origem e expansão até os dias atuais. Serão apresentados os ideais do cooperativismo de crédito e suas diferenças em relação as demais instituições financeiras, enfatizando o ciclo virtuoso que beneficia as comunidades onde as cooperativas atuam e como a evolução dos conceitos permitiu agregar renda aos participantes deste sistema, promovendo, além da geração de renda, um modelo sustentável de desenvolvimento, onde os aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos se relacionam harmoniosamente com os objetivos econômicos, criando uma cadeia produtiva onde todos obtêm ganhos.

Complementarmente são citados dados que permitam avaliar as mudanças ocorridas ao longo da histórica, inserindo conceitos atuais, que abordam a importância do avanço dos estudos e inserção da sustentabilidade na produção de alimentos e energias para superar os desafios e atender à crescente demanda mundial por alimentos, pois, segundo o relatório “Perspectivas da População Mundial: Revisão de

2012”, divulgado pela ONU em junho de 2013, a população do planeta chegará a 9,6 bilhões de pessoas em 2050.

## 2.1 SUSTENTABILIDADE

O tema sustentabilidade, segundo Barbieri (1997), surge da preocupação com os problemas ambientais provocados pelo desconhecimento do assunto pelos produtores e consumidores de bens e serviços, onde não havia controle das práticas. Num segundo momento, a degradação ambiental ganha visibilidade e é percebida como um problema generalizado e, além dos problemas citados acima, soma-se a questão da falta ou inadequada gestão dos recursos. Nesse contexto, surge os instrumentos de intervenção governamental voltados para a prevenção da poluição e a melhoria dos sistemas produtivos, como a substituição de processos produtivos poluentes para outros mais eficientes e limpos.

Com a evolução das discussões surge uma terceira etapa de estudos, onde a degradação ambiental passa a ser tratada como um problema planetário que atinge a todos e que decorre do tipo de desenvolvimento praticado pelos países. Nesta etapa são incorporadas novas dimensões ao conceito de sustentabilidade, afastando-se da visão exclusivamente ecológica, ampliando sua atuação para as áreas sociais, políticas e culturais. A convergência e equilíbrio entre essas dimensões é que, atualmente, chamamos de desenvolvimento sustentável.

### 2.1.1 Desenvolvimento sustentável

Por mais de quatro décadas de pesquisas históricas, teóricas e empíricas, desde a Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado (1975), a Conferência Rio-92, no Rio de Janeiro (1992), dentre outros, é debatido e demonstram o interesse mundial. Segundo Rabelo (2008), o termo Desenvolvimento Sustentável

surgiu na década de 1970 a partir da preocupação da sociedade entrar em colapso. Na década de 1980, o termo recebeu diversas conceituações, e foi na década de 1990 que foi de fato estudado com o objetivo de utilizar o meio ambiente como forma de complementar o, então, conceito para o desenvolvimento/crescimento econômico.

Inicialmente, o desenvolvimento foi limitado ao conceito de crescimento econômico, com o acompanhamento de indicadores muito tradicionais, como o Produto Interno Bruto *per capita*. O crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Contudo, o crescimento trata apenas de mudanças quantitativas, sem levar em consideração aspectos qualitativos, e esses aspectos definem os padrões de desenvolvimento. Dessa forma, a partir de 1960 surgiu a necessidade de discutir o conceito de desenvolvimento, agregando ao mesmo indicadores de bem-estar da população, como acesso à saúde e educação. O marco para esse novo olhar deu-se quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) instituiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir dele foi possível adotar novos meios acadêmicos para acompanhar e medir o desenvolvimento de um país ou região (VEIGA, 2005).

Os problemas ambientais advindos do crescimento e desenvolvimento geraram preocupações globais. Conforme Barbieri (1997), após a II Guerra Mundial ocorreu um surto de desenvolvimento acelerado tanto nos países desenvolvidos quanto nos países periféricos. Esse crescimento agravou problemas ambientais fazendo com que ultrapassassem fronteiras e, dessa forma, escapassem das ações e das políticas dos governos locais. Em 1972, foi realizada em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Essa conferência auxiliou a consolidar bases de uma nova percepção da relação entre o ambiente e o desenvolvimento. Neste momento, foi proposta uma nova forma de desenvolvimento, nomeado de ecodesenvolvimento, que depois foi denominado de desenvolvimento sustentável.

Todavia, muito ainda se discute nos fóruns e comitês que tratam sobre o tema, dado sua recente introdução na atividade econômica e relevante impacto para as economias e as famílias. O desenvolvimento é considerado sustentável quando é capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Para o BACEN (2016), sustentabilidade é um conceito

sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana que se relaciona diretamente com o conceito desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, com a participação de 179 países, teve como resultado a aprovação de declarações de princípios, de diversos documentos e a aprovação da Agenda 21 (documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, no mundo, um novo padrão de desenvolvimento, denominado como desenvolvimento sustentável). O nome “Agenda 21” foi escolhido para marcar a intenção de aplicação desse novo modelo e promover as mudanças para o século XXI. Esse compromisso foi renovado na Rio+20, em 2012, onde se discutiu a missão de fomentar o desenvolvimento sustentável em meio a urgências ambientais, sociais, econômicas e políticas vivenciadas, no Brasil e no mundo.

A conferência de 1992 deu início a um novo ciclo de negociações sobre desenvolvimento e meio ambiente na esfera da ONU (podem ser destacadas conferências sobre direitos humanos, sobre desenvolvimento social, mudanças climáticas, etc.). Em 2002, foi realizada a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, o objetivo foi colocar em prática as propostas da Agenda 21. Alguns dos temas principais abordados foram: saúde e meio ambiente, energia, biodiversidade e gestão de ecossistemas, agricultura, erradicação da pobreza, produção e consumo sustentável.

O objetivo da convenção foi a criação de políticas que visem à redução e a contenção da emissão desses gases. As nações desenvolvidas têm um importante papel no combate ao efeito estufa. Porém, uma das principais críticas realizadas por ONGs durante a conferência foi a ausência de metas e compromissos eficazes para diminuir a emissão de gases. Com a aprovação do Protocolo de Quioto, criado em 1997, e vigente desde 16 de fevereiro de 2005, os mecanismos para que os países desenvolvidos cumprissem suas metas se tornou mais flexível. Mesmo que os países subdesenvolvidos não detivessem a obrigação de assumir novas metas em relação



às reduções de emissões, estes deveriam progredir na implementação desses compromissos.

Hoje, a busca pela aplicabilidade do desenvolvimento sustentável é nítida e em todos os âmbitos. Entretanto, quando se refere a atuação regional ou mesmo local é extremamente complexa, principalmente se levarmos em conta os conceitos social, cultural, ambiental e econômico da sustentabilidade. Nesse contexto, problemas como a pobreza e a exclusão social devem ser tratados como problemas de âmbito mundial, com esforços de todos os países, a exemplo da atenção e tratamento destinados aos problemas ambientais, como chuva ácida e o efeito estufa (BARBIERI, 1997).

Um dos principais autores sobre desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs, economista polonês, naturalizado francês, mudou-se para o Brasil em 1941, onde formou-se em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro, doutorou-se em Economia na Universidade de Delhi (Índia) e posteriormente na École Centrale de Planification et Statistique de Varsóvia (Polônia). Ignacy Sachs é um dos autores do conceito de ecodesenvolvimento e se tornou, por isso, uma referência nos debates e nos encontros mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em uma de suas obras, Sachs (2002), discorre que a sustentabilidade deve ter uma visão acerca dos problemas sociais e não pode ser focada apenas na gestão dos recursos naturais, em um pensamento mais profundo acerca as mudanças do modo em que a civilização atua. Em sua obra ele apresenta oito dimensões do desenvolvimento sustentável que sustentam sua visão acerca desenvolvimento social atrelado às questões ambientais (SACHS, 2002):

- 1. Dimensão Social:** perspectiva voltada para a construção de uma sociedade com maior equidade na distribuição dos recursos, objetivando a redução das diferenças entre ricos e pobres, ou seja, ao alcance de um patamar aceitável de equidade social, com distribuição de renda justa, emprego para todos e uma decente qualidade de vida, além de igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
- 2. Dimensão econômica:** preocupa-se com o gerenciamento mais efetivo e eficiente dos investimentos públicos e privado. Busca um desenvolvimento

econômico equilibrado, com preocupação à segurança alimentar. Para tanto, são necessários constantes investimentos em pesquisa científica e aplicação de recursos tecnológicos para a modernização constante dos processos de produção;

3. **Dimensão ecológica:** propõe a exploração consciente e responsável dos recursos naturais atrelada ao desenvolvimento de tecnologias que reduzam os impactos das ações humanas ao meio ambiente. A criação de fontes de energia renováveis e a prática da reciclagem estão entre as ações possíveis de serem pensadas nessa dimensão;
4. **Dimensão ambiental:** busca preservar a capacidade de manutenção das condições ecológicas iniciais dos ecossistemas naturais, mantendo o equilíbrio do planeta;
5. **Dimensão espacial ou territorial:** preocupa-se com a distribuição espacial balanceada e melhoria das áreas urbanas, considerando o equilíbrio entre os assentamentos urbanos e as atividades econômicas, além de se preocupar com o desenvolvimento seguro de áreas ecologicamente frágeis, onde pequenas intervenções podem causar alterações significativas ou até irreversíveis no ecossistema. Como exemplo: nascentes, reservatórios, cursos de rios, lagoas, sítios arqueológicos, encostas, praias, manguezais e restingas;
6. **Dimensão cultural:** propõe-se a pensar o desenvolvimento local em consonância com as características culturais da região e que possa traduzir os conceitos do eco desenvolvimento. Busca o equilíbrio entre a tradição e a inovação, preservando suas essências e garantindo autonomia e autoconfiança para elaboração de projetos nacionais, com vistas para o mundo;

**7 e 8. Dimensão Política:** subdividida em Nacional e Internacional:

- a. Nacional: voltada para o desenvolvimento das capacidades dos estados para implementar projetos nacionais, levando em consideração a

democracia, direitos humanos, e coesão social entre os entes envolvidos;

- b. Internacional: busca promover a paz e a cooperação entre os países, baseado em princípios de igualdade, favorecimento dos entes mais fracos, controle do sistema financeiro e de negócios no sentido de garantir a preservação do meio ambiente, recursos naturais, proteção da diversidade biológica, patrimônio cultural, compartilhamento de conhecimento científico e tecnológico, visando otimizar os recursos científicos em prol da melhor aplicação na busca do desenvolvimento sustentável mundial. Para tanto, reforça a importância de desenvolver modelos locais, com tecnologias apropriadas para cada cenário.

Tão complexo quanto a definição destas dimensões e sua aplicação nas métricas que medem o desenvolvimento sustentável é a manutenção de seus conceitos, visto a constante evolução da humanidade e a transformação do meio ambiente. Na mesma perspectiva Sachs (2004) sinaliza que definições variam conforme os objetivos dos agentes de desenvolvimento, isto é, as definições podem tornar-se genéricas e esbarrarem em uma definição ambígua de desenvolvimento sustentável. Afirma, ainda, que o desenvolvimento sustentável pode ser pensado a partir da perspectiva social ou ambiental.

Com a introdução destas dimensões passou-se a avaliar o desenvolvimento, também, sob o aspecto das pessoas, passando a valorizar seus costumes e conhecimentos, enfatizando a importância da coesão entre recursos humanos e naturais. Trata-se de uma análise muito mais profunda, que visa uma verdadeira transformação do modelo de gestão do desenvolvimento.

As diferentes maneiras de perceber a sustentabilidade consideram que políticas de desenvolvimento ora estejam focadas nos aspectos sociais e ora nos aspectos ambientais, mas sempre dialogando com a dimensão econômica (SACHS, 2004). Nesse sentido, a esfera ambiental passa a ser considerada como capital e necessita ser preservada, contabilizado como um custo de ativos sendo medido por indicadores e índices de sustentabilidade. Para Sachs (2007), para alcançar um

desenvolvimento genuinamente sustentável e sadio, os critérios de sustentabilidade precisam ser satisfeitos em todas as dimensões pertinentes do desenvolvimento. É claro, não há como desenvolver sustentabilidade sem que todas as dimensões estejam em equilíbrio. Na ótica de Sachs (2007), esses critérios devem ser como pontos de referência de indicadores mais da direção desejada dos processos do que um estado final.

Esse autor ressalta, também, que a proposta deve partir da premissa que o social é o cume da pirâmide da sustentabilidade, o ambiental como uma restrição e o econômico comum papel instrumental (SACHS, 2007). Nesse sentido, o economista afirma que a sustentabilidade visa alcançar um patamar razoável de homogeneidade social com distribuições de renda justas e a promoção de igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. É importante salientar que as práticas de sustentabilidade adotadas pelas instituições financeiras têm priorizado o aspecto econômico, em detrimento das dimensões social, ambiental e cultural. Para Rabelo (2008), há anos existe a discussão sobre a importância do meio ambiente para a sociedade. Contudo, poucas ações efetivas ocorreram no sentido de garantir um desenvolvimento sustentável, pois, infelizmente, priorizou-se investimentos para fomento da economia e a política, deixando as demais questões de sustentabilidade em segundo plano.

Nesse sentido, Rabelo (2008, p. 76) menciona:

O meio ambiente é complexo, mas tem seus limites de auto-regulação e auto-organização. E para se dar essa chance de continuidade dessa complexidade, faz-se necessário mudar, fazer uma nova ética. Mas mudar o mundo pede inicialmente mudanças internas, isto é, em cada ser humano. Dentre todos os seres vivos do planeta, o ser humano é o único que, mesmo sendo produto da natureza, necessita moldá-la para promover sua própria existência, provocando, a partir dessas ações, grandes mudanças de forma temporária ou, em alguns casos, permanentes.

Se o ser humano é o agente responsável pelas transformações ocorridas na natureza, vale observar o envolvimento desses agentes. Desde os agentes primitivos o homem detém uma maior parcela de participação ou relação nestas ações, por ser ele o responsável pela obtenção de alimentos que mantinham sua família, que, no início da civilização, eram oriundos da natureza ou de animais que sobreviviam na natureza. Entretanto, é notável a evolução, ao longo dos anos, e aumento da participação da mulher nas decisões e sustento da família, culminando com sua

participação efetiva nas mais diversas áreas da economia, sendo assim, as mulheres passaram a integrar e influenciar, também, as discussões e decisões acerca do tema sustentabilidade.

Nesse contexto, é visível o maior envolvimento e preocupação dos jovens em relação ao assunto, cada vez mais discutido nas escolas, universidades e nas redes sociais, onde cada vez mais surgem movimentos em prol de práticas sustentáveis. Com esse intuito, tem-se o objetivo de descrever esse movimento entre mulheres e jovens, bem como promover discussões e ações voltadas aos conceitos de sustentabilidade, especialmente na produção de alimentos e energias.

Para Barbieri (1997), a implementação eficaz dos planos contidos na Agenda 21, que trata de estratégias e mudanças para desenvolvimento e meio ambiente, depende da participação da mulher, passando pelo maior envolvimento destas nas decisões políticas e econômicas, ainda, segundo o autor, faz-se necessário estabelecer estratégia para eliminar qualquer tipo de obstáculo constitucional, jurídico, administrativo e cultural, social e econômico que limitem a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável e na vida pública.

Conforme argumenta Toni (2014), durante o fórum de debates sobre a sustentabilidade, em Brasília, as mulheres são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Contudo, alerta que, para valorizar esse papel, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres devem alcançar uma dimensão mais significativa no âmbito econômico. Outrossim, no mundo atual, mulheres de todas as idades, culturas e condições sociais enfrentam os maiores desafios socioeconômicos e culturais, realidade que está distante das recomendações de órgãos como a ONU.

Ainda do que diz respeito à maior participação das mulheres nas decisões financeiras da família, os palestrantes, sob a organização de Toni (2014), afirmam que é preciso eliminar as barreiras ao acesso das mulheres aos recursos produtivos, como a terra, a propriedade, o crédito e os serviços financeiros. Nos dias atuais ainda existem crenças do passado que precisam ser desmitificadas, criando condições para que as mulheres tenham acesso ao crédito e à capacitação e, assim, possam influenciar as decisões familiares acerca de investimentos e negócios.

Seguindo nesse viés, Toni (2014, p. 113), sinaliza:

É preciso olhar para esta questão de forma abrangente. Muito mais do que a inserção profissional, por exemplo, as mulheres têm de lidar com as expectativas e cobranças da sociedade sobre o seu papel no campo familiar. Se há uma reunião na escola dos filhos e a mulher vai, dizem “não faz mais que a obrigação”; se não for, falam muito mal desta mãe. Já se é o pai que vai, há quase uma celebração só pelo fato de ele ter comparecido. Essa invisibilidade do trabalho e da participação política da mulher no âmbito familiar é ainda muito forte. É uma realidade dura que as mulheres enfrentam diariamente. É preciso mudar este paradigma para que as mulheres passem a participar mais nesta agenda. Isso passa por aumentar o desejo das pessoas, homens e mulheres, para que isso aconteça.

Já no que diz respeito ao envolvimento dos jovens em discussões e ações a respeito da sustentabilidade, é muito importante considerar sua representatividade no mundo. “É imperiosa a participação da juventude, que representa cerca de 30% da população mundial, em todos os níveis dos processos de decisão, pois as decisões afetam sua vida atual e têm repercussões em seu futuro” (BARBIERI, 1997, P.130).

Outrossim, vale citar que essa população jovem vem tendo acesso, cada vez mais, a informações sobre a importância do tema sustentabilidade para a preservação do planeta e garantia de uma vida saudável, garantindo sua sobrevivência e das próximas gerações. Para tanto, é indispensável que os governos promovam mecanismos para garantir o diálogo e a participação nas decisões das comunidades jovens (BARBIERI, 1997).

Ainda, segundo Sachs (2007), pensar em sustentabilidade envolve refletir sobre a formação desses agentes promotores do desenvolvimento sustentável, considerando que a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, ele destaca que a educação também tem valor instrumental com respeito à empregabilidade.

Nesse mesmo contexto, Rabelo (2008) reconhece que o ser humano tem, cada vez mais, aperfeiçoado os processos orientados para o trabalho, incluindo a educação como formadora dessa qualidade. Por meio do conhecimento, que permite melhorar a formação do cidadão e, assim, agregar normas e ações que possibilitem a melhoria da extração dos recursos do meio ambiente para ser utilizado como matéria prima na transformação em produtos e serviços, além de avaliar e refletir as relações sociais

para que essa transformação ocorra. Isso porque a educação possui a capacidade de fazer com que o homem pense e aja, multiplicando suas ações, sendo o único instrumento capaz de levar o ser humano a refletir sobre suas ações, mostrando que ele faz parte da natureza e que o preço pelo descaso tem sido muito alto, colocando em risco, inclusive, a existência de suas próximas gerações no planeta.

Na ótica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017), “qualidade na educação é uma categoria central no paradigma da educação sustentável”. A educação pode ser um dos pontos fundamentais para elevar os índices da sustentabilidade, sendo uma ferramenta extremamente importante para combater a pobreza e a desigualdade social, podendo, inclusive, melhorar as condições de saúde e bem-estar social. Portanto, a literatura acerca dos conceitos de Sachs (2007), demonstra, na prática, que a premissa educacional pode auxiliar na criação das bases para o desenvolvimento sustentável, ou seja, suas definições acerca das dimensões cultural, social, econômica, ecológica, ambiental, territorial e política sustentam a pesquisa acerca dos índices de desenvolvimento sustentável com as ações praticadas pelos municípios que pretendemos descrever no decorrer da pesquisa.

Ainda que o investimento na formação dos indivíduos seja imprescindível para se pensar a construção da sustentabilidade, não se pode esperar que a educação, sozinha, promova o desenvolvimento sustentável de uma região. Nesse sentido, a promoção de políticas públicas é fundamental para que ocorram mudanças que melhorem efetivamente as condições de vida nas cidades.

Pensando mais no longo prazo, surge um importante questionamento acerca dos dilemas que emergem da relação sociedade-meio ambiente a partir do processo de desenvolvimento. A relação não se limita à existência de práticas de sustentabilidade das atividades humanas, mas busca, também, a construção da consciência pública a respeito dos problemas ambientais provocados pelo padrão de desenvolvimento predominante na atualidade. Para Bursztyn (2001), a educação é fundamental para o desenvolvimento, pois a evolução de uma sociedade e suas dimensões dependem da adequada preparação de seus membros. A educação qualifica a força de trabalho necessária ao processo de crescimento econômico;

assim, portanto, quanto mais educado e qualificado é o povo, mais desenvolvido é o país.

É notório o atual distanciamento que ocorre entre a sociedade e o meio ambiente, distanciamento este que decorre da incapacidade desta mesma sociedade em visualizar sua dependência do ambiente externo. Dessa forma, a introdução das dimensões social e econômica permite auferir a sustentabilidade do desenvolvimento. Estas são as dimensões mais determinantes em se tratando de execução e planejamento de políticas, tanto públicas quanto privadas. Dessa forma Bursztyn (2001, p.116) menciona a respeito do papel do estado na educação e desta no desenvolvimento sustentável:

Fenômenos como a exclusão social e da insustentabilidade do desenvolvimento põem em xeque ações e o próprio papel do estado na sua obrigação histórica de zelar pela segurança humana, pela educação e pelos direitos da cidadania. Nesta reflexão, ações como essas transpassam caminhos atípicos: somatório dialógico entre valores como a ética, a justiça e a questão ambiental, amarrando possibilidades para um presente sustentável.

Para que haja uma melhoria na qualidade de vida e para que esta seja contínua e sustentável é necessário combinar bons hábitos e uma eficiente educação financeira. A conscientização da importância da organização financeira na vida das pessoas é tão importante quanto o próprio planejamento e orçamento, que combinados com a disciplina, mudança de hábitos e um plano de objetivos sustentável suportarão a tão sonhada qualidade de vida (DONADIO, CAMPANARIO, RANGEL, 2012).

A educação financeira pode ser entendida como um processo que estimula a busca pelo conhecimento e cria condições favoráveis para as pessoas lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, a gestão de gastos e de empréstimos, aplicações na poupança e investimentos de curto e longo prazo. Ainda, conforme Donadio, Campanario, Rangel (2012), através da educação financeira é possível, de forma inteligente, realizar tudo que se deseja com consciência e prazer. É saber como eliminar a preocupação com dinheiro e identificar e aproveitar as oportunidades que lhe aparecem.



Outrossim, quando se fala em sustentabilidade econômica, nos questionamos sobre a necessidade do comprar algo, é necessário ou supérfluo? Muitas vezes, achamos que vamos precisar de determinados produtos que na realidade não serão necessários ou, outras vezes, para preenchermos uma carência pessoal, saímos às compras. Para Francischeti, Camargo, Santos, (2014), muitas vezes, além de desnecessários do ponto de vista de sustentabilidade, esses gastos não compõem o planejamento financeiro do mês e, por esse motivo, podem comprometer o orçamento de forma muito importante.

Ainda neste cenário, a educação financeira possui relação com a utilização de produtos e serviços das instituições financeiras. Observa-se que a bancarização entre os brasileiros, segundo pesquisa realizada pela FECOMERCIORJ/IPSOS (2015), atingiu o maior percentual em nove anos, onde 64% da população brasileira possui conta em banco, o equivalente a 86,3 milhões de pessoas e avanço de cinco pontos percentuais em relação a 2014. É o maior percentual da série histórica, iniciada em 2007.

Soma-se a isso um elemento extremamente relevante na indústria financeira como instrumento de inclusão social, chamado inovação, que tem como objetivo revolucionar, constantemente, o acesso a esse importante instrumento de crédito. Esse mercado é constantemente bombardeado por novidades e condições cada vez mais convenientes de fácil acesso e menor burocracia, trazendo novas formas de transferência de dinheiro ou pagamentos, sem necessariamente passar por um banco tradicional, ou possuir uma conta em algum banco. Essa nova forma de acesso ao mercado financeiro é extremamente importante para a inclusão social, possibilitando as populações mais carentes acesso a comodidade dos meios eletrônicos de pagamento, cuja indústria financeira tem pouco interesse por não gerar lucro elevado, visto que muitas vezes essa parcela da população tem acesso restrito ao crédito.

Se por um lado, a bancarização e acesso ao crédito facilitado através de novas formas e políticas de concessão é primordial para inclusão social de uma população que vivia à margem da sociedade, por outro lado, é preciso entender melhor a relação de consumo facilitado, uma vez que os recursos estão, cada vez mais disponíveis para utilização a qualquer momento, através das facilidades que a inovação trouxe a

esse mercado, como compras sem sair de casa e movimentação da conta bancária através dos mais variados dispositivos móveis. Assim, é necessário analisar o nível de entendimento, ou como é chamada pelos especialistas, alfabetização financeira. Os níveis de alfabetização financeira influenciam no endividamento do consumidor. Segundo Donadio, Campanario e Rangel (2012), no Brasil, o crescente grau de endividamento leva a acreditar que haja uma ampla parcela da população com baixa alfabetização financeira, o que torna os indivíduos mais propensos ao endividamento ou a utilização indevida dos recursos tomados.

A alfabetização financeira vai muito além do entendimento e conhecimento financeiro pessoal e sua utilização. É necessário que a aplicação dos conhecimentos na gestão das finanças pessoais resulte em um comportamento capaz de elevar o bem-estar financeiro do consumidor. Para tanto, é necessário que o indivíduo tenha, além de conhecimento financeiro, a habilidade e a confiança de aplicar esse conhecimento na tomada de decisão de investimento e consumo. Somente neste contexto é possível dizer que o consumidor é dotado de alfabetização financeira (DONADIO, CAMPANARIO, RANGEL, 2012).

O estudo mais aprofundado sobre os dois conceitos revela, ainda, outros aspectos importantes. Marcolin e Abraham (2006) destacam a possibilidade de alguns aspectos da alfabetização financeira sejam mais ou menos significantes, no sentido econômico, para determinar o bom ou mau comportamento financeiro e, conseqüentemente, determinar maior ou menor grau de sucesso na utilização dos recursos, bem como, a sustentabilidade do sucesso obtido. Eles sugerem, também, que sejam estudados componentes específicos da alfabetização financeira que, combinados com certas características demográficas teriam maior influência na obtenção do sucesso em outros campos da relação social e ambiental do indivíduo, como uma maior consciência na utilização de recursos naturais e a relação com questões acerca da sustentabilidade e bem-estar.

## 2.2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A alimentação é fator determinante para a saúde e desenvolvimento da sociedade. Historicamente essa condição ultrapassou os limites da necessidade básica e tornou-se um problema de saúde pública, dada sua escassez ou falta de qualidade. Abreu et al. (2001) propõem uma reflexão sobre o panorama da alimentação mundial. As desigualdades econômicas e sociais têm impossibilitado que as populações, principalmente de países pobres ou em desenvolvimento tenham acesso à alimentação adequada e de qualidade. Diante deste cenário é necessário promover modificações nas políticas públicas, priorizando o desenvolvimento econômico através de uma melhor distribuição de renda e de uma política agrícola, auxiliadas por novas tecnologias.

Na Antiguidade Clássica e Idade Média ocorreu a disseminação do uso de diferentes alimentos entre os povos de todo o mundo, isso aconteceu por meio do comércio e da introdução de plantas e animais domésticos em novas áreas. Já na época contemporânea, até o século XX, as descobertas científicas permitiram a modificação dos costumes alimentares, que em conjunto com a renovação de agrícola e industrial, introduziram novos produtos, bem como novas técnicas de conservação dos mesmos (ABREU et al., 2001).

### 2.2.1 Produção de alimentos e segurança alimentar

Existem dois conceitos para o termo segurança alimentar. Um está relacionado a aspectos qualitativos, ou seja, qualidade dos alimentos e diz respeito à forma de produção, características como cor, sabor, presença de produtos químicos, entre outros. O outro conceito relaciona-se à quantidade de alimentos disponíveis à população, ou seja, aspectos quantitativos que envolvem políticas públicas que assegurem quantidades suficientes de alimento à população.

Em relação a evolução do segundo conceito, o quantitativo, Veiga (2005) salienta que os períodos pós-guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial), produziram um maior compartilhamento dos meios de sobrevivência, como serviços de saúde, mas, também, a limitação de alimentos. Essa mudança comportamental, também, permitiu o surgimento de medidas públicas voltadas para à distribuição de alimentos e serviços de saúde. Decorrente deste movimento surge a intervenção governamental, que, através do custeio público de alimentos, permitiu alimentar as populações mais carentes e, assim, reduzir, as taxas de mortalidade.

Historicamente, o homem vem implementado processos erosivos e de devastação florestal, esses fatores foram responsáveis pelo declínio de muitas sociedades. Para Veiga (2005), as principais causas dessa mudança são decorrentes de formas de produção inadequadas, que provocaram a queda dos rendimentos físicos e a exaustão dos recursos naturais. Muitas sociedades não conseguiram encontrar meios de repor a fertilidade dos solos que foram se degradando na medida que se encurtavam os períodos de produção.

Tabela 1 - Países Mais Populosos

<b>Colocação</b>	<b>Países</b>	<b>População</b>	<b>Participação</b>
<b>1°</b>	<b>China</b>	<b>1.401.586.609</b>	<b>19,47%</b>
<b>2°</b>	<b>Índia</b>	<b>1.282.390.303</b>	<b>17,81%</b>
3°	Estados Unidos	325.127.634	4,52%
4°	Indonésia	255.708.785	3,55%
<b>5°</b>	<b>Brasil</b>	<b>203.657.210</b>	<b>2,83%</b>
6°	Paquistão	188.144.004	2,61%
7°	Nigéria	183.523.432	2,55%
8°	Bangladesh	160.411.249	2,23%
9°	Rússia	142.098.141	1,97%
10°	Japão	126.818.019	1,76%
<b>Total</b>		<b>7,2 bilhões</b>	

Fonte: ONU (2016).

A preocupação é como buscar mecanismos para que a produção e alimentos cresça, na mesma proporção que a população, com vistas a alimentar as pessoas da maneira mais adequada e com menos efeitos colaterais à saúde das mesmas.

A China e a Índia, com uma população em torno de 1.5 bilhões e 1.2 bilhões de habitantes, respectivamente, registra as maiores demandas por alimentos. O Brasil ocupa a quinta posição entre os países mais populosos, demandando, também, uma quantidade expressiva de alimentos. Além desses países, pode-se constatar, também, que outros países que figuram constantemente nos noticiários sobre desnutrição, como Indonésia, Paquistão, Nigéria, Bangladesh apresentam altos índices populacionais, conforme demonstra a Tabela 1. Os números corroboram com a preocupação da ONU no que diz respeito ao problema do crescimento da produção de alimentos na proporção do crescimento da população, evitando uma crise, ainda maior que a atual, no futuro.

O Brasil apresenta um grande potencial para suprir grande parte da demanda mundial por alimentos, que deve crescer 70%, até 2050, de acordo com Cunha et al. (2017). Pensando nisso, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação contou, em 2013, mais de 200 pesquisadores, que, por dois anos, analisaram o cenário agrícola mundial e discutiram soluções práticas para as questões do setor no país. Apesar de existirem programas com propostas semelhantes, o engenheiro agrônomo e líder da ação, ressalta que o diferencial do Projeto Alimentos é a sua abrangência:

A maior dificuldade do projeto foi costurar temas, que vão desde empreendedorismo e economia, até a questão da sustentabilidade em um só estudo. Foram analisadas as ameaças e as oportunidades que rondam o setor agropecuário frente a diferentes fatores, como a economia mundial, a disponibilidade de recursos naturais, as mudanças climáticas e o crescimento populacional no país e no mundo (GUEDES, 2017).

Apesar do longo caminho até a sua consolidação, o trabalho permitiu colocar o Brasil em um patamar diferenciado, hoje há mais investimentos em atividade agropecuária e aumento no consumo de alimentos produzido nos campos, oferecendo novas oportunidades e, mesmo em épocas de crise, a importância da atividade agrícola se mantém.

Sobre essa importância, seguem dados agrícolas de acordo com Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação, em 2013 (PORTAL BRASIL, 2017):

- PIB da agricultura: R\$ 1 trilhão;
- O setor representa 41% das exportações brasileiras;
- O setor responde em torno de 34% dos postos de trabalho no país;
- O Brasil representa:
  - Maior produtor mundial de açúcar, café, suco de laranja, soja e carne de aves;
  - Segundo maior produtor mundial de: soja e carne bovina;
  - Segundo maior exportador de carne bovina;
- As culturas que mais terão aumento na exportação, entre 2013 e 2023, serão o milho (63%) em função de ser a base alimentar para produção de carne e derivados e o algodão pluma (55%), por ser utilizado na produção de tecidos.

### 2.2.2 Agricultura familiar e a sustentabilidade

A agricultura ocupa um terço da superfície do planeta Terra e, ainda, constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Muitas mudanças e modificações ocorreram ao longo dos anos, mas o modelo de produção agrícola sempre manterá uma estreita relação com a natureza. Assim, aplicação de técnicas adequadas garantirão a renovação dos recursos, ao passo que a produção submetida às práticas de manejo inadequadas se torna altamente vulnerável (BARBIERI, 1997).

O modelo agrícola familiar, pelo próprio nome, já enfatiza a importância da manutenção familiar como fator vital de continuidade. A partir de um modelo sustentável que garanta segurança em termos de quantidade e qualidade de alimentos, e que permita à família rural ter acesso ao atendimento das suas necessidades sociais, ambientais e econômicas. A agricultura familiar ainda carece do desenvolvimento de alternativas que, acima de tudo, assegurem a permanência das famílias no campo, garantindo alimentos para o autoconsumo e para toda a humanidade.

Por outro lado, a produção sustentável, além de introduzir tecnologias para produzir alimentos de forma mais ecológica, em substituição aos agrotóxicos, também incentiva a utilização de técnicas de produção que abrangem o correto manejo do solo, rotação de culturas e respeito ao meio ambiente. Porém, a realidade é que a partir da chamada Revolução Verde houve redução da produção diversificada e para o auto sustento. Agricultores familiares passaram a produzir em maior escala produtos visando à comercialização e a geração de renda, seguindo uma tendência nacional que havia se estabelecido, e que custou a degradação ambiental e o aumento de problemas de saúde relacionados à utilização de agrotóxicos. Neste sentido, a adoção de políticas e ações para manter as famílias no campo e produzindo alimentos sustentáveis, tendem a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos agricultores, garantindo a manutenção e expansão da produção de elementos, bem como melhoria na qualidade dos alimentos produzidos, que, por conseguinte, trará impactos positivos no sentido de garantir a segurança alimentar.

A agricultura familiar exerce importante papel socioeconômico e ambiental e tem papel estratégico no processo de desenvolvimento das economias locais e para a segurança alimentar e o combate à fome. O modelo familiar, em contraposição ao modelo empresarial, apresenta características distintas (WANDERLEY, 2008, p. 34):

[...] a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Esses princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.

Também é importante citar, que essa modalidade de produção preserva alimentos tradicionais, baseado em um sistema de produção agrícola sustentável. Dessa forma, é muito importante reforçar os conceitos e práticas de sustentabilidade no modelo agrícola familiar, dado que é na agricultura que se garantem os alimentos para o consumo da população mundial.

Para Barbieri (1997), o desenvolvimento sustentável depende de um processo de fortalecimento do papel dos agricultores, descentralizando as decisões, entregando-as a organizações locais e comunitárias, promover e estimular práticas e

tecnologia agrícolas sustentáveis, que utilizem poucos insumos e energias, bem como a introdução de mecanismos que considerem os custos ambientais na formação de preços, para o autor isso seria um grande avanço, aliando ao fortalecimento do papel da mulher na agricultura.

### 2.2.3 Produção de alimentos e energias sustentáveis

Paralelamente ao problema de produção de alimento e, tão importante quanto a quantidade, é a discussão e estudos orientados à produção sustentável dos mesmos, garantindo, assim, a qualidade dos alimentos, que, por conseguinte, trará melhorias na saúde da população, bem como garantirá a preservação do meio ambiente.

Segundo Barbieri (1997), um dos importantes documentos resultantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, menciona:

O principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da educação, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; emprego e geração de renda para reduzir a pobreza; e o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção do meio ambiente.

Para que a produção seja considerada sustentável é imprescindível observar, segundo Barbieri (1997):

- A participação popular e promoção do desenvolvimento de recursos humanos para a agricultura sustentável;
- Cultivo por meio da diversificação do emprego agrícola e não- agrícola e do desenvolvimento da infra-estrutura;
- Utilização dos recursos terrestres: planejamento, informação e educação;
- Conservação e reabilitação da Terra;



- Água para a produção sustentável de alimentos e o desenvolvimento rural sustentável;
- Conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos vegetais para a produção de alimentos e a agricultura sustentável;
- Conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos animais para a agricultura sustentável;
- Manejo e controle integrado das pragas na agricultura;
- Nutrição sustentável das plantas para aumento da produção alimentar;
- Diversificação da energia rural para melhora da produtividade;
- Avaliação dos efeitos da radiação ultravioleta decorrente da degradação da camada de ozônio estratosférico sobre as plantas e animais.

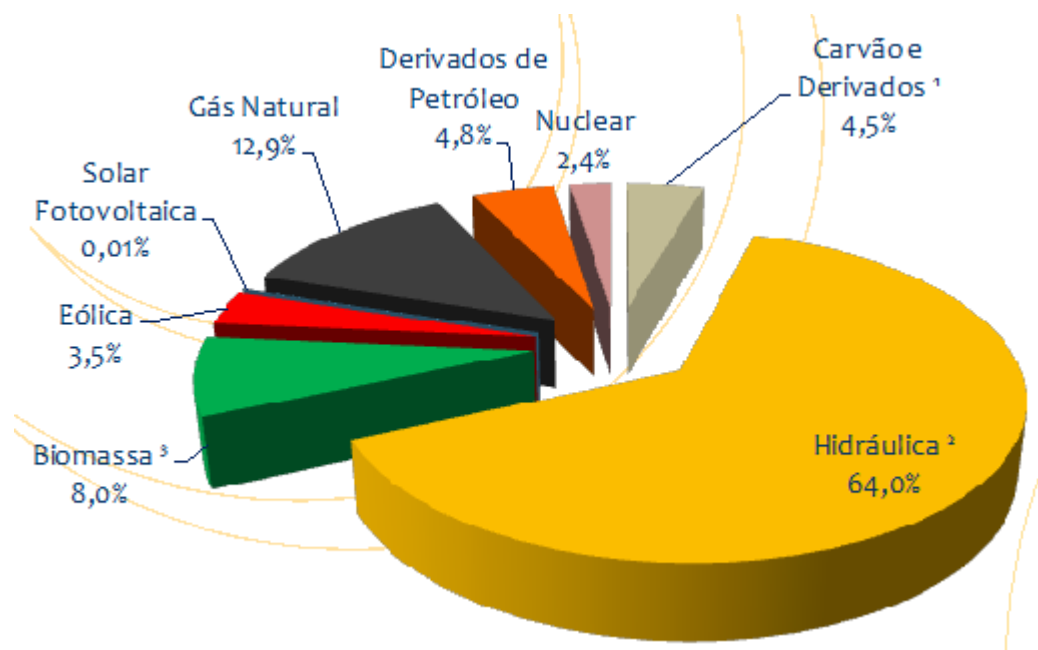
Vemos, assim, que produzir alimentos e energias dentro de um padrão de sustentabilidade significa muito além de técnicas de produção que não utilizem agrotóxicos ou energias fósseis, como muito se vê em discursos pouco embasados nos conceitos de sustentabilidade. Faz-se necessários compreender suas dimensões e seus impactos ao meio ambiente, aos agentes e aos demais recursos necessários para viabilizar essa produção. Obviamente que a ampla aplicação das dimensões da sustentabilidade demanda muito conhecimento e altos investimentos para sua aplicação. Porém, é preciso iniciar, mesmo que com sua aplicação parcial e, assim, promover, gradualmente, uma profunda mudança em nossa cultura e hábitos de produção e consumo.

#### 2.2.3.1 Energia renovável

Oriunda de recursos naturais, que são naturalmente reabastecidos, como sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica, sua produção é defendida pelas correntes que visam a preservação do meio ambiente, além de apresentar baixo custo de implantação. As fontes de energia renovável mais conhecidas são: eólica, solar, biomassa, biocombustível, biogás, geotérmica, hidrelétrica e energia do mar.

No Brasil, notamos um crescimento tímido na produção de energia renovável, apesar do percentual de crescimento, em dez anos, demonstrar um crescimento de 30%. Mas, quando avaliamos a participação desse tipo de energia em relação ao total consumido, notamos que houve um crescimento de 2,8% de toda a oferta de energia interna (2004) para 4,1% (2014), conforme CEEE (2017). Por outro lado, o Brasil pretende aumentar para 33% o uso de fontes renováveis na matriz total de energia até 2030. As principais fontes deverão ser a eólica, biomassa e solar. Essa expectativa de crescimento, se confirmada, representará um aumento na parcela de energias renováveis no fornecimento de energia elétrica para 23% até 2030 (PORTAL BRASIL, 2017).

Figura 1 - Matriz Energética Brasileira Atual



Fonte: EPE (2017).

### 2.2.3.2 Energia eólica

Historicamente a energia dos ventos é aproveitada pela humanidade há milhares de anos, tendo seu uso acompanhado a evolução do homem. Segundo Braga (2011), os aerogeradores, turbinas que transformam eólica em energia elétrica, começaram a ser desenvolvidos no final do século XIX, sendo a primeira turbina

erguida, em 1888, pelo americano Charles Brunch. Entretanto, apesar do combustível vento ser gratuito, o custo da geração de energia através de cata-ventos por muito tempo superou o custo da utilização de outras fontes. Assim, sua expansão ocorreu apenas no século XXI quando os avanços tecnológicos permitiram o aprimoramento dos processos e sistemas de produção.

Atualmente, está é a fonte de energia renovável em maior expansão no mundo, tendo, em 2016, uma capacidade global instalada de 487 GW, conforme publicado na organização internacional especializada em energia eólica *Global Wind Energy Council* (2017). Ainda, o Brasil está posicionado no 5º lugar do *ranking* de capacidade instalada em 2016, com uma capacidade de produção de 10.740 MW. China, EUA, Alemanha e Índia estão em melhores posições que o Brasil. Esse crescimento se justifica por 2 fatores: a crescente demanda por energia elétrica em escala mundial e o aumento da preocupação com os impactos ambientais causado pela sua produção. Soma-se a esses fatores o sucessivo aumento de preços dos combustíveis fósseis, mesmo que diminua em alguns períodos, dada sua escassez, e a crescente necessidade de um abatimento de energia contínuo e de qualidade, que levou a indústria e o governos a buscarem formas de diversificar a matriz energética para garantir o abastecimento.

No Brasil, a primeira turbina eólica foi instalada em Fernando de Noronha, em 1992. Porém, foi apenas em 2002, com a criação do Programa de Incentivos às fontes Alternativas das Fontes de Energia Elétrica (PROINFA – Lei nº 10.438, de 26/04/2002) que a produção de energia eólica começou a crescer, atingindo no final de 2016, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2017), uma capacidade instalada para produção, através dos 402 empreendimentos eólicos em operação no sistema, de 10.221 megawatts (MW).

Mundialmente, a energia eólica é considerada uma das fontes de energia mais limpas disponíveis. Isso ocorre porque a emissão de carbono das turbinas eólica equivale a zero quando em funcionamento, motivo pelo qual a energia eólica é muito bem-vinda sob o aspecto ambiental. Não obstante, deve-se observar os impactos com poluição sonora e visual, haja visto que as torres, de mais de 50 metros e hélices de

mais de 20 metros, destoam da paisagem, além de acidentes com fauna alada e alteração de rotas migratórias (BRAGA FILHO, 2011).

### 2.2.3.3 Energia solar

A energia proveniente do sol é uma forma de energia renovável e praticamente inesgotável que pode ser aproveitada pela sociedade para suprir suas necessidades energéticas. Essa forma de energia vem sendo utilizada pelo homem ao longo de toda sua história. Através dele são supridas necessidades básicas de aquecimento, iluminação e alimentação. Entretanto, seu uso como fonte direta para a produção de eletricidade é relativamente recente, onde os primeiros registros ocorrem, aproximadamente, em meados do século passado, através de 2 tecnologias de geração: a fotovoltaica, que consiste na conversão direta da luz em eletricidade e a heliotérmica, que é uma forma de geração termelétrica, na qual um fluido é aquecido a partir da energia solar para produzir vapor. Dessas duas tecnologias, a fotovoltaica é a que vem conquistando mais mercado nos últimos anos, representando 98% da capacidade instalada entre as duas fontes, em 2014 (TOLMASQUIM, 2017).

Ainda em relação a fatores econômicos, o sistema fotovoltaico se iniciou a partir da geração de pequena escala, havendo ocorrido seu desenvolvimento tecnológico, ganhos de escala e redução de custos através desse mercado. No caso da tecnologia heliotérmica, seu desenvolvimento passa inevitavelmente pela viabilização de grandes plantas geradoras, o que apresenta desvantagem competitiva a esta fonte, frente à fotovoltaica.

A energia solar, favorece elevados índices de irradiação em quase todo o território nacional, pelo fato de o Brasil estar situado numa região com incidência mais vertical dos raios solares. Adicionalmente, a proximidade à Linha do Equador faz com que haja pouca variação na incidência solar ao longo do ano, de modo que, mesmo no inverno, pode haver bons níveis de irradiação. Dessa forma, o Brasil desponta com uma importante liderança na produção dessa energia renovável é confirmada por órgãos brasileiros. Em 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), apurou

uma expansão de 2.491 megawatts MW, e, conforme a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2017), foi registrado um aumento de 53,4% entre 2015 e 2016.

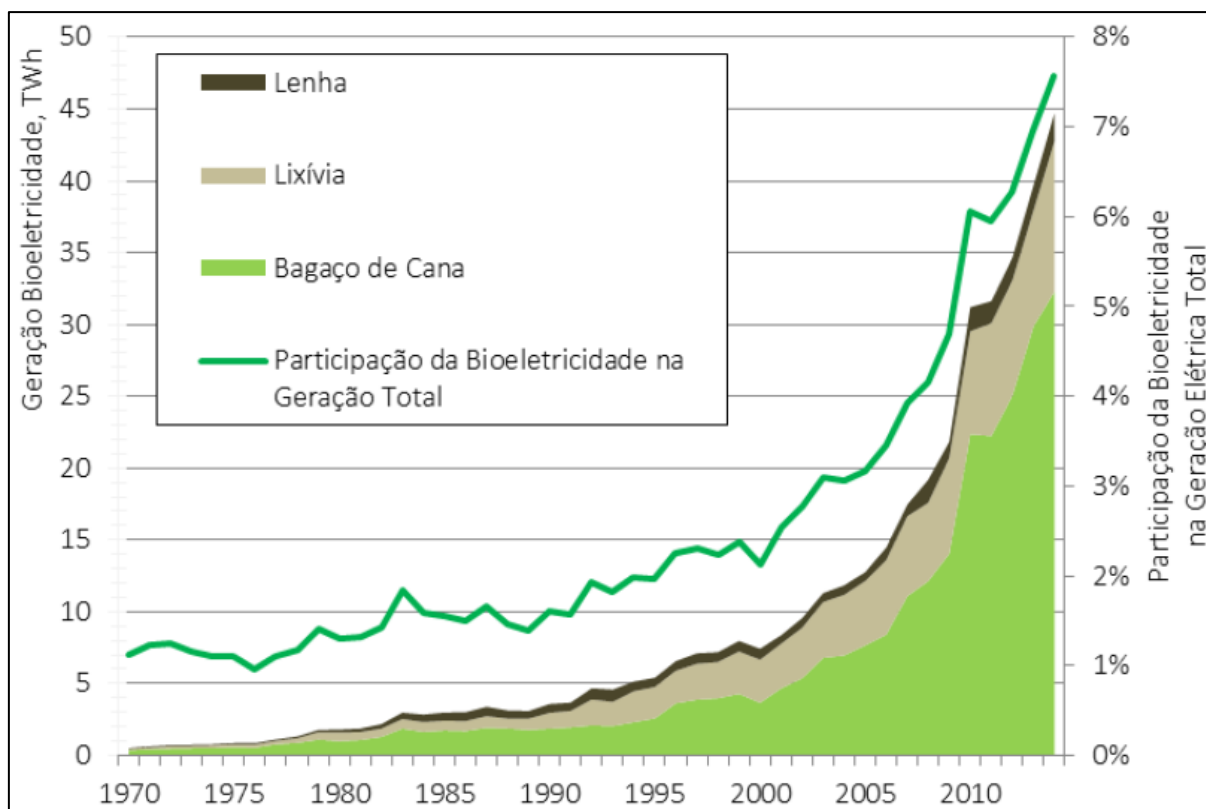
Sob o aspecto socioambiental, a geração de energia elétrica a partir do aproveitamento solar apresenta, como principal vantagem, a ocorrência de poucos impactos socioambientais, comparativamente às outras fontes. Durante a geração de energia não ocorre a emissão de poluentes e tampouco a geração de gases de efeito estufa como o CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O, fato que agrega benefícios ao meio ambiente, em escala local e global. Além disso, há de se considerar a relevância da geração de novos empregos e de renda em regiões de baixo desenvolvimento econômico, pois as obras de implantação mobilizam um contingente considerável de trabalhadores durante a construção.

#### 2.2.3.4 Energia biomassa

O uso da biomassa como fonte de energia tem origem há mais de 1 milhão de anos. Entretanto, o uso regular desta fonte deve ter se iniciado entre 350.000 e 320.000 anos atrás (TOLMASQUIM, 2017). Atualmente, essa modalidade de geração de energia é utilizada na agropecuária e na indústria, através da transformação e uso de biocombustíveis para geração de calor, força motriz e eletricidade.

A principal biomassa empregada para geração elétrica, no Brasil, é o bagaço de cana. Sua participação tem sido crescente no cenário nacional, decorrente da pujante indústria de etanol e açúcar estabelecida em solo nacional. Historicamente, uma das políticas de maior impacto para a introdução dos biocombustíveis no mercado brasileiro foi o Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL), em 1975. Com ele, a indústria sucroenergética nacional foi consolidada e ampliada, tornando-se referência internacional.

Figura 2 - Evolução da oferta de Bioeletricidade de 1970 a 2014, no Brasil



Fonte: Tolmasquim (2017).

A Figura 2 apresenta a classificação de empreendimentos termelétricos à biomassa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Entretanto, à exceção do bagaço, lixo e lenha, a quantidade de energia gerada com a utilização destas outras fontes de biomassa, representava menos de 4%<sup>2</sup> deste insumo, é muito pequena para ser destacada nas estatísticas nacionais.

Sob o aspecto socioambiental, de acordo com Tolmasquim (2017), uma das vantagens do uso da biomassa é o fato de ser uma energia renovável e que contribui para a mitigação das mudanças climáticas. Apesar da queima da biomassa gerar emissões de CO<sub>2</sub>, entende-se que o carbono emitido é o mesmo que foi absorvido pela planta no processo de fotossíntese e, assim, no caso do balanço, ele é nulo. Adicionalmente, vale mencionar que, no futuro, caso as tecnologias de Carbon Capture and Storage (CCS) se tornem viáveis e sejam aplicadas em projetos de geração à biomassa, será possível se obter um balanço negativo de emissões, ou

<sup>2</sup> Comparativamente à Figura 1 na página 40, onde são consideradas todas as fontes de biomassa.

seja, ocorrerá absorção de carbono da atmosfera. Um dos principais benefícios socioambientais da utilização da biomassa reside no fato de a maior parte dos combustíveis ter origem residual, ou seja, ao mesmo tempo que se garante um maior aproveitamento dos recursos disponíveis, evita-se a disposição inadequada desses materiais.

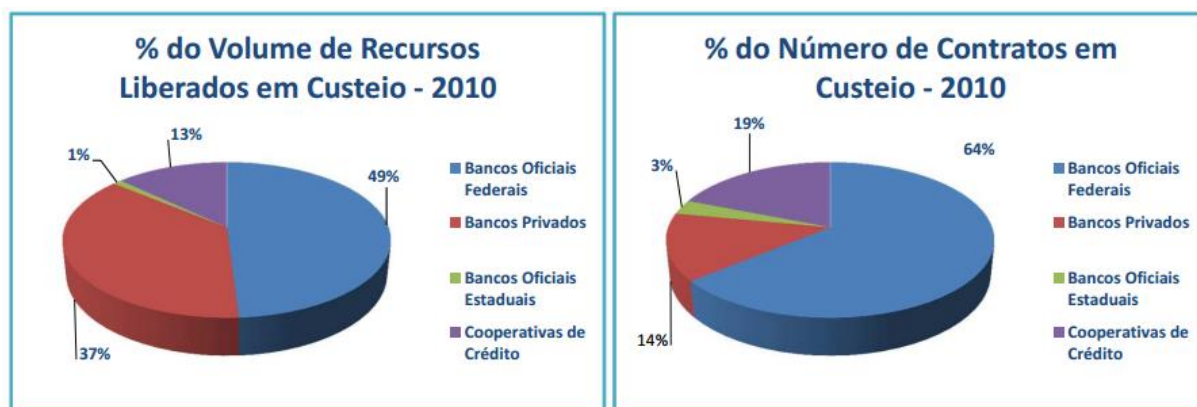
#### 2.2.4 Financiamento da produção de alimentos e energia

Tendo em vista a importância da produção de alimentos e energias de forma sustentável é necessário implementar novos métodos de produção, bem como aumentar a escala dessa produção. Para tanto, os produtores e as unidades familiares necessitam de recursos financeiros tanto para custeio da atividade, com insumos, ferramentas, equipamentos, quanto para pesquisa e investimento em tecnologia, novos projetos, para que, dessa forma, agregando novos conhecimentos, se aperfeiçoe as práticas, buscando elevar o patamar de comercialização da produção e suprir as necessidades familiares dos agricultores (MUNDO & SOUZA, 2015).

Neste contexto, o financiamento da produção, através de recursos do crédito rural tornar-se muito importante, bem como aperfeiçoar os mecanismos e controles de concessão é fundamental para que haja incentivo e adequado acesso aos produtores e famílias.

O crescimento econômico, juntamente com o desenvolvimento social são prioridades para os países em desenvolvimento e são essenciais para atingir os objetivos mundiais de sustentabilidade (BARBIERI, 1997). Diante deste desafio, os países deverão buscar forma de financiar as iniciativas para produzir alimentos e energias sustentáveis, como aportes de recursos novos e adicionais, em conjunto com governos e iniciativas privadas que tenham esses mesmo olhar.

Figura 3 - Custeio da Produção Rural no Brasil



Fonte: OCB (2016).

No Brasil, em torno de 50% dos financiamentos liberados para custeio, que viabilizam a produção agropecuária, são realizados por bancos federais, 37% pelos bancos privados e, apenas 13%, pelas cooperativas de crédito. Retomando um dos principais princípios do cooperativismo, que menciona o “Interesse pela Comunidade”, é correto afirmar que as mesmas podem buscar uma maior participação neste mercado, objetivando beneficiar mais pessoas e, através destas, mais famílias e comunidades.

Os bancos públicos concentram 37% do seu volume financiado em apenas 14% dos contratos, ou seja, são concentrados em grandes tomadores com potencial para contratar altos financiamentos, situação contrária aos pequenos agricultores, que desenvolvem a agricultura familiar. Esse fator, por si só, sinaliza uma oportunidade para as cooperativas em ampliar seus negócios com os pequenos produtores. Para que as cooperativas busquem ampliar essa participação é necessário investimento e, neste sentido, sugere-se destinar esforços e recursos na produção de alimentos e energias, mais especificamente, fomentando as modalidades que utilizam técnicas de produção sustentáveis, fazendo um vínculo com a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Para Barbieri (1997), outro ponto importante trata da transferência de tecnologia ambiental saudável com um conceito de produção limpa, que proteja o meio ambiente e reduzam drasticamente ou eliminem resíduos poluentes. Um dos principais papéis da ciência é de prestar apoio na formulação de políticas e seleção



de estratégias adequadas para a aplicação das melhores práticas e conhecimentos disponíveis para viabilizar uma produção sustentável, benéfica as pessoas e aos animais, além de garantir a preservação do meio ambiente. Para que isso ocorra, faz-se necessário promover a cooperação e fortalecimento institucional para viabilizar os projetos, disponibilizando e compartilhando informações científicas e tecnológicas, inclusive as mais modernas, especialmente para os países em desenvolvimento.

Outrossim, para que tudo isso ocorra será primordial elevar o nível cultural e de consciência em relação ao uso de recursos ambientais e financeiros, preparando o indivíduo para viver em harmonia e respeito ao ambiente e, em concordância, com os novos padrões de desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário assegurar a todos o acesso à educação qualificada, promover a erradicação da pobreza e do analfabetismo, bem como implementar programas que elevem esse nível de consciência aos administradores, economistas, engenheiros e demais profissionais, cujas suas atividades gerem direta ou indiretamente reflexos sobre o meio ambiente.

Audaciosos são os projetos e os programas, para que sejam viáveis é necessário o fortalecimento dos países no que tange aos recursos técnicos, ambientais e financeiros e às capacidades, humanas, científicas, tecnológicas e culturais. Dificilmente haverá otimização desses recursos e capacidades de forma isolada; assim, portanto, faz-se necessário desenvolver a cultura da cooperação internacional bilateral, no que tange aos processos de transferência de tecnologias e de outros conhecimentos técnico-científicos (BARBIERI, 1997).

Não obstante, a necessidade de acesso aos recursos e tecnologias que permitam atender às exigências de alimentos e outros recursos, como energia, dessa população em crescimento permanece incerta. Dessa forma, faz-se necessário fazer frente a esse desafio, principalmente aumentando a produção sustentável, buscando aumentar a quantidade de alimentos e, também, elevar sua qualidade, visando promover a melhoria na qualidade de vida, bem como a preservação do meio ambiente. Neste cenário, é necessário buscar parceiros que viabilizem os projetos, contribuindo, especialmente, com o financiamento dos mesmos e a capacitação dos produtores, ampliando seu conhecimento e introduzindo novas e inovadoras práticas de produção.

### 2.3 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA

No início da civilização, o homem era nômade e vivia em economia de regime fechado, extraindo da natureza o que precisava para sua sobrevivência. Com o passar dos tempos, a população aumentou e, gradativamente, os hábitos, passando as pessoas a viverem agrupadas em tribos e vilas. Nesse novo cenário também surgiram novos problemas, como a escassez de alimentos, que obrigou o homem a plantar para sua própria subsistência. O excedente dessa produção passou, então, a ser trocado por bens de outras tribos, processo que desencadeou os mecanismos econômicos conhecidos da nossa história (FIGUEIREDO, 2009).

Foi pela cooperação que a humanidade sobreviveu desde os primórdios, mesmo em situação nômade e sem organização social. Para Figueiredo (2009), essa união em prol de objetivos comuns fez com que o homem se defendesse de animais ferozes, das adversidades do clima, da fome e doenças. Com a evolução, surgiu a economia mercantil, dentre a qual a cooperação figurava com objetivo de autodefesa e como forma de sobrevivência, como mutirões para desenvolver a agricultura e pecuária, práticas que até hoje são aplicadas em pequenas propriedades e povoados.

A palavra cooperar tem origem do latim: *cum* (de forma conjunta) + *operare* (trabalhar). Dessa definição surgiram as demais variações, como cooperativismo, que significa um movimento para libertar o homem do seu individualismo para a cooperação com demais pessoas. Outra definição interessante é cooperativa, que significa organização de pessoas para trabalhar em prol de objetivos econômicos e sociais comuns. E, por fim, associado ou cooperado, que é a pessoa que participa da cooperativa, através de algum mecanismo de associação, beneficiando-se das vantagens advindas das atividades geradas a partir da cooperação de todos os associados e membros (MEINEN; PORT, 2014).

### 2.3.1 Princípios do cooperativismo

Como toda instituição organizada, o cooperativismo segue alguns princípios, os quais levam à prática os seus valores. Historicamente, definiu-se em sua simbologia, cores associadas às arco-íris, que veio a ser adotado, originariamente, como uma espécie de emblema universal do cooperativismo (MEINEN; PORT, 2014).

Baseado nos conceitos de Meinen e Port (2014), para que as cooperativas se mantivessem aderentes as novas dinâmicas sociais que se moldaram ao longo dos tempos, o cooperativismo deve-se se manter fiel aos seguintes princípios:

- **Adesão livre e voluntária:** princípio voltado a liberdade e igualdade, significa que as cooperativas são organizações voluntárias, acessíveis as pessoas, pelo seu próprio interesse e que estejam aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, nos termos da lei e do estatuto social, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa. Essa diretriz se aplica tanto nas relações associado *versus* cooperativa, quanto as relações intercooperativas (singulares x federações/centrais x confederações).

Esse princípio é garantido pela Constituição Federal, através Lei das Cooperativista - 5.764/71;

- **Gestão Democrática:** diz respeito ao direito ao voto de forma igualitária, o que faz da cooperativa uma instituição democrática, controlada pelos seus membros, que têm seu direito assegurado, de forma igual aos demais membros (um membro, um voto); através do voto, na tomada de decisões e constituição de políticas para gerir a cooperativa. Para que essa participação seja de fato igualitária e efetiva, cabe a quem está na liderança de uma instituição cooperativa assegurar todas as condições para a prática desse direito-dever, incluindo a instituição de canais e outros mecanismos adequados e transparentes de acesso a informações e participação dos cooperados.

Esse direito é assegurado pelo art. 4º, V e VI; art. 38, caput e §3º; 37, III, e art. 42, todos da Lei das Cooperativista, e pelo art.1.094, V e VI, do Código Civil;

- **Participação Econômica:** para que a cooperativa seja constituída e mantida os cooperados devem contribuir para a composição do capital, que é controlado democraticamente. Esse capital, construído pelos membros, é de propriedade comum da cooperativa e é garantido aos membros o recebimento de uma remuneração sobre o capital integralizado no momento de sua adesão e posterior pela sua permanência na cooperativa, conforme políticas estabelecidas. Os membros podem, ainda, destinar uma parte ou o total das remunerações auferidas, desde que aprovado pela maioria dos membros, para o desenvolvimento da cooperativa e, ainda, possibilitando a formação de reservas.

Importante lembrar que qualquer instituição se desenvolve com o incremento da sua estrutura patrimonial, no seu capital social e nas suas reservas; assim, portanto, é dever do associado contribuir para esse crescimento, destinando parte ou na sua totalidade os rendimentos auferidos no período. Além do dever de zelar pelo crescimento da sua cooperativa, os associados também devem utilizar os produtos e serviços da mesma, contribuindo para seu desenvolvimento.

Na forma da lei, esse princípio é garantido pelos arts. 3º e 4º, VII e VIII, da Lei das Cooperativista, e no art. 1.094, VII e VIII, do Código Civil;

- **Autonomia e Independência:** As cooperativas são organizações autônomas e independentes entre si, controladas pelos seus membros. Outras operações, como acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou internacionais, devem ocorrer em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa, sempre presando pelos valores da democracia, transparência e honestidade.

No que tange a legislação o princípio é assegurado no art. 5º, XVII e XVIII, da Constituição Federal, e no art. 4º da Lei das Cooperativista;

- **Educação, formação e Informação:** Como forma de garantir a efetiva participação de seus membros, as cooperativas devem promover a formação dos mesmos dentro dos conceitos e princípios do cooperativismo, promovendo o desenvolvimento da cooperativa, que através de uma formação qualificada poderão além de dirigir adequadamente a instituição, trabalhar em prol do seu crescimento e, assim, permitir acesso a novos associados. Também tem como missão, compartilhar as informações ao público em geral, particularmente aos líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Considerado um dos principais e mais influentes princípios do cooperativismo, dado que ele permite o desenvolvimento das pessoas, conceito que remete ao interesse pela pessoa dentro do cooperativismo e, assim, líderes preparados podem, além de representar adequadamente seus associados, disseminar as boas práticas cooperativistas, sua expansão entre os diferentes públicos e a sustentabilidade do empreendimento, preservando a instituição em ocasiões de adversidades.

Muito comum, dentro deste princípio, que as cooperativas desenvolvam mecanismos de levar informação e educação também aos seus associados, pois, mesmo que eles não tenham uma atividade profissional dentro da cooperativa, poderão levar a cultura do cooperativismo a outros membros de sua comunidade e, assim, auxiliar no fortalecimento da mesma e permitir acesso aos benefícios a outras pessoas. Exemplos disso são os programas de ensino do cooperativismo na fase escolar (ensino fundamental) e nas universidades. Há o registro de inúmeras iniciativas nesse sentido, em programas muito bem estruturados; Todavia, o grande universo de estudantes ainda não tem a oportunidade do contato com a doutrina cooperativista. Esse é um dos grandes desafios para o futuro, levar a cultura para toda a população, pois através de instrumentos acadêmicos a população no geral poderá conhecer esse importante instrumento socioeconômico.

No plano legal, este princípio está contemplado nos arts. 4º, X, e 28, II, da Lei das Cooperativistas, e na Medida Provisória 1.715/98 (arts. 7º e 9º);

- **Intercooperação:** Trata-se de um poderoso princípio de proteção ao negócio das cooperativas, pois através dele as instituições se fortalecem, com o apoio de outras cooperativas, podendo expandir suas atividades através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através da intercooperação. Para entender sua aplicabilidade citamos, como exemplo, a utilização das operações e dos serviços bancários das cooperativas financeiras pelas entidades cooperativas dos demais ramos, onde os associados podem buscar produtos e serviços na outra instituição como se também fosse associado e assim, todos se beneficiam com um maior portfólio disponível para atender todas as suas necessidades.

Este é o princípio, através do qual se aplica a prática e o valor da solidariedade, através do qual se garante que os interesses de qualquer cooperativa, beneficiem e fortaleçam as entidades do mesmo ou de outros ramos, proporcionando condições para que se desenvolvam e se mantenham saudáveis.

Na legislação, o princípio é garantido pelos arts. 8º, parágrafo único, e 9º da Lei das Cooperativistas, assim como, tratando-se de cooperativas financeiras, nos arts. 14, parágrafo único, e 15 da Lei Complementar 130/09;

- **Interesse pela Comunidade:** considerado um diferencial das instituições cooperativas, pois através dele as mesmas trabalham para o desenvolvimento sustentado das localidades onde estão inseridas, levando progresso e melhores condições de vida não apenas aos seus associados, mas também, às suas famílias. A coletividade faz parte do DNA das cooperativas, daí a origem da expressão que a cooperativa de crédito é a instituição financeira da comunidade.

Por esse princípio, a cooperativa tem a obrigação de ser orientada para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade e para o bem-estar de sua população. Esse conceito distingue as cooperativas das demais instituições financeiras, especialmente as privadas, como os bancos, que mantêm interesse exclusivo pelo capital e pelo lucro. Nesse sentido, uma cooperativa participa da vida de seus associados e comunidade, fazendo com que os

resultados da sua produção e dos serviços gere novas riquezas local e regionalmente, atuando como promotor da contínua melhoria da qualidade de vida das pessoas dentro de sua área de atuação.

Tão importante quanto o conceito deste princípio é a sua aplicação de forma sustentável, apoiando projetos e soluções que sejam sustentáveis tanto do ponto de vista econômico, gerando resultados financeiros que garantam a perpetuidade e o contínuo desenvolvimento da instituição, como, também, sob a ótica social e ambiental, que garantira a melhoria na qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente, para as gerações futuras. As ações visam, em última instância, aos interesses de todos (membros da direção, colaboradores, associados, famílias e comunidade em geral), pois isso a importância do conhecimento, competência e ética para deliberar sobre as diretrizes que devem conduzir para o cumprimento dessa importante orientação doutrinária.

O princípio é garantido no direito pelo art. 192 da Constituição Federal com o arts. 3º e 4º, XI, da Lei das Cooperativistas, e ainda, especificamente no caso das cooperativas de crédito, com o art. 2º, §1º, da Lei Complementar 130/09;

Tão importantes princípios deveriam ser preservados e defendidos a todo custo, especialmente dos interesses puramente capitalistas. Dessa forma, conforme Portal Cooperativismo Financeiro (2016), para garantir sua manutenção e essência, surgiu a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Trata-se de um organismo mundial que com a função de preservar os princípios cooperativistas, com sede na cidade de Bruxelas, na Bélgica, se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica.

Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (2016), o movimento mundial não possuía um símbolo único utilizado por todos, em todas as partes do mundo. Nas Américas, por exemplo, é comum vermos o símbolo dos dois pinheiros. Assim, surgiu, em 2001, definido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), um símbolo mundial, que leva como bandeira o arco-íris, de onde emergem pombas da paz.

Figura 4 - Símbolo do Cooperativismo Mundial - ACI



Fonte: Portal do Cooperativismo Financeiro (2016).

### 2.3.2 O cooperativismo no mundo

Já dizia Williams (2007), a atividade econômica cooperativa não é uma novidade. Ao longo da história as sociedades têm demonstrando interesse em se organizar em grupos, para juntos superar adversidades culturais e econômicas. Os movimentos observados nos tempos modernos, surgiram em torno de 1750, inicialmente com o estrito interesse econômico, onde eram chamadas de comunidades cooperativas. As ideias utópicas de líderes socialistas da época, como os ingleses Robert Owen e William Thompns e os franceses Cabet e Fourier inspiraram os ideais de um futuro mais democrático.

De acordo com o histórico disponível no *site* do Portal do Cooperativismo Financeiro (2016), o movimento do cooperativismo tem sua primeira aparição com a fundação da “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), onde 27 tecelões e uma tecelã procuravam, na época, uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16 horas) e do desemprego provocado pela Revolução Industrial.



Naquele momento e cenário, aquelas pessoas mudavam os padrões econômicos da época e davam origem ao movimento cooperativista. No início, foram alvo de muitas críticas e ironias por parte dos comerciantes locais. No entanto, logo no primeiro ano de funcionamento da sociedade, o seu capital aumentou para 180 libras. Cerca de dez anos mais tarde, o “Armazém de Rochdale” já contava com 1.400 cooperados. Com isso, o sucesso do empreendimento passou a ser um exemplo para outros grupos.

O cooperativismo acabou evoluindo e conquistando um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

Com a evolução surgiram novos modelos, inspirados em outros idealizadores e que contribuíram para difundir as cooperativas de crédito na Europa e no mundo:

**Modelo Schulze:** Hermann Schulze (1808-1883), magistrado nascido em Delitzsch/Alemanha, que fundou bancos populares entre os artesãos e foi o autor do projeto que serviu de base à elaboração do Primeiro Código Cooperativo, promulgado em 27 de março de 1867, na Alemanha. Para Hermann Schulze, a associação é o meio encontrado pela sociedade para atuar de forma eficaz em setores que o Estado não consegue atingir.

Principais características do Modelo Schulze:

- O capital da sociedade é constituído através de quotas-partes integralizadas pelos cooperados, adotam o princípio da ajuda mútua, conhecido como *self-help*;
- Constituição de fundo de reserva geralmente limitado a dez por cento do capital subscrito;
- Distribuição dos ganhos entre os sócios sob a forma de dividendo;
- Responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios pelos negócios da entidade;

- Permitida a participação de todas as categorias econômicas, pois não classificada como associação classista.

**Modelo Raiffeisen:** para Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), também nascido na Alemanha, o cooperativismo fundamenta-se no princípio cristão de amor ao próximo e, embora adotem a ajuda mútua, admitem auxílio de caráter filantrópico. Esse modelo ainda é muito utilizado na Alemanha, além de ter influenciado, significativamente, a constituição das cooperativas de crédito rural brasileiras.

Principais Características do modelo Raiffeisen:

- Responsabilidade solidária e ilimitada<sup>3</sup> quanto aos negócios realizados pela sociedade;
- Grande valorização da formação moral dos cooperados;
- Não remuneração dos dirigentes da sociedade;
- Não distribuição de retorno;
- Defesa da idéia de organização de um banco central para atender às necessidades das cooperativas de crédito<sup>4</sup>.

**Modelo Hass:** inspirado pelos dois modelos alemães citados acima, surgem, no período de 1838 à 1913, as cooperativas do tipo Haas, com ênfase e cunho econômico. Para Hass, a cooperativa de crédito é capaz de obter, mediante o auxílio-mútuo, aumento do crédito agrícola, compra em comum de maquinário e ferramentas a serem empregadas na agricultura, seguro agrícola, melhoria na qualidade e redução dos preços dos produtos, maior rapidez na exploração e transformação dos produtos agrícolas, entre outros benefícios (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2016).

**Modelo Luzzatti e Wollemborg:** as ideias dos precursores foram tomando forma e apresentando sólidos resultados. Inspirados, surgem, nos anos de 1865, na

---

<sup>3</sup> Antigamente as cooperativas de responsabilidade ilimitada eram constituídas sem Capital Social e seus cooperados respondiam ilimitadamente pelas obrigações sociais. Com o advento do Novo Código Civil de 2002, foi facultado às cooperativas constituir-se sem capital social. Com relação à cooperativa de responsabilidade limitada, desde sua origem se admite que os cooperados respondam apenas pelo valor de sua contribuição para a formação do capital social.

<sup>4</sup> No Brasil, surgiu em 1951, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), que tinha por objetivo assegurar assistência e amparo financeiro às cooperativas. O BNCC foi extinto em 16/03/1990.

Itália, o Modelo Cooperativista Luzzatti. Essas instituições adotaram o princípio do *self-help* e recebiam ajuda estatal para suporte no início das operações, até que a sociedade fosse capaz de assumir todas as responsabilidades do negócio. Nesse mesmo contexto, surgiram, também, na Itália, o modelo de Wollemborg, com uma preocupação mais acentuada para o financeiro da sociedade. O modelo não previa a remuneração dos dirigentes, nem a distribuição dos resultados.

**Modelo Desjardins:** corroborando com a ideia de que o modelo era rentável e sustentável, segue-se a expansão para o continente americano, com o surgimento, em 06/12/1900, no Canadá, o Modelo de Cooperativismo de Crédito de Desjardins. Inspirado nos modelos europeus, na tradição dos *saving banks* (banco de poupança cujo objetivo principal é aceitar depósitos de poupança e pagar juros sobre os depósitos) dos Estados Unidos, e nos valores religiosos de seu idealizador.

De acordo com Meinen e Port (2012), o modelo criado por Alphonse Desjardins unia as funções de poupança e de crédito popular, com o intuito de, mediante o auxílio mútuo, criar nos cooperados o hábito da economia sistemática para o atendimento de necessidades profissionais, familiares e pessoais, bem como conduzi-los à prática da autogestão democrática e à autoproteção contra os abusos do sistema financeiro da época. Para garantir a perpetuidade desse modelo, Alphonse Desjardins trabalhou com modelos federados, com centralização dos serviços de educação, assistência técnica, marketing e comunicação e a constituição de uma Caixa Central que garantisse a estabilidade econômica das cooperativas. Tal modelo, mostrou-se muito eficiente e teve uma rápida expansão em todo o mundo, inspirando, ainda hoje, grande parcela das cooperativas de crédito em funcionamento nos mais diferentes países.

### 2.3.3 O cooperativismo no Brasil

Modelo aplicado, inicialmente, junto a pequenas comunidades rurais, podemos dizer que um estado cooperativo em bases integrais começou em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas, no Brasil. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde

o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros, e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade (PORTAL COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

Contudo, somente dois séculos depois, em 1847, é que a história registrou o início do movimento cooperativista, no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou nos sertões do Paraná, juntamente com um grupo de europeus, a Colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Apesar de sua breve existência, essa organização contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro. Por volta de 1950, segundo Pinho e Palhares (2004), foi possível identificar no país a atuação de dois importantes modelos estrangeiros: o modelo, também conhecido por Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, trazido do Canadá, via EUA, Caixas Rurais de Raiffeisen e os Bancos Populares de Luzzatt. Todas eram direcionadas para solucionar problemas econômicos e sociais.

Mais tarde, nas regiões Sul Sudeste do país, o movimento cooperativista foi influenciado pelos colonizadores (alemães, holandeses, italianos, ucranianos, poloneses e japoneses), que trouxeram com sua bagagem a cultura do cooperativismo, já desenvolvida nos seus países de origem. Conforme Pinho e Palhares (2004), em 1902, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor *Amstadt*, seguindo o modelo de cooperativismo de Raiffeisen, foi criada no distrito de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de crédito da América Latina e o primeiro modelo de cooperativa de crédito introduzido com sucesso no Brasil, a Caixa de Economia e Empréstimos *Amstad*, também conhecida por Caixa Rural de Raiffeisen. Atualmente ela é chamada de SICREDI Pioneira e uma das maiores do país. No Brasil, existem, atualmente, 7.603 cooperativas, que geram 218 mil empregos diretos, reúnem 7,3 milhões de associados e movimentam 6% do PIB nacional (OCB, 2016).

### 2.3.4 Ramos do cooperativismo brasileiro

Do campo às grandes cidades, as cooperativas atuam em diversos setores da economia. Com essa ampla atuação é natural que surjam as mais variadas formações de interesses em torno de um grupo organizado e que se transforma em cooperativa para defender seus interesses comuns. Como forma de organizar e representar esses grupos de atuação, a Organização das Cooperativas Brasileiras segmentou a atuação das cooperativas em 13 ramos. Assim, facilita a identificação e traz a atuação das mesmas mais próximos da realidade dos ramos e ajuda os agentes a impactar positivamente o cooperativismo em todas as suas frentes: pessoas, negócios, economia e o país.

Abaixo uma breve descrição desta classificação em ramos de atuação, conforme histórico disponível no *site* da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB (2016):

- 1) **Cooperativa Agrícola:** cooperativa de produtores rurais ou agropastoris e de pesca onde os meios de produção pertencem ao cooperado;
- 2) **Cooperativa de Consumo:** forma de organização cooperativa voltada à satisfação das necessidades de consumo dos cooperados. Pode ser aberta, onde qualquer pessoa pode se associar, ou fechada, admitindo como cooperados somente as pessoas ligadas a uma mesma empresa, sindicato ou profissão;
- 3) **Cooperativa de Crédito:** instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços;
- 4) **Cooperativa Educacional:** organização que visa controlar projetos pedagógicos, práticas e os métodos aplicados. As cooperativas educacionais funcionam como uma escola convencional, respeitando todas as

diretrizes do MEC e podem ser formadas por professores ou por pais de alunos. O corpo docente e a equipe de direção pedagógica são funcionários contratados;

- 5) **Cooperativa Especial:** as cooperativas do ramo especial são compostas por pessoas que precisam ser tuteladas<sup>5</sup> ou que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. Em função das dificuldades das pessoas em desvantagem torna-se difícil a orientação e organização para o trabalho, sendo fundamental o trabalho que essas cooperativas desenvolvem, onde promovem programas especiais de treinamento, com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica e social. Para serem inseridas nestas cooperativas, os cooperados devem apresentar atestado da sua condição de desvantagem, documento este proveniente de órgão da administração pública;
- 6) **Cooperativa Habitacional:** as cooperativas habitacionais podem ser uma alternativa econômica para quem quer realizar o sonho da casa própria. Elas são associações de pessoas que se reúnem com o objetivo de comprar ou construir um imóvel. Qualquer grupo pode formar uma cooperativa, mas já existem algumas constituídas as quais se pode associar-se;
- 7) **Cooperativa de Infraestrutura:** cooperativas de infraestrutura são aquelas que prestam, de forma coletiva, serviços de infraestrutura aos seus associados. Elas atendem o seu quadro social com serviços essenciais, como energia, telefonia, limpeza pública, segurança e saneamento básico;
- 8) **Cooperativa Mineral:** cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. É um ramo com potencial enorme, principalmente com o respaldo da atual Constituição Brasileira, mas que necessita de especial apoio para se organizar;

---

<sup>5</sup> Pessoas que se encontram em situação de desvantagem. Compreende as seguintes pessoas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas do sistema prisional, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

- 9) **Cooperativa de Produção:** as cooperativas de produção são a modalidade básica da Economia Solidária. Nelas, os associados contribuem com o seu trabalho para a produção em comum de bens e produtos. A propriedade dos meios de produção é dos trabalhadores da cooperativa, e não há proprietários que não trabalhem nela;
- 10) **Cooperativa de Saúde:** cooperativa que reúne profissionais (médicos, dentistas, psicólogos) e usuários de saúde para prestação de serviços a um custo inferior ao das consultas particulares;
- 11) **Cooperativa de Trabalho:** Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho;
- 12) **Cooperativas de Transporte:** O ramo das cooperativas de transporte é um dos que mais cresce no país, atraindo cada vez mais o interesse de profissionais que descobrem as vantagens do associativismo. Ao longo dos últimos quatorze anos o setor teve um crescimento expressivo, passando de 542 cooperativas (2001) para 1.164 (2014);
- 13) **Cooperativas de Turismo e Lazer:** criado pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) em abril de 2000, atendem direta ou prioritariamente ao seu quadro social, com serviços turísticos, de lazer, de entretenimento, de esportes, artísticos, de eventos e hotelaria. Esse ramo foi criado a partir da motivação pelo fato do Brasil possuir várias regiões com grande potencial turístico, podendo impulsionar o crescimento desse negócio, bem como o desenvolvimento das pessoas que trabalharem nesta área no país. Como exemplo citamos a Coopbugueiros (Cooperativa de Bugueiros de Natal).

Dentre os ramos, destaca-se, no Brasil, o cooperativismo de crédito. Importante ramo na conjuntura econômica pela sua contribuição no Sistema Financeiro Nacional, que, por sua vez, tem grande impacto no crescimento do PIB.

Tabela 2 - Dados dos Ramos das Cooperativas no Brasil

<b>Ramo de Atividade</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>	<b>Empregados</b>
<b>Agropecuário</b>	<b>1.523</b>	<b>969.541</b>	<b>155.896</b>
Consumo	120	2.710.423	10.968
<b>Crédito</b>	<b>1.047</b>	<b>4.673.174</b>	<b>33.988</b>
Educacional	29	51.534	3.694
Especial	9	393	12
Habitacional	226	99.474	1.829
Infraestrutura	128	829.331	6.334
Mineral	69	58.891	161
Produção	243	11.500	3.605
Saúde	846	271.004	67.156
Trabalho	966	188.644	2.738
<b>Transporte</b>	<b>1.088</b>	<b>143.458</b>	<b>9.712</b>
Turismo e Lazer	27	1.468	193
<b>TOTAIS</b>	<b>6.321</b>	<b>10.008.835</b>	<b>296.286</b>

Fonte: OCB (2016).

Dos ramos mais expressivos em números de cooperativas no Brasil, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (2016) e destacados na tabela 2, são os agropecuários, crédito e transporte. Esse estudo aborda temas acerca de dois deles: agropecuário e crédito.

### 2.3.5 Cooperativas de crédito no mundo e no Brasil

As manifestações cooperativas podem assumir diferentes formas operacionais, que envolve desde atividades de produção e comercialização até o fornecimento de itens para consumo e prestação de serviços nas mais diversas áreas profissionais. Há de se destacar os serviços prestados no setor financeiro, onde se insere o cooperativismo de crédito, tanto pela sua relevância dentro os ramos de atuação nacional, quanto pelo seu papel social, quando comparadas as demais instituições financeiras, nas comunidades onde as cooperativas de crédito estão inseridas.



As cooperativas foram geradas em comunidades específicas e têm, portanto, um vínculo umbilical com elas. Assim, uma de suas metas naturais é o desenvolvimento regional, haja visto que os ganhos do sistema não proveem de uma propriedade, mas do seu conjunto. É esse o ponto que confere as cooperativas de crédito uma força única no mercado e um enorme diferencial a ser aproveitado.

Embora ofereça os mesmos produtos e serviços de um banco comercial, uma cooperativa de crédito é uma sociedade de pessoas, e não de capital. Essa diferença primordial resulta em um relacionamento diferenciado entre a organização e seu usuário, que, além dos aspectos legais de garante ao cooperado participar das decisões e compartilhar do resultado, proporciona um conhecimento ampliado do seu público, enquanto as instituições financeiras tradicionais conhecem superficialmente seus clientes. Para Meinen e Port (2014), o domínio sobre o perfil e o hábito de consumo dos usuários garante uma importante vantagem a instituição, e, nesse contexto, as cooperativas demonstram estar mais próximas de seus cooperados, do que os bancos de seus clientes.

Outro ponto a ser mencionado é o senso de coletividade, presente nos ambientes cooperativos. Além da preocupação com a comunidade, cada associado tem uma participação nos resultados ao final do ano. Dessa forma, as cooperativas de crédito retêm os recursos financeiros na sua área de atuação, em benefício dos seus membros e da comunidade. Nesse contexto, pode-se dizer que em uma cooperativa de crédito todos crescem e se desenvolvem juntos. Esse conceito de coletividade, o cooperativismo, foi reconhecido e homenageado pela ONU, em 2012, por ser considerado um modelo de negócios que muda o mundo.

Para melhor compreender esses diferenciais entre instituições financeiras tradicionais e cooperativas de crédito, faz-se necessário analisar e compreender as diferenças estruturais e as diretrizes para atuação nos dois modelos. A seguir, apresenta-se as principais diferenças entre os sistemas tradicionais (bancos e financeiras no geral) e das cooperativas de crédito.

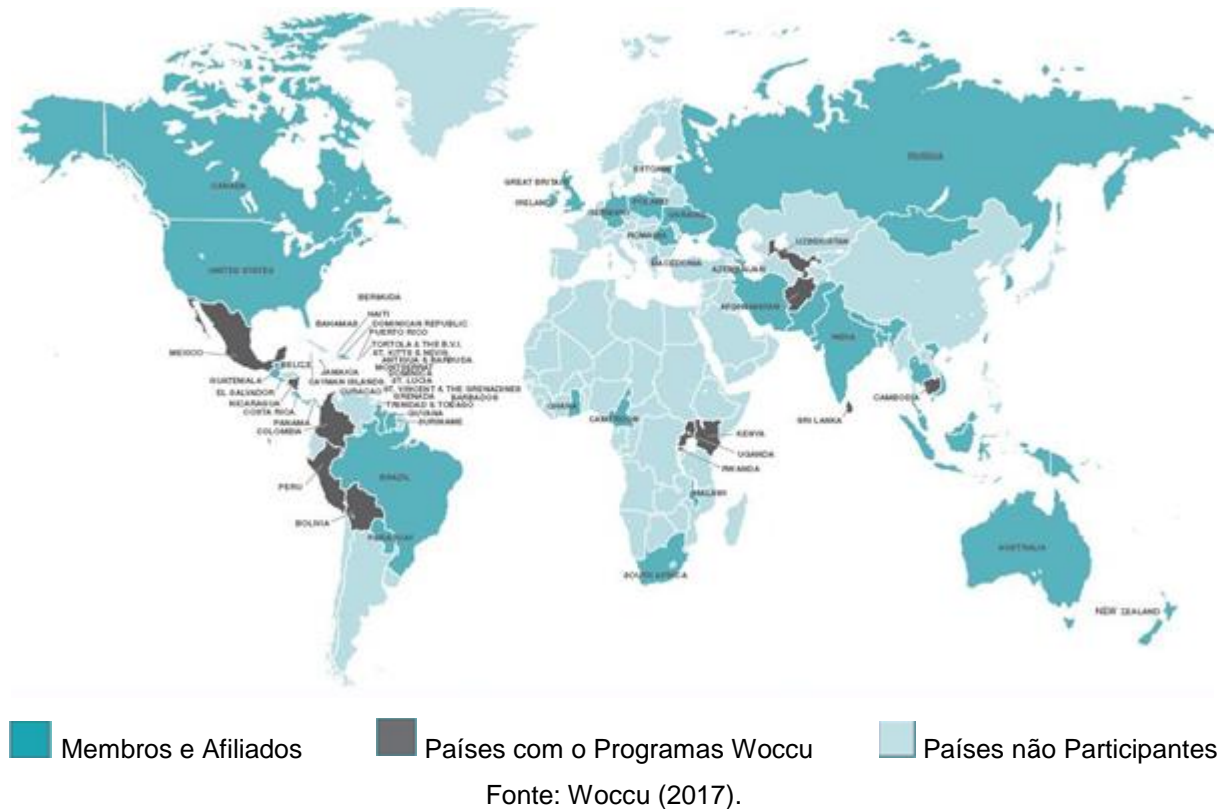
Figura 5 - Comparativo Bancos Comerciais e Cooperativas de Crédito

<b>Comparativo entre Bancos Comerciais e Cooperativas de crédito</b>		
	<b>BANCOS</b>	<b>COOPERATIVAS DE CRÉDITO</b>
Formação	São sociedades de capital	São sociedades de pessoas
Papel do usuário	Clientes	Cooperado/Associado
Comando	Quem tem mais ações tem mais poder	Cada associado tem um voto. Todos os votos têm o mesmo valor
Decisão	O usuário não influencia nos produtos ou na precificação	Todos participam da decisão da política operacional
Meios de crescimento	Avançam por competição. Preferem o grande poupador e as maiores corporações	Desenvolvem-se por cooperação mútua e voltando-se mais para os menos abastados
Objetivo	Lucro por excelência	Administrar os recursos financeiros dos associados de forma vantajosa para todos. O lucro está fora de seu objeto (Art. 3 da lei 5764/71)
Preços e taxas	Superiores, visando lucro	Até 20% menores, tendo como parâmetro somente os custos e necessidades de reinvestimento
Remuneração	Estrutura de custos cara e tributação de resultados diminui a remuneração dos depósitos	Estrutura de custo enxuta pode viabilizar remunerações maiores para depósitos a prazo
Resultados	O lucro é dividido apenas entre os acionistas	Os rendimentos positivos são distribuídos entre todos os associados, de acordo com suas respectivas participações
Comunidade	Não tem por prioridade os investimentos locais	Retém os recursos na sua área de atuação (cidade, município), contribuindo com o desenvolvimento local
Área de atuação	Preferem grandes centros urbanos	Atuam, também, em comunidades mais remotas e pequenas cidades de interior
Legislação	Reguladas pela Lei das Sociedades Anônimas	Reguladas pela Lei Cooperativista

Fonte: Adaptado de Meinen & Port (2002) e Schardong (2002).

Atualmente, o movimento iniciado pelos idealizadores ingleses e franceses ganhou expressão mundial, com atuação, nada modesta, de aproximadamente 520 milhões de pessoas associadas às cerca de 90 mil instituições financeiras cooperativas no mundo. Dados do *World Council Credit Union - Woccu* (2017).

Figura 6 - Mapa do Cooperativismo de Crédito no Mundo



Como se observa na Figura 6, o movimento está presente em todos os continentes, alguns com maior expressão como a América e a Europa, onde em alguns países como o Canadá e a Noruega de cada 3 pessoas, 1 conhece a doutrina cooperativista.

Segundo dados disponibilizados no site do Portal Cooperativo Financeiro (2017), foi divulgado no relatório anual da European Association of Co-Operative Banks, com sede em Bruxelas (Bélgica), os números movimentados atualmente pelos bancos cooperativos no continente europeu, atingem 224 milhões de clientes, 68 milhões de associados, com uma participação de mercado de cerca de 20% do mercado de depósitos.

Entre os 50 maiores sistemas bancários do mundo, 6 são bancos cooperativos, representados por: Credit Agricole (França), Rabobank (Holanda), Natixis (França), Norinchukin Bank (Japão), Dz Bank (Alemanha) e Credit Mutuel (França).

Atualmente, 50% das cooperativas de crédito do mundo são filiadas ao Woccu. Já no Brasil apenas 855 das 1.400 cooperativas de crédito estão representadas nesse Conselho. De acordo com os dados divulgados pelo Woccu (2016), atualmente o Conselho conta com:

- 97 países com cooperativas filiadas ao Woccu;
- 49.330 cooperativas de crédito filiadas;
- 184 milhões de associados;
- Market Share médio de 7,6%;
- Ativos Totais de US\$ 1,353 trilhão;
- Empréstimos de US\$ 911 bilhões;

Cabe lembrar, ainda, que o movimento cooperativista de crédito está em processo de evolução em alguns países, com participação ainda muito baixa. O Brasil é um exemplo, que mesmo após anos do surgimento do movimento ainda representa 5% da população economicamente ativa, conforme divulgado no Portal do Cooperativismo Financeiro (2017). Ainda, conforme a mesma fonte, é importante observar a evolução e consolidação do movimento ao longo dos anos. Dessa forma, mencionamos o panorama atual nos principais países:

**França:** o Sistema encontra-se consolidado. As instituições cooperativas agrícolas ocupam o sétimo lugar mundial no sistema bancário e de crédito;

**Canadá:** em cada três habitantes, um é membro de uma instituição cooperativa de crédito;

**Holanda:** o cooperativismo de crédito é bem estruturado e responde por expressiva parcela do movimento financeiro do país. Conforme Portal Cooperativismo Financeiro (2016), a atuação no país representa 85% na agricultura, 44% no segmento de pessoas jurídicas, 36% nas aplicações financeiras e 20% no mercado imobiliário. Além disso, mantém agências de apoio em países em desenvolvimento;

**Itália:** o sistema é aberto e funciona como banco, com grande participação no mercado financeiro italiano;

**Países da Ásia:** a situação é similar à da Europa, com o cooperativismo alcançando bons resultados na Índia e grande expressividade no Japão;

**Estados Unidos:** teve sua primeira cooperativa fundada em 1909. Hoje têm grande participação na economia, com 93 milhões de americanos associados, cenário semelhante ao Canadá;

**Alemanha:** o país conta com cerca de 18 milhões de pessoas associadas e 30 milhões de correntistas, numa população de cerca de 85 milhões de habitantes.

**Portugal:** representa um dos países da União Européia que consagrou constitucionalmente a importância econômica do cooperativismo e fez dele um setor estrutural do desenvolvimento nacional.

Tabela 3 - Números das Cooperativas de Crédito, no Mundo, por Continente

Continente	Países	Cooperativas	Sócios (Milhões)	Ativos (Bilhões US\$)	Empréstimos (Bilhões US\$)
<b>África</b>	<b>25</b>	<b>20.422</b>	<b>19</b>	<b>8</b>	<b>6</b>
<b>América do Norte</b>	<b>2</b>	<b>7.093</b>	<b>110</b>	<b>1.419</b>	<b>960</b>
América Latina	15	2.491	27	72	42
<b>Ásia</b>	<b>21</b>	<b>24.552</b>	<b>44</b>	<b>184</b>	<b>120</b>
Caribe	19	301	3	7	4
Europa	14	2.318	8	26	10
Oceania	9	213	5	77	59
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>57.390</b>	<b>216</b>	<b>1.793</b>	<b>1.201</b>

Fonte: Woccu - 2017 Statistical Report.

A Tabela 3 representa a expressão mundial em número de cooperativas de crédito e ativos movimentados, que demonstra a grandiosidade atingida pelo movimento. Na América Latina encontram-se 2.491 cooperativas, sendo que destas, 1.047 estão situadas no Brasil, conforme Tabela 2, que demonstra a grande representatividade do país no cenário global do cooperativismo de crédito.

A Ásia, por sua vez, possui a maior quantidade de cooperativas e está presente em 21 países, já a América no Norte, com apenas 2 países (Canadá e EUA), movimentam um montante de ativos muito superior à Ásia, isso se explica pelo espaço territorial que os países possuem, bem como pela tradição ao cooperativismo.

Emergentes neste movimento, como a África, movimentam apenas 8 bilhões de ativos, apesar da sua vasta extensão territorial.

Tabela 4 - *Ranking* Mundial das Cooperativas de Crédito Associadas

<b>RANKING</b>	<b>PAÍS</b>	<b>ASSOCIADOS (MILHÕES)</b>	<b>POPULAÇÃO (MILHÕES)</b>	<b>ASSOCIADOS (%)</b>
<b>1</b>	<b>CHINA</b>	<b>200</b>	<b>1.376</b>	<b>14,53%</b>
<b>2</b>	<b>EUA</b>	<b>97</b>	<b>322</b>	<b>30,15%</b>
3	FRANÇA	24	64	37,27%
4	ÍNDIA	20	1.311	1,53%
5	JAPÃO	18	127	14,22%
6	ALEMANHA	18	81	22,31%
7	CANADÁ	11	36	30,61%
8	BRASIL	7	204	3,42%
9	COREIA	6	25	23,85%
10	AUSTRÁLIA	5	24	20,86%

Fonte: Portal do Cooperativismo Financeiro (2016) e IBGE (2017).

A China, conhecido como o país mais populoso do mundo, segundo a organização das Nações Unidas - ONU (2014), lidera, também, o *ranking* dos países com maiores números de associados em instituições cooperativas de crédito, com 200 milhões de associados, seguido de perto pelos Estados Unidos da América, com 97 milhões de associados, apesar de possuir uma população 4 vezes inferior a China.

Ainda, segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (2016), nos últimos anos, o crescimento das instituições financeiras cooperativas chinesas têm sido na ordem de 15% ao ano. E, atualmente, aproximadamente 10% dos depósitos do mercado financeiro no mundo são administrados por cooperativas de crédito.

Historicamente na China, por mais de 50 anos, as cooperativas de crédito rural representaram e, ainda representam, o principal provedor de produtos e serviços financeiros básicos para a população rural pobre, detendo, atualmente, 10% dos depósitos bancários, que em números gerais representam mais de 90% dos empréstimos agrícolas. A posição de primeiro lugar no *ranking* de maior número de associados é sustentada pelo expressivo número de famílias associadas das instituições financeiras cooperativas, em torno de 200 milhões.

Segundo o *World Council Credit Union - Woccu* (2017), matematicamente, consolidando os dados de todas as cooperativas de crédito do mundo associadas, chega-se a um número, aproximado, de 520 milhões de pessoas associadas às cerca de 90 mil instituições financeiras cooperativas. Esses dados tendem a ser muito maiores visto que, para o Brasil, por exemplo, 60% do total de cooperativas e 80% dos associados atuais no país são associadas ao Woccu. O Brasil ocupa a décima sexta posição, com um número importante de 7 milhões de associados e 70 bilhões de ativos administrados pelas cooperativas.

Tabela 5 - Expressão do Cooperativismo de Crédito no Mundo

<b>Ranking</b>	<b>País</b>	<b>Instituições Cooperativas</b>	<b>Associados (Milhões)</b>	<b>Ativos (US\$)</b>	<b>Empréstimos (US\$)</b>
<b>1</b>	<b>França</b>	<b>4.677</b>	<b>23,7</b>	<b>4,33 T</b>	<b>2,10 T</b>
<b>2</b>	<b>China</b>	<b>2.074</b>	<b>200</b>	<b>1,48 T</b>	<b>230 B</b>
<b>3</b>	<b>Japão</b>	<b>1.127</b>	<b>17,8</b>	<b>1,33 T</b>	<b>327 B</b>
<b>4</b>	<b>EUA</b>	<b>6.680</b>	<b>97,5</b>	<b>1,07 T</b>	<b>655 B</b>
5	Alemanha	1.078	17,7	1,05 T	635 B
6	Itália	457	2,5	898 B	802 B
7	Holanda	129	1,9	517 B	416 B
8	Canadá	702	11,3	373 B	278 B
9	Áustria	544	2,4	265 B	168 B
10	Dinamarca	1	0,291	254 B	217 B
11	Suíça	316	1,8	198 B	170 B
12	Espanha	65	2,8	185 B	120 B
13	Finlândia	197	1,4	132 B	86 B
14	Inglaterra	517	2	81 B	54 B
15	Austrália	101	4,5	77 B	60 B
<b>16</b>	<b>Brasil</b>	<b>1.154</b>	<b>7</b>	<b>70 B</b>	<b>32 B</b>
17	Índia	1.606	20	62 B	33 B
18	Coréia	942	5,8	54 B	33 B
19	Tailândia	2.232	3,9	53 B	44 B
20	Polônia	55	1	37 B	40 B
	<b>TOTAL</b>	<b>24.654</b>	<b>425</b>	<b>12,5 T</b>	<b>6,5 T</b>

Fonte: Woccu - Statistical Report (2017).

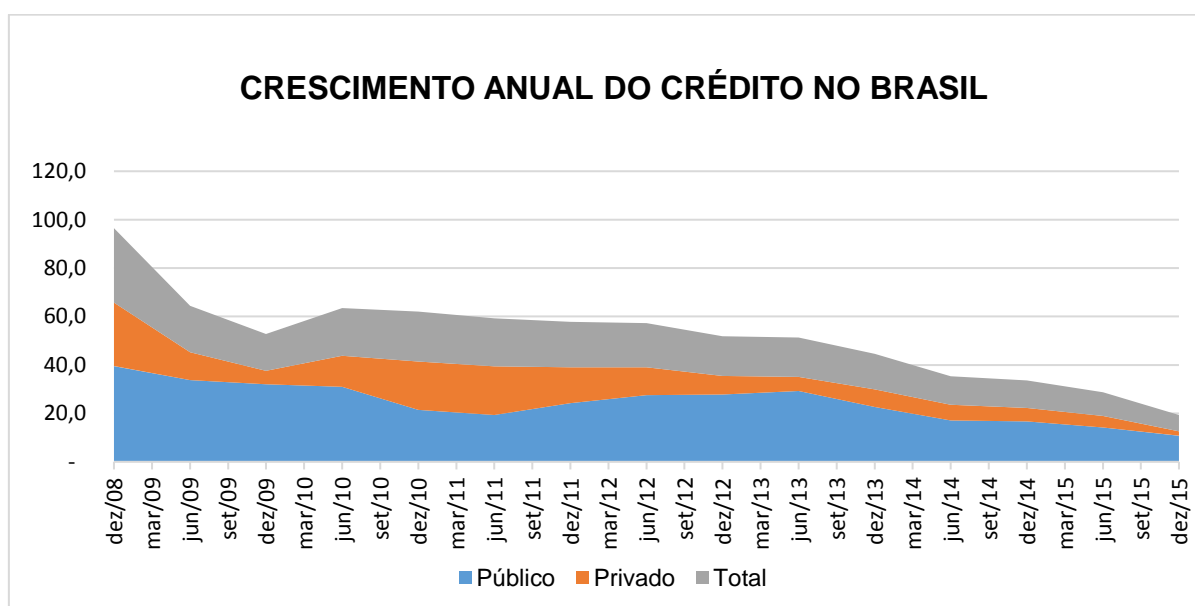
Na Tabela 5, que demonstra o número de associados, vemos que França, China, EUA e Japão figuram, também, entre os 5 países com maior volume de ativos. Já em

relação a população à destaque é para a França, que mesmo com uma população reduzida ocupa o primeiro lugar no *ranking* da quantidade de ativos administrados por cooperativas, bem como o terceiro lugar na quantidade de associados.

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016), no Brasil, o sistema cooperativista de crédito vem sendo visto como uma alternativa muito interessante dentro do sistema financeiro, haja visto o crescimento apresentado nos últimos anos, atingindo o montante de R\$ 70 bilhões de ativos administrados, em 2017, de acordo com a Woccu (2017). Outro fator a ser observado é que os 15 países à frente do Brasil no *ranking* apresentam um quadro favorável de desenvolvimento, ou seja, há uma relação entre cooperativismo de crédito e o desenvolvimento econômico.

Ainda segundo a OCB (2016), o segmento que impulsionou esse crescimento foi o crédito, que contabilizou, neste mesmo período, um salto e 483%, o que representa, em média, um aumento anual de 60,3% nas operações das cooperativas de crédito. Esse crescimento das cooperativas de crédito, mesmo em tempos árduos para a economia brasileira, está muito além do desempenho do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que apresentou uma retração desde 2010, conforme mostra a figura abaixo do Banco Central do Brasil - BACEN (2016):

Figura 7 - Crescimento Anual do Crédito no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil (2016).



No Brasil, a partir de 2010, observou-se um movimento de retração nas concessões de crédito, ocasionadas pelo cenário de retração econômica, juros elevados, piora das condições de emprego e redução no nível de confiança dos consumidores e dos empresários. Na contramão desta crise, as cooperativas de crédito apresentaram crescimento, fator que será explorado neste estudo, bem como os motivos para esse descolamento do atual cenário econômico brasileiro

Mesmo tendo um papel fundamental para o desenvolvimento de diversas comunidades e regiões do país, o cooperativismo de crédito ainda possui uma participação muito tímida em relação ao Sistema Financeiro Nacional, hoje em torno de 5%, conforme dados da OCB (2016). Porém, o próprio Governo Federal tendo a visão da importância do cooperativismo de crédito para a inclusão social, o combate a concentração de renda e o acesso ao crédito, tem manifestado seu interesse no setor cooperativo, buscando normatizar o setor. O Banco Central do Brasil estima um crescimento para o cooperativismo de crédito atingindo a marca de 02 dígitos na participação do SFN nos próximos anos.

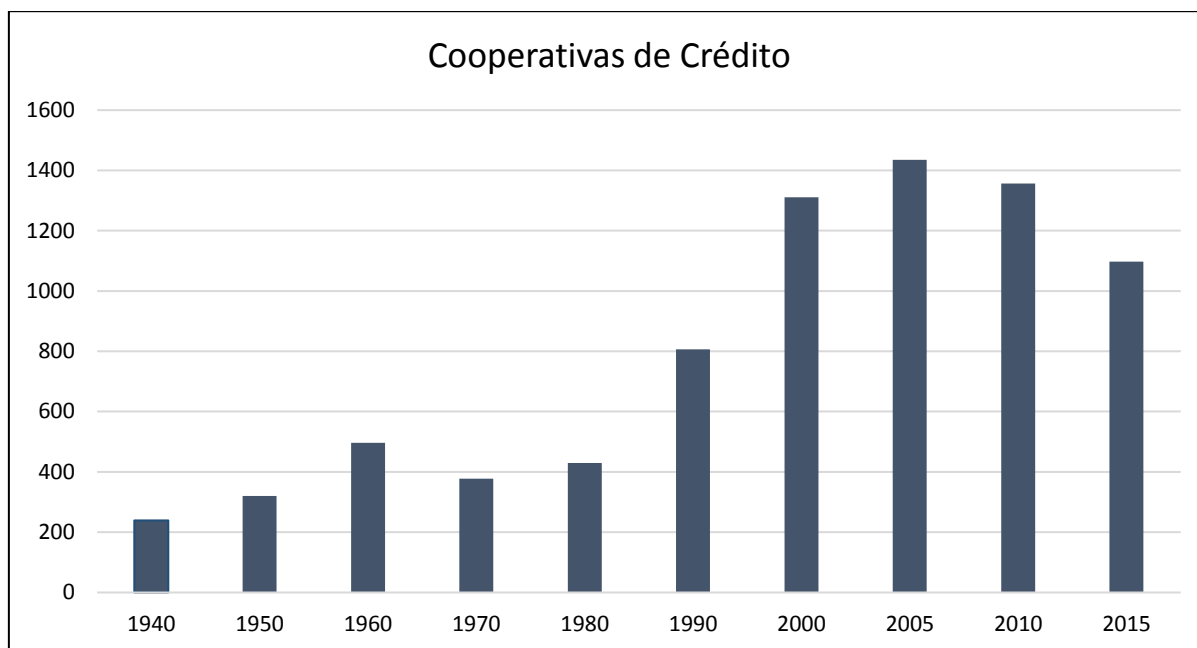
Ainda no que diz respeito a normatização, o cooperativismo de crédito passou por grandes transformações a partir da década de 1990, principalmente em relação as condições de associação e os parâmetros operacionais, que foram sendo adaptados e modernizados ao longo dos anos. Esse processo evolutivo trouxe reflexos diretos nos horizontes, que hoje refletem através da criatividade e do espírito empreendedor.

O Governo Federal normatizou, em 2000, através das Resoluções 2.71 e 2.788, que regulamentaram a constituição e funcionamento das cooperativas de crédito e de bancos comerciais e públicos sob o controle acionário de cooperativas de crédito, respectivamente. As cooperativas centrais de crédito integrantes do grupo controlador devem deter, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto das instituições financeiras.

Conforme Pinho & Palhares (2004), foi apenas em 2003 que ocorreu o grande marco da participação do governo, onde o Banco Central do Brasil (BACEN) começou a atuar, inclusive, como instrumento educacional, organizando *workshops* seminários

e grupos de discussão para difundir o cooperativismo em diversas capitais brasileiras. Como exemplo cita-se o Programa de Educação Empreendedora, Cooperativa e Financeira para jovens realizados nas unidades estaduais do SEBRAE<sup>6</sup> em conjunto com as cooperativas de crédito em muitos municípios brasileiros.

Figura 8 - Crescimento das Cooperativas de Crédito no Brasil



Fonte: Adaptado de Bacen (2008) e OCB (2016).

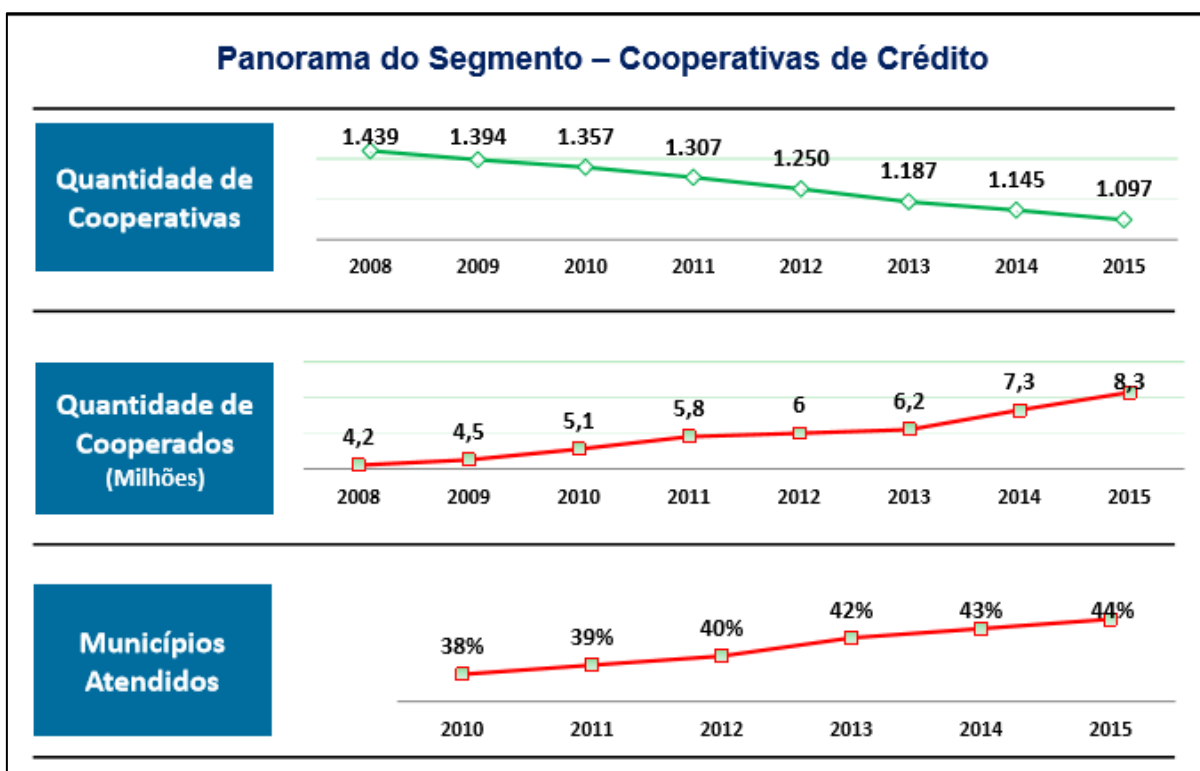
A Figura 8 apresenta crescimento no número de cooperativas até 2005. Já de 2005 para 2015 houve uma queda nesse número. Essa queda é justificada pela união de algumas cooperativas, muitas vezes do mesmo segmento na busca de maior eficiência operacional e poder de negociação com parceiros e fornecedores, além de consolidação em regiões estratégicas onde as mesmas estão inseridas. Dessa forma, mesmo com a queda na quantidade de cooperativas independentes, houve crescimento no número de associados e municípios atendidos pelas cooperativas, apresentado na Figura 9, que resultou em crescimento na atuação desse importante setor da economia.

---

<sup>6</sup> SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas: é uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país.

Em grande parte, a pujança das grandes cooperativas de crédito do Brasil provém do agronegócio, localizado principalmente no sul do país, que, além de ter sido muito importante para o início da industrialização da região, se mostra com potencial para crescimento e uma boa alternativa para os períodos de crise, conforme bons resultados na última década, com crescimento superior a 20%. Em 2015, as concessões de crédito no Brasil recuaram 3,2% em relação a 2014. Já no SICREDI, os empréstimos aumentaram 11%. Esse dado, além de descrever a força do sistema cooperativo, significa a criação de empregos em épocas em que o país passa por recessão (Época Negócios, 2016).

Figura 9 - Expansão do Cooperativismo de Crédito no Brasil 2008-2015



Fonte: OCB (2016).

No Brasil, para os próximos anos, o cooperado terá ação de ajuda mútua, da solidariedade, da discussão pelo melhor caminho e terá maiores chances de chegar ao fim da crise com os menores danos possíveis, afirma Celso Régis, presidente do Sistema OCB/MS- Organização das Cooperativas Brasileiras no MS, da Confederação Brasileira das Cooperativas de crédito e da SICREDI União MS, em entrevista à Revista Época Negócios (2016).

Ainda, conforme *Época Negócios* (2016), essas promissoras cooperativas, que tiveram origem no campo, atualmente não podem ser definidas como agrícolas, pois impulsionadas por uma busca frenética por valor agregado e por uma maior estabilidade nos negócios, fez com que elas se transformassem em imensos complexos agroindustriais, altamente verticalizados e hoje estão presentes em todas as etapas de uma longa cadeia produtiva, que vai do campo até as gôndolas dos supermercados. Nesse novo contexto, as atividades englobam desde pesquisa aplicada, para desenvolvimento de novos produtos, produção das matérias-primas, produção do bem final, armazenamento, logística, exportação, marketing e as vendas no varejo com marcas próprias.

Marcado pelo profissionalismo e eficiência, o cooperativismo de crédito vem se consolidando e ganhando espaço e relevância no Sistema Financeiro Nacional. Paralelamente ao crescimento do Sistema Cooperativo Brasileiro, seguiram-se os avanços governamentais no sentido de normatizar e apoiar as cooperativas de crédito e suas atividades, essas ações convergem com os interesses do setor e do Banco Central do Brasil (BACEN), que viabilizou importantes avanços. Dentre as conquistas destaca-se a implantação do Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (PROCAPCRED), que elevou significativamente o patrimônio das sociedades cooperativas, ampliação da área de atuação das cooperativas de crédito de livre admissão e, não menos importante, permitiu o acesso das cooperativas de crédito ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), através da Lei 11.524/07.

Diante dos constantes desafios trazidos pela globalização da economia, as cooperativas de crédito apostam em uma visão de futuro inovadora e disruptiva, onde elas são o instrumento de organização econômica da sociedade na defesa da cidadania e da dignidade dos brasileiros para a prevalência dos direitos universais que combina crescimento econômico com desenvolvimento social. Para tanto, apostam no espaço a ser conquistado, visto que no Brasil apenas 6% do movimento financeiro nacional é feito pelas cooperativas de crédito, ainda muito distante dos países onde o movimento surgiu, como o Canadá onde a participação é de 15%, 28% no Japão e na Holanda onde esse número chega à 45% (OCB, 2016).

Sustentado esse desejo de crescimento surgem outras necessidades, como a criação de modelos de governança e sucessão bem estruturados e a estruturação do planejamento estratégico de longo prazo adequado aos modelos de planejamento. Mas, apesar dos entraves e das idiosincrasias, é impressionante como o cooperativismo de crédito ganhou atualidade em diversos aspectos. Nesse modelo, por exemplo, o termo sustentabilidade, com suas implicações econômicas, ambientais e sociais, que começa a ser considerada como parte orgânica do negócio.

### 2.3.6 A estrutura do cooperativismo de crédito brasileiro

Inseridas no meio econômico financeiro do país desde 1902, as cooperativas de crédito se apresentam com singular importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolvem. Em seu início, apesar das dificuldades, as cooperativas tiveram grande expansão e importância dentro da realidade de muitas comunidades no país.

Figura 10 - Distribuição das Cooperativas do Brasil



Fonte: OCB (2016).

De acordo com a Figura 10, grande parte da população brasileira, em torno de 70%, reside em cidade acima de 50 mil habitantes. Em contrapartida, 56% das pessoas associadas a alguma cooperativa de crédito residem em cidades abaixo de 50 mil habitantes. Desta parcela de associados, mais da metade (31%) estão em cidades com menos de 15 mil habitantes, ou seja, localizam-se em pequenas cidades ou comunidades.

Com o advento da regulamentação, ocorrido em dezembro de 1971, através da Lei 5.764, imposta pelo Governo Federal, o desenvolvimento do cooperativismo de crédito teve sua ascensão comprometida. Todavia, no início dos anos 1980 o segmento contava com 430 cooperativas de crédito, em 2015 contava com 1.097 cooperativas de crédito distribuídas em todo o território nacional, com maiores participações nas regiões Sudeste e Sul, além de 2.340 PACs (Pontos de Atendimento Cooperativo) que somados às cooperativas totalizam 3.792 pontos de atendimento aos cooperados, com 8,4 milhões de cooperados, proporcionando 60.073 empregos diretos.

Dentro do cenário nacional, destaca-se a crescente participação das cooperativas de crédito de Economia Solidária, organizadas na ANCOSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária), em 175 cooperativas estruturadas em singulares e centrais. E, as cooperativas independentes (não filiadas a um sistema), que são aquelas não filiadas a uma cooperativa central (OCB (2016)).

Ainda para a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2016), o cooperativismo de crédito no Brasil está dividido em 05 grandes organizações. Sistemas SICCOOB, UNICRED, CECRED, CRESOL e SICREDI e as cooperativas de crédito independentes e de economia solidária.

A seguir, apresenta-se os números totais do cooperativismo de crédito no Brasil, de acordo com o BACEN (2015). Esses números são superiores aos apresentados na Tabela 5, pois contemplam todas as cooperativas. Na Tabela 5 são consideradas apenas as cooperativas associadas à Woccu.

Tabela 6 - Números do Cooperativismo de Crédito no Brasil

<b>Números</b>	<b>Dados do Banco central do Brasil</b>
Cooperativas	1.097
Cooperados	8.411.574
Empregos Diretos	60.073
Pontos de Atendimento	5.573

Fonte: BACEN (2015).

Analisando a Tabela 6, percebe-se que, além de beneficiar mais de 8 milhões de cooperados, o sistema cooperativo de crédito também é um relevante sistema gerador de empregos, com mais de 60 mil pessoas diretamente envolvidas em mais de 5 mil pontos de atendimento. Outrossim, importante lembrarmos que mais de 50% dos associados residem em cidades abaixo de 50 mil habitantes, o que torna a atividade dessas cooperativas de crédito muito relevante para a atividade econômica daquelas regiões.

Tabela 7 - Dados da Movimentação Financeira das Cooperativas de Crédito do Brasil

<b>Movimentação Financeira</b>	<b>Bilhões de R\$</b>
Ativos	174.292.234
Patrimônio Líquido	30.837.466
Depósitos	82.869.213
Operações de Crédito	76.159.896

Fonte: BACEN (2015).

Atualmente, as cooperativas de crédito, conforme Tabela 7, administram um montante de mais de 174 bilhões de ativos, através de uma rede de atendimento que, no Brasil, representa 18% das agências bancárias. Já os depósitos totais administrados pelas cooperativas de crédito ultrapassam 5% do total, sendo que as cooperativas de crédito somadas ocupam a 6ª posição no *ranking* do volume de ativos,

depósitos e empréstimos, estando, portanto, entre as maiores instituições financeiras de varejo do país.

Dada a natureza da atividade econômica das cooperativas de crédito, relacionada nos princípios das mesmas, especialmente os voltados para as pessoas, cabe avaliar sua relação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida comparativa usada para avaliar o grau de desenvolvimento humano entre regiões, cidades e países. Atualmente, o sistema cooperativo abrange 105 países ao redor do mundo, somando 230 organizações de grande porte e um universo de 715 milhões de pessoas. Esses números concedem ao movimento o título de maior organização não-governamental do planeta.

Corroborando com essa visão, onde existem cooperativas, o desenvolvimento humano é maior. Uma pesquisa realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em todo o país comparou as cidades que possuem sedes de cooperativas e aquelas que não as possuem, sendo que a diferença é significativa. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades que possuem cooperativas é de 0,701, em média, contra um IDH de 0,666 nos outros municípios.

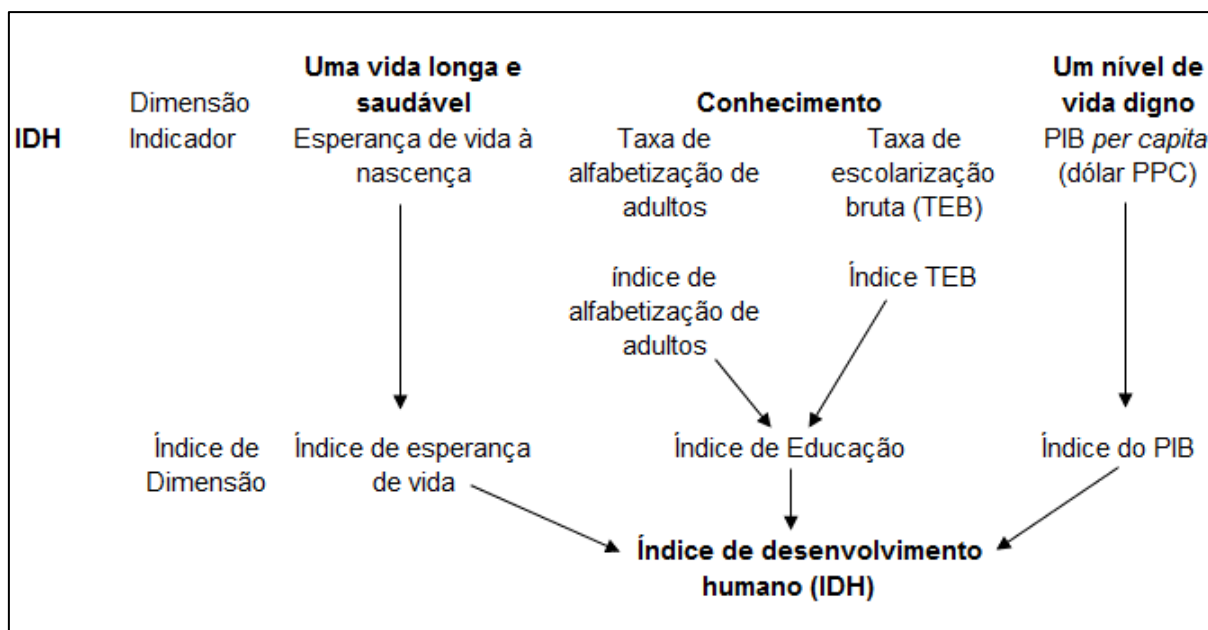
A atuação das cooperativas, pelos seus princípios, promove a melhoria na qualidade de vida das localidades onde estão inseridas e influencia, positivamente, no Índice de Desenvolvido Humano das mesmas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é um indicador que resume o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Com a criação do IDH foi possível estabelecer uma relação com outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Para estabelecer uma relação entre o índice e sua qualidade, o PNDU estabeleceu três categorias principais:

- 1)  $0 \leq \text{IDH} < 0,5$  Baixo desenvolvimento humano
- 2)  $0,5 \leq \text{IDH} < 0,8$  Médio desenvolvimento humano
- 3)  $0,8 \leq \text{IDH} \leq 1$  Alto desenvolvimento humano



Figura 11 - Estruturação do IDH



Fonte: Adaptado de Veiga (2005).

Analisando a Figura 11, nota-se que o cálculo do IDH é composto por 3 dimensões (Vida Longa, Conhecimento e Padrão de Vida), que se complementam. A dimensão de Vida Longa e saudável é calculada através do índice de esperança de vida. Já a dimensão conhecimento é obtida através do índice de educação, e, por fim, o índice de Padrão de Vida é mensurado através do PIB per capita ajustado.

Tabela 8 - Países com Melhor IDH

CLASSIFICAÇÃO	PAIS	IDH
1	Noruega	0,944
2	<b>Austrália</b>	<b>0,933</b>
3	<b>Suíça</b>	<b>0,917</b>
4	<b>Países Baixos</b>	<b>0,915</b>
5	<b>Estados Unidos</b>	<b>0,914</b>
6	<b>Alemanha</b>	<b>0,911</b>
7	Nova Zelândia	0,910
8	<b>Canadá</b>	<b>0,902</b>
9	Cingapura	0,901
10	<b>Dinamarca</b>	<b>0.900</b>
<b>75</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,755</b>

Fonte: PNUD (2017).

Ao comparar os melhores índices de IDH no mundo com os países com maior expressão no cooperativismo de crédito, representados na Tabela 5, notamos que sete dos 10 países com maior IDH pertencem ao seleto grupo dos 20 países com maior participação do cooperativismo. Os dados corroboram com os conceitos do cooperativismo, que tem como principal premissa o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, elevando o nível de qualidade de vida da população.

Não podemos deixar de lembrar que os países berço do movimento cooperativista, como Inglaterra, Alemanha, Canadá, França, Holanda e Estados Unidos possuem décadas de história e evolução nesse modelo de negócio. O Brasil ocupa a septuagésima quinta posição no *ranking* mundial, com um IDH de 0.755.

Entretanto, ao estabelecer uma média em âmbito nacional, ocorre a homogeneização dos aspectos sociais de toda a população, desconsiderando as disparidades socioeconômicas presentes no território brasileiro. Dessa forma, é muito importante avaliar o índice no âmbito dos estados do Brasil, levando em consideração as diferenças sociais entre eles. Ainda, Dentro do IDH, surge o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores do IDHM são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores ou as cidades médias (PNUD, 2016).

[...] populariza a ideia de que desenvolvimento não se resume à perspectiva do crescimento econômico, mas sim facilita a comparação entre municípios, conduz a um diálogo mais informado na discussão de políticas e estimula a busca por melhores desempenhos socioeconômicos entre os municípios brasileiros.

Um dos fatores que explica esse cenário é a capacidade das cooperativas de distribuir renda e de manter os investimentos dentro da localidade e região de origem. Outro fator é que os lucros ou sobras como são classificados os resultados nas cooperativas, constituem em excedentes pagos pelas mesmas aos seus cooperados e, dessa forma, agregam renda, promovendo o consumo local e o aumento na circulação de mercadorias na região, que, por conseguinte, fomentam movimentam a engrenagem da economia (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL, 2016).

Tabela 9 - IDH Estados Brasileiros

ESTADO		IDH	IDH RENDA	IDH LONGEVIDADE	IDH EDUCAÇÃO
1º	Distrito Federal	0.824	0.863	0.873	0.742
2º	São Paulo	0.783	0.789	0.845	0.719
3º	Santa Catarina	0.774	0.773	0.860	0.697
4º	Rio de Janeiro	0.761	0.782	0.835	0.675
<b>5º</b>	<b>Paraná</b>	<b>0.749</b>	<b>0.757</b>	<b>0.830</b>	<b>0.668</b>
<b>6º</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0.746</b>	<b>0.769</b>	<b>0.840</b>	<b>0.642</b>
7º	Espírito Santo	0.740	0.743	0.835	0.653
8º	Goiás	0.735	0.742	0.827	0.646
9º	Minas Gerais	0.731	0.730	0.838	0.638
10º	Mato Grosso do Sul	0.729	0.740	0.833	0.629
11º	Mato Grosso	0.725	0.732	0.821	0.635
12º	Amapá	0.708	0.694	0.813	0.629
13º	Roraima	0.707	0.695	0.809	0.628
14º	Tocantins	0.699	0.690	0.793	0.624
15º	Rondônia	0.690	0.712	0.800	0.577
16º	Rio Grande do Norte	0.684	0.678	0.792	0.597
17º	Ceará	0.682	0.651	0.793	0.615
18º	Amazonas	0.674	0.677	0.805	0.561
19º	Pernambuco	0.673	0.673	0.789	0.574
20º	Sergipe	0.665	0.672	0.781	0.560
21º	Acre	0.663	0.671	0.777	0.559
22º	Bahia	0.660	0.663	0.783	0.555
23º	Paraíba	0.658	0.656	0.783	0.555
24º	Piauí	0.646	0.635	0.777	0.547
24º	Pará	0.646	0.646	0.789	0.528
26º	Maranhão	0.639	0.612	0.757	0.562
27º	Alagoas	0.631	0.641	0.755	0.520

Fonte: Atlas Brasil (2010).

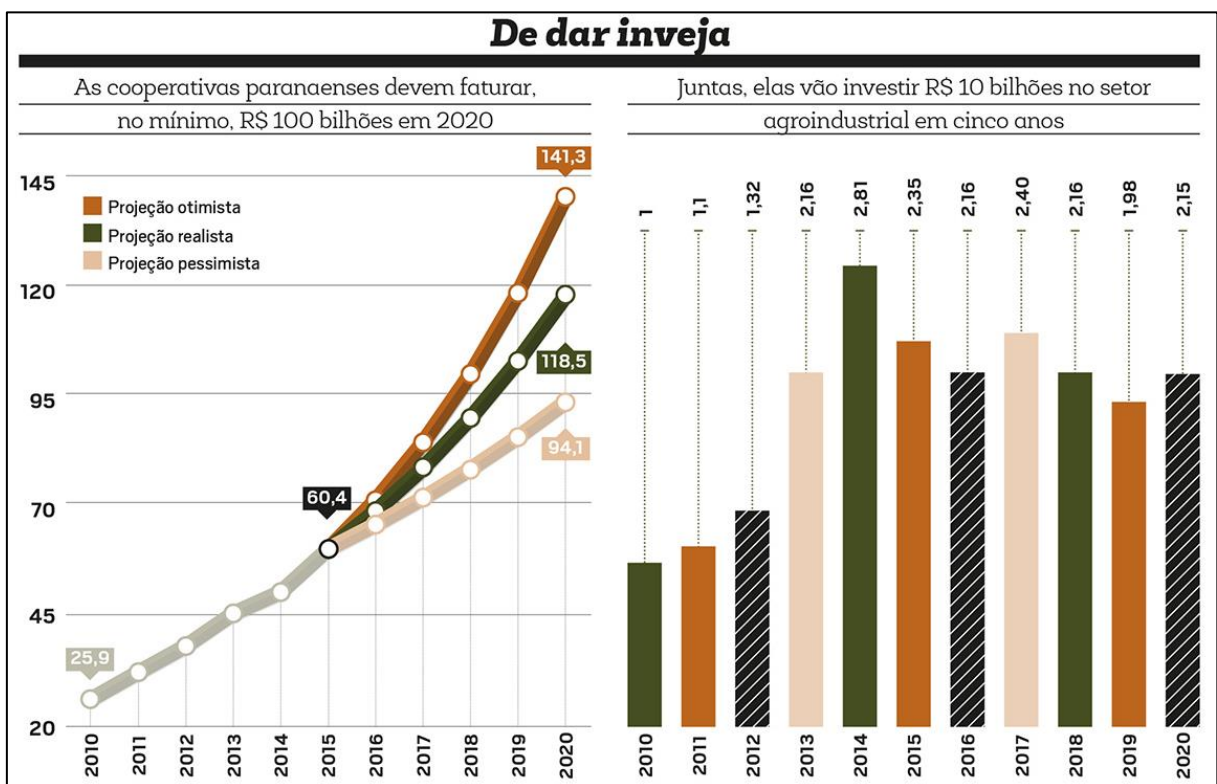
O IDH dos estados com maior participação na concessão de crédito rural, Paraná e Rio Grande do Sul (SICREDI; 2016) , ocupam, respectivamente, o quinto e

o sexto lugar no *ranking* do IDH dos estados brasileiros. Essa referência corrobora com os conceitos do cooperativismo, onde o interesse pelas pessoas, sua qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável estão relacionados com o IDH.

### 2.3.7 Desempenho das cooperativas brasileiras em tempo de crise

Por missão e princípios, no cooperativismo, ganham importância à pessoa, a família, a comunidade, o povo e a sociedade. Nesse contexto, mesmo em cenários áridos para a economia brasileira, como foi o ano de 2015, as cooperativas apresentaram crescimento acima de 2 dígitos, comprovando, assim, a capacidade de gerenciar a crise de desemprego, podendo oferecer trabalho, ganho e sinalizar para uma nova organização de gestão mais participativa (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016).

Figura 12 - Desempenho das Cooperativas de Crédito do Oeste do Paraná



Fonte: ÉPOCA NEGÓCIOS (2016).

Não obstante a sua missão, o Sistema Cooperativo Brasileiro, se mostrou uma boa alternativa em tempos de crise, superando as dificuldades e imprimindo um crescimento de causar inveja, como podemos constatar na Figura 12. Os Bancos do Brasil, Itaú, Caixa, Santander e Bradesco com HSBC, juntos, detêm 74% dos clientes (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016). Esses dados demonstram o potencial de crescimento das cooperativas de crédito. Contudo, para que tal crescimento aconteça, é necessário um forte trabalho na disseminação da cultura cooperativista, mostrando seus ganhos para toda a sociedade.

Os dados apresentados corroboram com a afirmação de que essa conscientização dos ganhos de forma mútua, vem ocorrendo ao longo dos anos, mas ainda há muito por fazer.

Em entrevista à Revista Época Negócios (2016), Jaime Basso, que está à frente da Cooperativa Vale do Piquiri, no Paraná, cita que há muito espaço para crescer, apesar de praticamente desconhecido no Brasil, o cooperativismo financeiro tem força no mercado internacional:

Na Europa, em muitos países, os maiores bancos tiveram origem em cooperativas de crédito. É o caso do DZ Bank, na Alemanha, do Crédit Agricole, na França, e do Rabobank, na Holanda que, desde 2011, tem 22% de participação no SICREDI (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016, p. 18).

Como prática nas atividades das cooperativas, a intercooperação é uma estratégia que propicia o crescimento do setor. Trata-se de uma nova fonte de ganhos de sinergia e de redução de riscos de mercado, que compreende a mesma lógica de atuação dos produtores, ou seja, as cooperativas atuando de forma conjunta para ganharem forças e barganharem melhores condições comerciais nas suas negociações, além dos ganhos em eficiência operacional e otimização de processos comuns nas suas atividades. A prática também promove a expansão geográfica, outra peça fundamental na estratégia de crescimento do setor.

### 2.3.8 Principais sistemas cooperativos brasileiros

Frente a um mercado financeiro cada dia mais oneroso e restritivo, as cooperativas de crédito despontam como uma alternativa para oferecer vantagens aos cooperados, diante do competitivo sistema financeiro. Este ramo que é um dos mais dinâmicos do cooperativismo, sendo formado por instituições financeiras sob a forma de cooperativas, as quais têm como propósito a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados.

A seguir, destacamos os principais sistemas financeiros cooperativos no Brasil:

#### 2.3.8.1 Sistema Cooperativo SICCOOB

Participante do Sistema de Cooperativas de Crédito Brasileiro o SICCOOB, composto, em dezembro de 2015, por de 487 cooperativas, distribuídas em todo o território nacional, 15 centrais e 1 Confederação, entidade de terceiro nível que presta serviços e atividades de apoio aos negócios das cooperativas, dentre elas: Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas, Marketing, Políticas, Auditoria Interna, Gestão de Risco Operacional, Controles Internos e Compras Corporativas (OCB, 2016).

Sob a marca de atuar de forma simples, sustentável e humano, o SICCOOB, que iniciou suas operações, no ano de 1997, no estado de Santa Catarina com uma atuação essencialmente rural, está presente, hoje, com uma atuação nacional e é considerado o maior sistema cooperativo de crédito do Brasil.

Figura 13 - Estrutura do SICOOB



Fonte: OCB (2016).

Além dessa estrutura, o SICOOB, também, conta com um conjunto de organizações não classificadas como cooperativas, são elas:

a) Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB): banco comercial privado, criado em 1996 e composto por uma sociedade anônima de capital fechado. O controle acionário pertence às cooperativas centrais de crédito do SICOOB;

b) SICOOB DTVM (subsidiária integral do BANCOOB, gestora de recursos de consórcios). As cooperativas de crédito poderão relacionar-se com a Bancoob DTVM de duas formas:

- Cotistas: investindo nos fundos administrados;
- Distribuidoras: disponibilizando fundos de investimentos aos cooperados;

c) Cabal Brasil (*joint venture* entre BANCOOB, controlador e grupo cooperativo argentino, com os papéis de processadora de cartões, bandeira e adquirente, nesse caso especialmente em relação ao cartão BNDES);

d) Adquirente de meios de pagamento, que está em processo de constituição desde de 2014, quando o Bancoob iniciou um processo de consolidação do seu posicionamento na indústria de meios eletrônicos de pagamentos, passando a atuar, também, no mercado de aquisição, inicialmente para as bandeiras Cabal, Mastercard e Visa.

Figura 14 - Mapa de Atuação do SICCOOB no Brasil



Fonte: SICCOOB (2017).

A instituição está presente em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal, através de seus 2.200 pontos de atendimento, que atendem mais de 2,7 milhões de cooperados. Destes 33% são provenientes dos Estados de Minas Gerais, 20% de São Paulo e 20% de Santa Catarina, totalizando 73%. Nesses estados estão também localizados 70% dos pontos de atendimento e 65% dos 57 bilhões de ativos totais administrados pelo Sistema SICCOOB, mostrando uma ligação direta entre associados, rede de atendimento e volume de ativos. Ainda em relação à concessão de crédito, conforme SICCOOB (2017), a instituição concedeu 34 bilhões, dos quais, 28,57% foram destinados ao crédito rural.



Outro dado importante é que, em média, de 50% dos associados do SICOOB residem em municípios com menos de 50 mil habitantes, o que reforça a missão das cooperativas no sentido amplo de atender e apoiar tanto nas necessidades por produtos e serviços financeiros, quanto na importância do desenvolvimento daquela comunidade onde está inserido.

### 2.3.8.2 Sistema Cooperativo UNICRED

O Sistema UNICRED surgiu, em 1989, no Rio Grande do Sul e atua através de um conjunto de instituições financeiras cooperativas, com forma e natureza jurídica próprias e normatizadas pela legislação cooperativista e do Sistema Financeiro Nacional. Conta, atualmente, com 34 cooperativas e aproximadamente 230 Unidades de Negócio, estando presente em 10 estados brasileiros.

Figura 15 - Estrutura da UNICRED



Fonte: UNICRED (2017).

O sistema teve sua origem no setor médico e de saúde, atualmente cerca de 60% das cooperativas UNICRED já propiciam a associação de outros públicos, como: empresários, professores, engenheiros, arquitetos, contadores,

administradores, economistas, e, também, as pessoas jurídicas que tenham atividades iguais ou correlatas às pessoas físicas associadas. As agências estão distribuídas em 10 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Conforme dados disponíveis no *site* da UNICRED (2017), a instituição administrou, em 2016, 9.3 bilhões de ativos e concedeu 4.8 bilhões em empréstimos aos seus 183.943 cooperados.

Figura 16 - Presença UNICRED no Brasil



Fonte: UNICRED (2017).

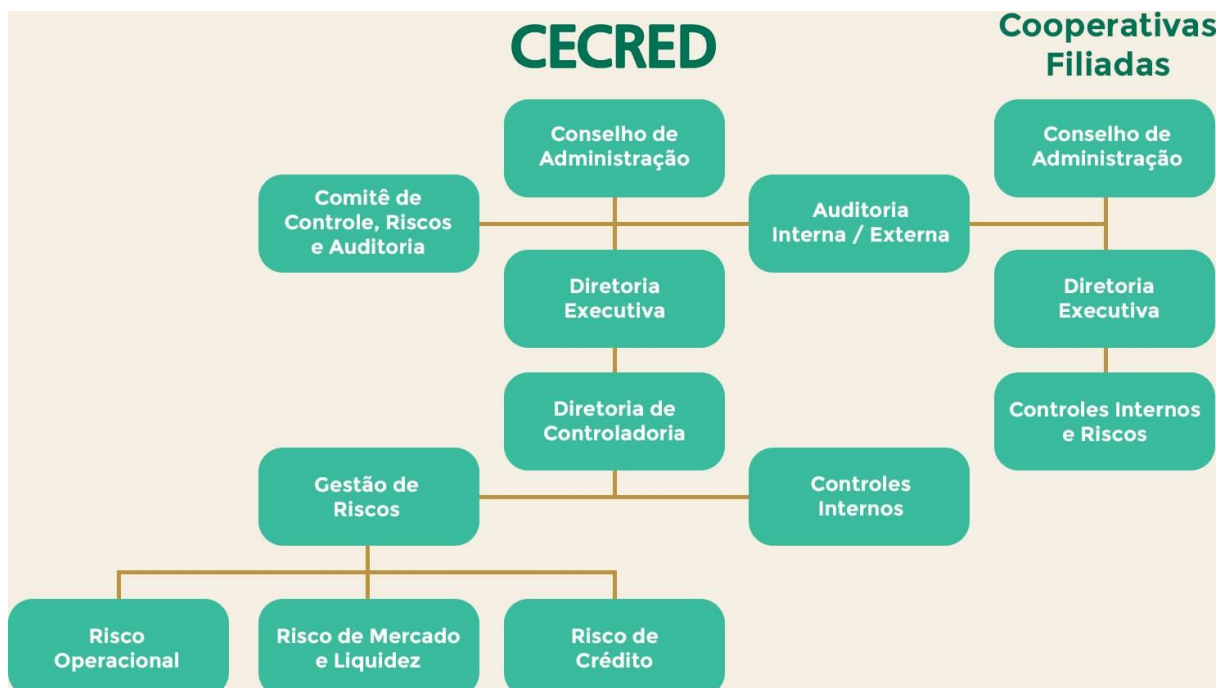
Presente em 10 estados territoriais brasileiros e no Distrito Federal, o Sistema Cooperativo UNICRED apresenta uma importante posição, tanto pelo segmento da saúde que representa, quanto pela sua expressão em números.

Recentemente a instituição completou 18 anos e mantém um foco no desenvolvimento nas suas cooperativas singulares, oferecendo aos seus cooperados produtos e serviços similares às instituições financeiras tradicionais, com o diferencial de conferir aos seus clientes a oportunidade de atuar como dono do negócio e, dessa forma, participar das decisões e distribuição de sobras. O cooperado ainda conta com um atendimento diferenciado, além de acesso a melhores taxas se comparado a instituições financeiras tradicionais.

### 2.3.8.3 Sistema Cooperativo CECRED

Construída há 65 anos, o CECRED é um sistema cooperativo formado por uma Cooperativa Central (Cooperativa Central de Crédito Urbano, localizada em Blumenau), e por 13 cooperativas singulares. Possui mais de 546 mil cooperados e está presente em 54 municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, por meio de 156 Postos de Atendimento e 355 terminais de autoatendimento.

Figura 17 - Estrutura da CECRED



Fonte: CECRED (2017).

A CECRED, em 2010, foi a primeira central de cooperativas de crédito do Brasil a receber autorização do Banco Central para atuar com sistema próprio de compensação financeira. Dessa forma, recebeu um número de instituição financeira (085), que passou a identificar em suas operações no mercado financeiro (OCB, 2016).

Figura 18 - Área de atuação do CECRED



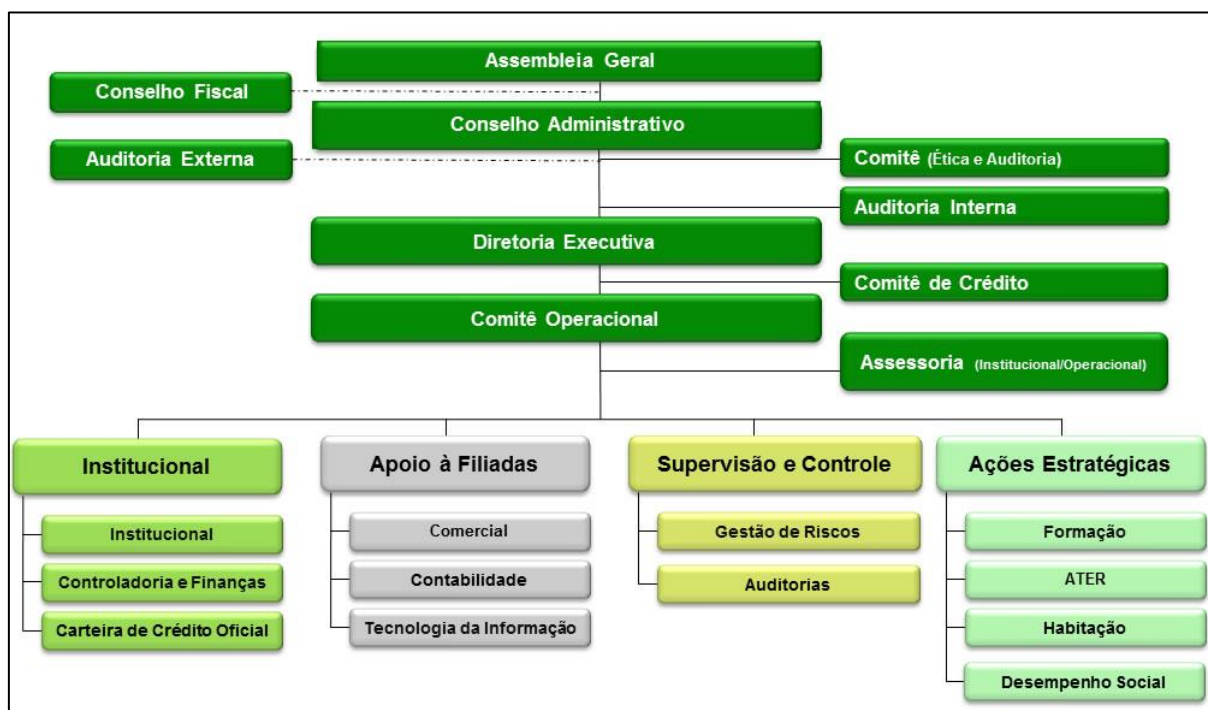
Fonte: OCB (2016).

Com atuação nos três estados do Sul do país, a CECRED possui concentração no estado de Santa Catarina, onde concentra suas atividades, exclusivamente, no setor têxtil da região. Conforme CECRED (2017), a instituição administrou 4,7 bilhões de ativos e concedeu 2,5 bilhões em créditos em 2015. O relatório de desempenho de 2016 ainda não foi publicado.

### 2.3.8.4 O CRESOL

O CRESOL, através de sua Confederação, representa as cooperativas vinculadas ao movimento da agricultura familiar e economia com interação solidária, que, até meados de 2016, chamava-se CONFESOL (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária). Constituído há 22 anos, tem como principal objetivo a promover a inclusão social da agricultura familiar através do acesso ao crédito, da poupança e do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional.

Figura 19 - Organograma Institucional do CRESOL



Fonte: CRESOL (2017).

Constituído por 5 centrais e suas cooperativas singulares, descritas abaixo:

- Cresol Baser: sede no Paraná;
- Cresol Central: sede em Santa Catarina;
- Cresol Central Sicoper: sede em Santa Catarina;
- Crehnor: sede no Rio Grande do Sul;
- Ascoob: sede na Bahia.

Atualmente o sistema CRESOL está presente em 14 estados e administra 2,5 bilhões de ativos e concede 900 milhões de crédito para o agronegócio para seus 31.600 cooperados, que em sua maioria (em torno de 80%) residem em cidades com menos de 50 mil habitantes, conforme *site* CRESOL (2017).

Figura 20 - Área de atuação do CRESOL



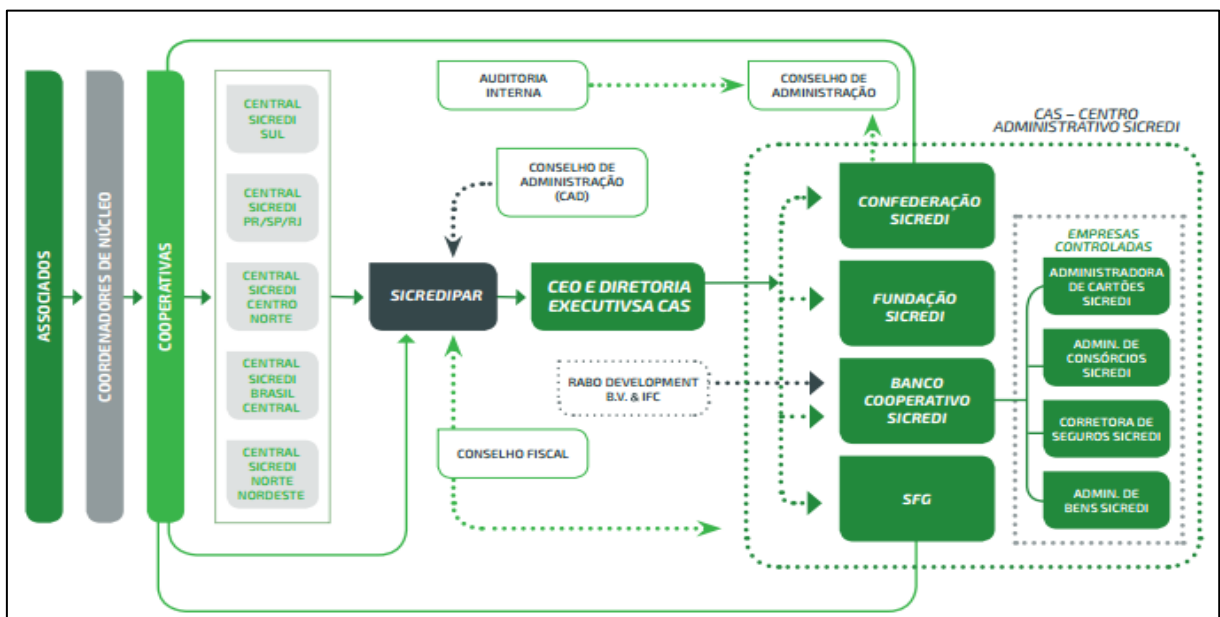
Fonte: CRESOL (2017).

#### 2.3.8.5 Sistema Cooperativo SICREDI

O SICREDI, oriundo da Região Sul e que hoje atua em grande parte do país, foi o primeiro a constituir um banco cooperativo, o BANSICREDI. A cooperativa de crédito pioneira na América Latina, fundada pelo Padre Theodor Amstad, em 1902, no município de Nova Petrópolis-RS, está no SICREDI em funcionamento até hoje.

O SICREDI é referência internacional pelo modelo de atuação em sistema. São 119 cooperativas de crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais 1.400 pontos, presente em 20 estados brasileiros. A estrutura conta, ainda, com 5 Centrais Regionais – acionistas da SICREDI Participações S.A., uma Confederação, uma Fundação e um Banco Cooperativo e suas empresas controladas.

Figura 21 - Organograma do SICREDI



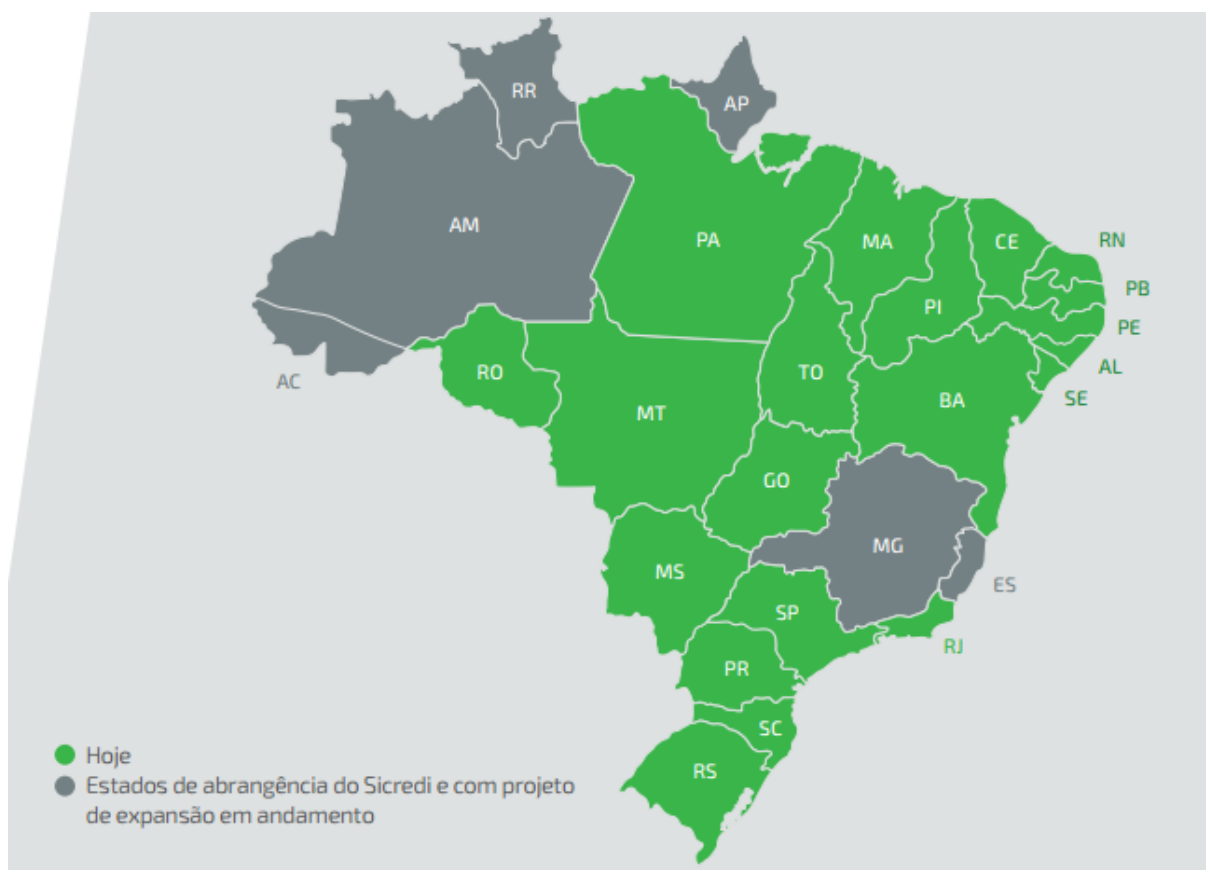
Fonte: SICREDI (2017).

O SICREDI é uma instituição financeira cooperativa que valoriza a vocação econômica das regiões, cria oportunidades de negócios e promove o desenvolvimento dos seus cooperados, sempre com um compromisso com a sustentabilidade. Nesse sentido, busca estar sempre próximo das pessoas e suas comunidades, cumprindo assim sua missão de ser uma instituição de pessoas feita para pessoas, como exemplo: os recursos captados pela instituição devem ser emprestados para os seus cooperados, gerando um ciclo virtuoso de ajuda mútua e desenvolvimento local.

Com forte cunho social, as cooperativas tendem a buscar o equilíbrio entre a situação econômica e a social, as cooperativas de crédito são estruturas constituídas de forma democrática e espontânea, com base nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas, sendo que os benefícios gerados deverão,

necessariamente, retornar para seus sócios, ou seja, por meio de uma boa governança e de seu equilíbrio financeiro a cooperativa poderá atuar forte em seu projeto social. Em 2006, os percentuais de crescimento do segmento superaram até mesmo os altos índices dos bancos comerciais, como é o caso dos ativos e depósitos totais.

Figura 22 - Presença do SICREDI no Brasil



● SICREDI em 2017

● Estados de abrangência do SICREDI e com projeto de expansão em andamento

Fonte: SICREDI (2017).

Aliada à sua missão, de “como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados e da sociedade”, o SICREDI desenvolve diversas ações para compartilhar conhecimento para diversas regiões do país, através de programas e projetos sociais voltados à preservação do meio ambiente, educação,



saúde, cultura, esportes, e desenvolvimento humano. Eles são direcionados às diversas comunidades onde as cooperativas de crédito atuam, como segue:

- 1) **Crescer:** programa de formação cooperativa, que oportuniza os cooperados às informações relativas ao tipo societário, suas características, como assimilar o papel de proprietário de um empreendimento coletivo. O SICREDI atingiu, em 2016, 19.633 colaboradores capacitados no programa;
- 2) **Pertencer:** fomenta a participação efetiva dos cooperados na gestão das cooperativas, tornando-os participantes do processo de perenização do empreendimento. Em 2016, as assembleias reuniram 366.904 associados (11,62% de participação do quadro social), mobilizados por mais de 4.700 Coordenadores de Núcleo (colaboradores do SICREDI).
- 3) **União Faz a Vida:** principal iniciativa de responsabilidade social e objetiva construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania. Desenvolvido há 21 anos, o programa tem como objetivo promover a cooperação e a cidadania por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo com a educação integral de crianças e adolescentes.

O Interesse pela Comunidade, princípio do cooperativismo, pauta a estratégia, projetos e ações do programa que conta com 88 profissionais em 67 das 92 Cooperativas envolvidos exclusivamente na execução de programas sociais para os associados e a comunidade. Em 2016, o programa foi expandido para 274 municípios, um crescimento de 10% em relação aos municípios de 2015, envolvendo 219.866 alunos, 18.743 professores e 1.428 escolas.

Como parte da estratégia de formar uma rede, foram habilitados novos assessores pedagógicos que realizam a formação dos educadores do Programa A União Faz A Vida nos municípios, além de realizar formações continuadas com os profissionais já participantes do programa. No total, os investimentos no Programa estão estimados em aproximadamente R\$ 6.141.978,49 advindos de recursos do Fundo de Assistência Técnica

Educacional e Social (FATES), de parceiros, apoiadores empresariais e individuais, bem como de doações das empresas do Sistema.

Tabela 10 - Números do Programa União Faz a Vida - Brasil

INDICADORES DO PROGRAMA POR CENTRAL	CENTRAL SICREDI SUL	CENTRAL PR/SP/RJ	CENTRAL CENTRO NORTE	SICREDI BRASIL CENTRAL	TOTAL 2016
Municípios	142	108	22	2	<b>274</b>
Escolas	788	417	221	2	<b>1.428</b>
Educadores	9.687	5.265	3.743	48	<b>18.743</b>
Crianças e Adolescentes	88.412	62.441	68.042	971	<b>219.866</b>
Números e Projetos	3.045	1.340	2.196	20	<b>6.601</b>

Fonte: Relatório de Sustentabilidade (2017).

Além disso, o SICREDI disponibiliza aos colaboradores e cooperados uma biblioteca com um acervo de mais de 13 mil entre livros, periódicos e materiais multimídia, para consulta on-line, por meio de uma plataforma digital de empréstimos. A Biblioteca SICREDI foi criada em 2004, e são registradas, mensalmente, cerca de 1.700 movimentações de itens, segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (2016). Além de livros voltados, especificamente, para o cooperativismo de crédito, o acervo possui também obras que englobam temas de diversas outras áreas do conhecimento, como Direito, Gestão de Pessoas, TI, Finanças, Marketing, Contabilidade, Educação, Literatura, Cooperativismo, entre outros.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade do SICREDI de 2016, disponível no *site* do SICREDI (2017), a instituição vem enfrentando o cenário econômico adverso fortalecida, conquistando bons resultados. Apesar de 2016 ter sido um ano marcado por um cenário de retração da economia brasileira, no qual o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 3,6% o SICREDI registrou incremento dos ativos de 25,5%, atingindo R\$ 65,9 bilhões e R\$ 11,1 bilhões em patrimônio líquido, crescimento de 32,7%.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), o SICREDI cresceu a taxas superiores a 20%, em 2015, gerando R\$1,2 bilhão de sobras (como é chamado o resultado positivo), sendo a singularidade de cada cooperativa do Sistema um dos principais fatores responsável por esse resultado, fator que permite avaliar as necessidades do associado e fortalecer a gestão de risco realizada localmente.

Criado e sustentado em pequenas cidades no interior do país, especialmente na Região Sul, para atender agricultores e moradores locais, o SICREDI transformou-se nos últimos anos em um vetor importante do Sistema Financeiro Brasileiro. Conforme a Revista Época Negócios (2016), em matéria exclusiva sobre a instituição, atualmente trata-se de um montante de R\$ 65,9 bilhões em ativos, que lhe garante uma posição entre as 20 maiores instituições desse segmento no país. Possui 3,5 milhões de associados e presença em 1,2 mil municípios. Outro ponto relevante é a capilaridade do SICREDI, chegando em cidades onde as demais instituições financeiras não estão presentes. Analisando os resultados a partir de 2011 é possível constatar que a instituição dobrou de tamanho e multiplicou o resultado por três. O resultado (ganhos ou sobras) atingiu R\$ 1,5 bilhão, em 2016.

Um dos principais fatores que permite ao SICREDI crescer em tempos austeros como a atual crise econômica, é justamente sua lógica cooperativista. Por princípio, os ativos dessas instituições têm de ser usados para financiar os próprios associados, preferencialmente, na mesma região em que foram captados. Como resultado, a inadimplência do SICREDI, em 2016, ficou em 2,4%, que é muito abaixo da média do mercado financeiro, que foi de 3,7%, conforme Relatório de Sustentabilidade 2016. Esse fator de eficiência operacional permite que o SICREDI ofereça empréstimos com juros mais baixos, que, em média, comparados à média de mercado, são 4 pontos percentuais mais baixos no crédito pessoal; 4,5 pontos menores no cheque especial e 5 pontos inferiores no cartão de crédito, segundo levantamento da consultoria alemã (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016).

Neste contexto, o cooperado se beneficia ao ter acesso a financiamento mais barato e a instituição garante uma maior fidelização dos cooperados, com um compromisso de honrar os pagamentos nas datas acordadas, que gera um poderoso diferencial competitivo em relação as outras instituições que concedem crédito, além da valorização da relação com a instituição e seus princípios de desenvolvimento local. Dentre os produtos e serviços oferecidos pelo SICREDI aos seus cooperados, está, com grande representatividade, o Crédito Rural.

O Crédito Rural, no SICREDI (2016), representa, na sua totalidade, um montante de R\$ 16 bilhões, representando 47,2% das concessões de crédito nas

cooperativas de crédito que compõem o Sistema Cooperativo SICREDI. Essa modalidade de crédito abrange recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização e suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil.

O crédito rural tem como principal objetivo, apoiar os investimentos efetuados pelos produtores e suas cooperativas, fortalecendo, assim, o setor agropecuário. Dessa forma, o desempenho diferenciado de algumas regiões do país, especialmente a sul, está relacionado a atuação efetiva das organizações correlatas de crédito para agricultores, especialmente à agricultura familiar (NETO & SOUZA, 2005). Outrossim e, não menos importante, O SICREDI, através do fomento do crédito rural, também incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais, estimulando a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra na agricultura familiar.

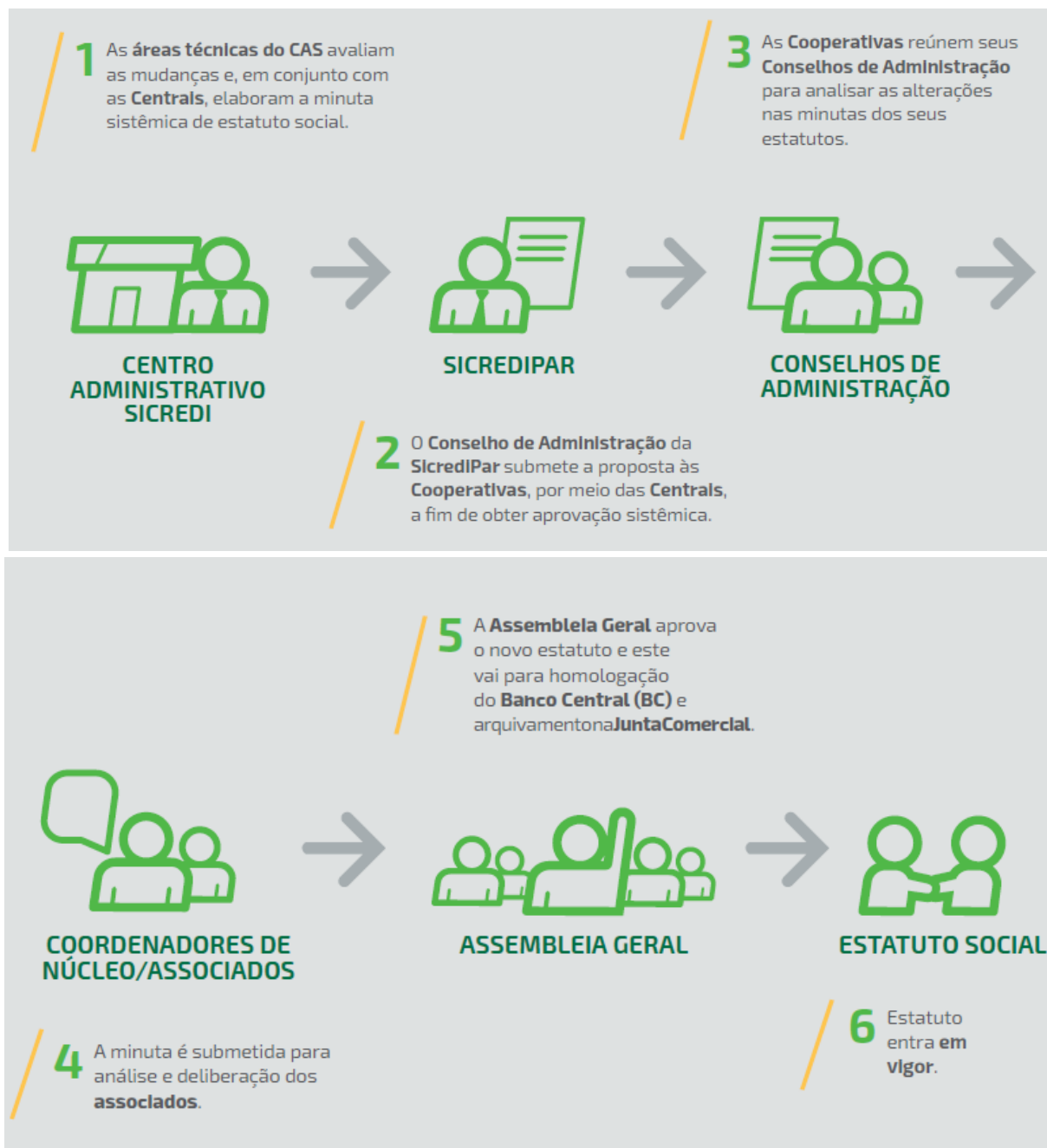
### 2.3.9 Sustentabilidade e a comunicação com associados e comunidade

A preocupação com o meio ambiente vem crescendo tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento, que se manifesta, principalmente, pelo repúdio dos consumidores em adquirir bens que ao longo de seu ciclo de vida causem degradação ambiental. Nesse contexto, e preocupados com as práticas e propósitos do cooperativismo, a sustentabilidade é inerente ao negócio e à cultura organizacional do SICREDI. Dentro do modelo de gestão da sustentabilidade a instituição vem atuando no sentido de promover internamente, e para o mercado, sua ideologia e estratégia em torno do tema. Como meta para 2020, busca que seus colaboradores atuem de forma sustentável, melhorando o desempenho e entregando cada vez mais valor ao associado e às comunidades onde atuam. Buscando perseguir tal meta, trabalha com base em três macro temas estratégicos:

**1) Relacionamento e Cooperativismo:** Dessa forma, os agentes possuem relação de dono com o negócio, sejam eles associados, colaboradores, fornecedores

e membros da comunidade, através de uma governança sistêmica e democrática, conforme demonstra o fluxo de tomada de decisão:

Figura 23 - Fluxo de Tomada de Decisão



Fonte: SICREDI (2017).

A Figura 23 demonstra o funcionamento democrático da governança do SICREDI, onde todas as entidades e associados são contemplados, preservando os princípios do cooperativismo.

**2) Soluções Responsáveis:** o desenvolvimento e a comercialização de produtos e serviços são pautados pela Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, pela Política de Crédito, pelo Código de Conduta do SICREDI, pela Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e, futuramente, pela Norma Interna de Risco Socioambiental Direcionado ao Crédito.

Todos esses requisitos fazem da Instituição uma sólida e responsável promotora dos seus produtos e serviços aos associados, visando o desenvolvimento sustentável do negócio e de todos que estão envolvidos de alguma forma com as cooperativas do sistema SICREDI. Além disso, as soluções e produtos contribuem com as necessidades financeiras dos associados para aumentar sua qualidade de vida, entregando, por exemplo, benefícios sociais e ambientais.

Figura 24 - Produtos e Serviços com Benefício Ambiental e Social

	Valor monetário (R\$) (liberações em 2015)	Proporção (%) na carteira de crédito total	Valor monetário (R\$) (liberações em 2016)	Proporção (%) na carteira de crédito total
Pronaf (benefício social)	2.597.097.903	8,48%	2.861.924.168	8,45%
Microcrédito (benefício social)	34.615.488	0,11%	27.064.288	0,08%
ABC (benefício ambiental)	7.159.169	0,02%	12.755.083	0,04%
Financiamento para Energia Solar	7.877	0,00%	4.710.946	0,01%
Consórcio sustentável	29.350.416,50 (1.010 cotas)	1,3% sobre o total de créditos de consórcio (2,2% sobre o total de cotas)	115.129.301,85 (3.322 cotas)	4,6% sobre o total de créditos de consórcio (6,8% sobre o total de cotas)

Fonte: SICREDI (2017).

A Figura 24 apresenta as linhas de crédito disponibilizadas pelo SICREDI, que, pelo seu destino, recebem incentivos fiscais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem por objetivo fortalecer a atividade desenvolvida pelo produtor familiar, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. Já o microcrédito se configura pela concessão de empréstimos

de baixo valor a pequenos produtores, especialmente os informais, pois não tem condições de apresentar garantias reais.

O Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) constitui os financiamentos a investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias, bem como a linha de financiamento de energia solar, lançada em 2015, que beneficia a produção de energia limpa. Nesse contexto, o SICREDI oferta, ainda, uma linha de crédito específica para associados que desejam adquirir painéis solares, geradores eólicos e outros bens ecoeficientes.

Através da formação de parcerias com empresas que atuam no segmentos de tratamento de esgoto, eficiência energética e geração de energia, o SICREDI disponibiliza uma modalidade de consórcio que viabiliza a aquisição de bens de referência sustentáveis para seus associados.

Produtos e serviços que reduzem impacto ambiental (ecoeficientes) que podem ser adquiridos através do consórcio sustentável:

- gerador de energia eólica;
- painéis fotovoltaicos;
- equipamentos de tratamento de água e esgoto;
- aquecedores solares para água;
- equipamentos de iluminação de LED;
- veículos híbridos;
- motocicletas elétricas;
- imóveis construídos de container.

Essas ações visam apoiar e fomentar a produção de alimentos e energias sustentáveis, cujos impactos serão objeto de pesquisa neste estudo.

**3) Desenvolvimento Local:** Conhecido, também, como ciclo virtuoso, onde os associados são os protagonistas deste processo, através das suas quotas-partes dos e dos produtos e serviços por eles contratados garantem a sustentabilidade e a perenidade do nosso negócio, consolidando a robustez financeira da instituição.

Dessa forma, os associados financiam as atividades de outros associados de sua região, pois seus investimentos constituem um fundo local.

Figura 25 - Desenvolvimento Local Através do Ciclo Virtuoso



Fonte: SICREDI (2017).

Parte dos resultados permanecem nas cooperativas para que expandam suas operações e constituam outros fundos para concessão de crédito, beneficiando um número maior de pessoas. Outra parte do resultado retorna para o associado, conseqüentemente, volta também para a sua comunidade, uma vez que o dinheiro é destinado ao consumo, gerando o aquecimento do comércio e da economia local. Esse resultado, além do financeiro, também possui um cunho social, com vistas à geração de emprego, de resultados e desenvolvimento para a região, engajando a comunidade local nesse movimento.



Esse Ciclo Virtuoso promove, também, a inclusão financeira nos 1.127 municípios onde o SICREDI atua, dos quais 44% são de pequeno porte (com até 15 mil habitantes). Ainda, 42% das agências situam-se em municípios rurais ou menos desenvolvidos, que concentram 35% dos associados. Em 181 cidades o SICREDI é a única instituição financeira (16% das operações), levando os produtos e serviços a 273 mil associados, pertencentes a uma população de 772 mil pessoas. Estabelece, ainda, parcerias de trabalho com instituições como o SEBRAE para entregar aos MEIs (Microempresários Individuais) formação e apoio para acesso ao mercado financeiro.

Figura 26 - Quadro Comparativo dos Cinco Principais Sistemas de Crédito Cooperativos, no Brasil

SISTEMA	RAMO	POSIÇÃO EM 2017			POSIÇÃO 2016 <sup>1</sup>			
		COOPERA-TIVAS	PRESENÇA NACIONAL	COOPERADOS (MILHÕES)	ATIVOS (BILHÕES)	CRÉDITO GERAL (BILHÕES)	CRÉDITO RURAL (BILHÕES)	% CRÉDITO RURAL
SICOOB	Crédito	487	23 Estados	2,7	57	34	9,7	28,53%
UNICRED	Crédito	34	10 Estados	0,183	9,3	4,8	N/A	N/A
CECRED	Crédito	13	3 Estados	0,546	4,7	2,5	N/A	N/A
CRESOL	Crédito	36	14 Estados	0,31	2,5	1,6	0,9	56%
SICREDI	Crédito	119	20 Estados	3,5	65,9	33,9	16	47,20%

<sup>1</sup> Dados do Sistema CECRED relativos a 2015, conforme CECRED (2017)

Fonte: SICOOB (2017), UNICRED (2017), CECRED (2017), CRESOL (2017) e SICREDI (2017).

Por fim, comparando os 5 principais sistemas financeiros de crédito cooperativos do Brasil observa-se que o SICOOB e o SICREDI são os principais expoentes no segmento no agronegócio, onde o SICREDI, sistema escolhido para a pesquisa, apesar de ocupar o segundo lugar em número de cooperativas, desponta como principal sistema na administração de ativos, bem como a maior representatividade na concessão de crédito rural.

Corroborando com a revisão da literatura apresentada, busca-se relacionar os fenômenos a serem investigados, através da pesquisa, e identificar as contribuições das organizações cooperativas de crédito. A sustentabilidade busca, através de seus conceitos, sensibilizar os agentes no sentido de produzirem alimentos de boa qualidade para a população, aliada ao princípio de preservação do meio ambiente e de melhoria na vida das pessoas. Entretanto, esses programas podem melhorar o IDH

desta população. As cooperativas de crédito, por sua vez, viabilizam recursos financeiros para que a engrenagem funcione.

### 3 MÉTODO

Afim de estabelecer uma relação entre a investigação dos fenômenos relacionados à questão problema e a revisão da literatura apresentada neste estudo, definiu-se um processo científico para realização da pesquisa onde foram obtidos os dados para análise.

Conforme Andrade (1997), a pesquisa é composta por um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico racional, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos. O método científico auxilia na revelação da verdade dos fatos, que, ao serem descobertos, devem guiar o uso do método. Contudo, o método é apenas um meio de acesso, não devendo limitar a reflexão acerca dos fatos e fenômenos observados pelo pesquisador. Outrossim, os autores Cervo e Bervian (1996, p. 46-47) resumem esses procedimentos da seguinte forma:

- a) formular questões ou propor problemas e levantar hipóteses;
- b) efetuar observações e medidas;
- c) registrar tão cuidadosamente quanto possível os dados observados com o intuito de responder as perguntas formuladas ou comprovar a hipótese levantada;
- d) elaborar explicações ou rever conclusões, ideias ou opiniões que estejam em desacordo com as observações ou com as respostas resultantes;
- e) generalizar, isto é, estender as conclusões obtidas a todos os casos que envolvam condições similares; a generalização é tarefa do processo chamado indução;
- f) prever ou predizer, isto é, antecipar que dadas certas condições, é de se esperar que sujam certas relações.

Para a solução da problemática apresentada nesse trabalho foi utilizada uma atividade de pesquisa, que busca as respostas adequadas à solução que se procura. Ainda, segundo Andrade (1997, p.102), a pesquisa pode ser classificada em dois grandes grupos, de acordo com suas finalidades:

O primeiro reúne as finalidades motivadas por razões de ordem intelectual e o segundo, por razões de ordem prática. No primeiro caso o objetivo da pesquisa é alcançar o saber, para a satisfação do desejo de adquirir conhecimento.

Esse tipo de pesquisa de ordem intelectual, denominada “pura” ou “fundamental”, é realizado por cientistas e contribui para o progresso da ciência. No outro tipo, a pesquisa visa as aplicações práticas, com o objetivo de atender a vida moderna. Nesse caso, sendo o objetivo contribuir para fins práticos, pela busca de soluções de problemas concretos, denomina-se pesquisa aplicada.

Assim sendo, optou-se pela pesquisa aplicada de natureza qualitativa, que, conforme Appolinário (2006), lida com os fenômenos típicos das ciências sociais e pressupõem que a realidade é constituída de fenômenos socialmente construídos. A pesquisa predominantemente qualitativa tem por objetivo compreender melhor os fenômenos, através de uma abordagem observacional onde o pesquisador não é participante e procura ser neutro ao fenômeno. Tem como característica trabalhar com análise subjetiva dos fatos e não necessariamente se valer exclusivamente de variáveis, mas quando estas são utilizadas, não são predeterminadas, pois depende da evolução e descobertas ocorridas ao longo da pesquisa. Ainda, segundo Appolinário (2006, p. 61):

A pesquisa preponderadamente qualitativa seria, então, a que normalmente prevê a coleta dos dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Além disso, a análise desses dados se dará a partir da hermenêutica do próprio pesquisador. Esse tipo de pesquisa não possui condições de generalização, ou seja, dela não se podem extrair previsões nem leis que podem ser extrapoladas para outros fenômenos diferentes do pesquisado.

No que tange a tipologia da pesquisa, definiu-se pela pesquisa exploratória, que, conforme Gressler (2003), tem por objetivo aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa e descritiva, onde os fatos são observados, analisados e interpretados sem interferência ou manipulação aos mesmos (ANDRADE, 1997). A pesquisa descritiva também corrobora com as pesquisas, comumente, utilizadas por empresas ou entidades governamentais para estudar o comportamento do consumidor ou impactos de algum produto e serviço a um grupo de usuários, análises importantes para definição de estratégias de gestão e expansão das empresas. Uma das características da pesquisa descritiva é a técnica padronizada de coleta de dados, realizada principalmente através de entrevistas e de processos sistemáticos de observação (ANDRADE, 1997).

Para Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva procura descobrir as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política e econômica, bem como dos demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo como de grupos e comunidades mais complexas. Esse tipo de pesquisa envolve-se, principalmente, nas Ciências Humanas e Sociais, abordando dados e problemas que merecem ser estudados e cujos registros não constam de documentos. Sob o ponto de vista de sua finalidade, conforme Appolinário (2006), a pesquisa, quando classificada como aplicada é utilizada para atingir objetivos comerciais, ou seja, é orientada para a necessidade do mercado, auxiliando no desenvolvimento de novos produtos e processos.

Para obter os dados necessários para a análise foi utilizado o procedimento definido como pesquisa de campo, foi desenvolvida especialmente nas Ciências Sociais, que consiste na observação dos fatos e coleta dos dados no campo onde eles ocorrem espontaneamente e sem um controle rígido e documental sobre sua ocorrência (APPOLINÁRIO, 2006). Para realização da pesquisa e, para que ela seja efetiva e possibilite coletar os dados corretos que trarão uma visão relevante acerca do problema avaliado foi estruturado um planejamento para a mesma, que consiste nas etapas de escolha do tema, delimitação do assunto, revisão bibliográfica, formulação do problema, delimitação do universo a ser pesquisado e construção do instrumento de pesquisa, neste caso, a escolha mais adequada foi a entrevista e a pesquisa documental.

Outro fator crítico de sucesso para o estudo trata da delimitação de sua abrangência. Segundo Cervo e Bervian (1996), feita a escolha do tema, é necessário fixar a extensão do mesmo, selecionando um tópico ou parte a ser focalizada, indicando qual o ponto de vista o assunto será focado.

O escopo deste estudo foi delimitado nas 119 cooperativas singulares de um sistema de crédito brasileiro, considerando análise dos indicadores gerenciais de crédito rural para identificação das principais cooperativas em volume de concessão desta modalidade de crédito e sua distribuição nos 20 estados onde o Sistema Cooperativo de Crédito SICREDI atua. Na sequência foi explorada a relação entre essa concessão e a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis,

buscando distribuir o estudo no estado nas cooperativas com maior representatividade na carteira de crédito rural.

Os objetivos que nortearam esse trabalho visam identificar a distribuição do crédito rural, destinado a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, bem como a relação com a gestão e aplicação de práticas de sustentabilidade no processo de produção.

### 3.1 ETAPAS

As etapas deste estudo buscaram relacionar as abordagens acerca da sustentabilidade, trazendo os conceitos para o mundo das cooperativas de crédito e, dentro destas identificar sua orientação para financiamento da produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis. Nas etapas preliminares de levantamento de dados, foi selecionado o Sistema Cooperativo do SICREDI para análise de sua atuação nesta área, bem como a investigação de sua aplicação no Estado do Rio Grande do Sul, pela sua representatividade na concessão de crédito rural e, mais especificamente, aprofundado a análise nas 13 cooperativas mais significativas, dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

#### 3.1.1 Etapa exploratória

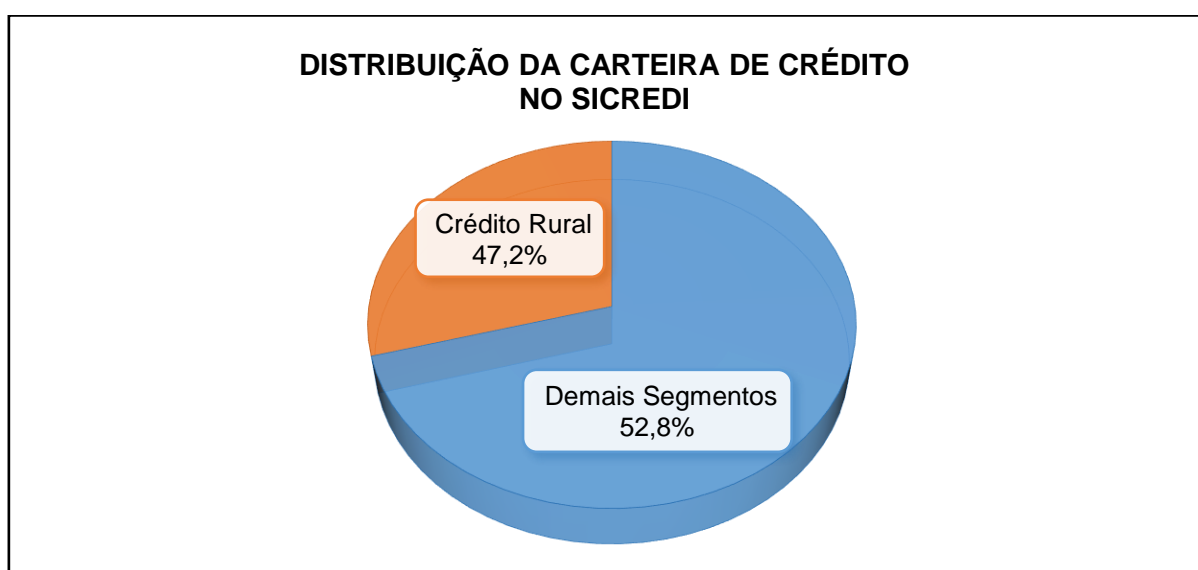
Nesta etapa utilizou-se da pesquisa documental para análise dos dados gerenciais disponíveis no SICREDI, através de relatórios, e identificar os estados com maior participação no crédito rural e, assim, selecionar o estado de maior relevância para o estudo. Optou-se em não explorar outros estados em função da menor representatividade e da distância física entre as cooperativas, além do prazo reduzido para a coleta e análise dos dados, atendendo, assim, ao princípio de viabilidade do estudo. Entretanto, ficou mapeado a contribuição de cada estado na composição da carteira de crédito rural, podendo ser passível de uma expansão futura do estudo.

Fazendo um vínculo com a revisão da literatura, bem como com a problemática definida para a pesquisa, justifica-se a análise sobre esse segmento de financiamento, haja vista o destino destes recursos na produção agropecuária, dentro o qual busca-se identificar sua contribuição para a produção de alimentos e energias sustentáveis dentro de suas cooperativas de crédito.

Para identificar a relação entre a concessão de crédito e a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, bem como as ações que evidenciam essa relação, buscando, sempre, responder à questão central deste estudo, bem como atender aos objetivos estabelecidos, foi enviado um questionário, contendo 12 questões (Apêndice 1), e realizadas entrevistas junto aos gestores das cooperativas com maior participação na concessão de crédito nesta modalidade, com atuação no SICREDI, localizadas no Estado Rio Grande do Sul.

Os dados foram analisados a luz da revisão da literatura e apresentados conforme método científico definido. Durante esta etapa buscou-se identificar a distribuição da carteira de crédito concedido pelas cooperativas de crédito do SICREDI afim de analisar e definir a participação e relevância da modalidade de crédito rural, objeto de pesquisa desse estudo.

Figura 27 - Distribuição da Concessão de Crédito no Sistema SICREDI, no Brasil

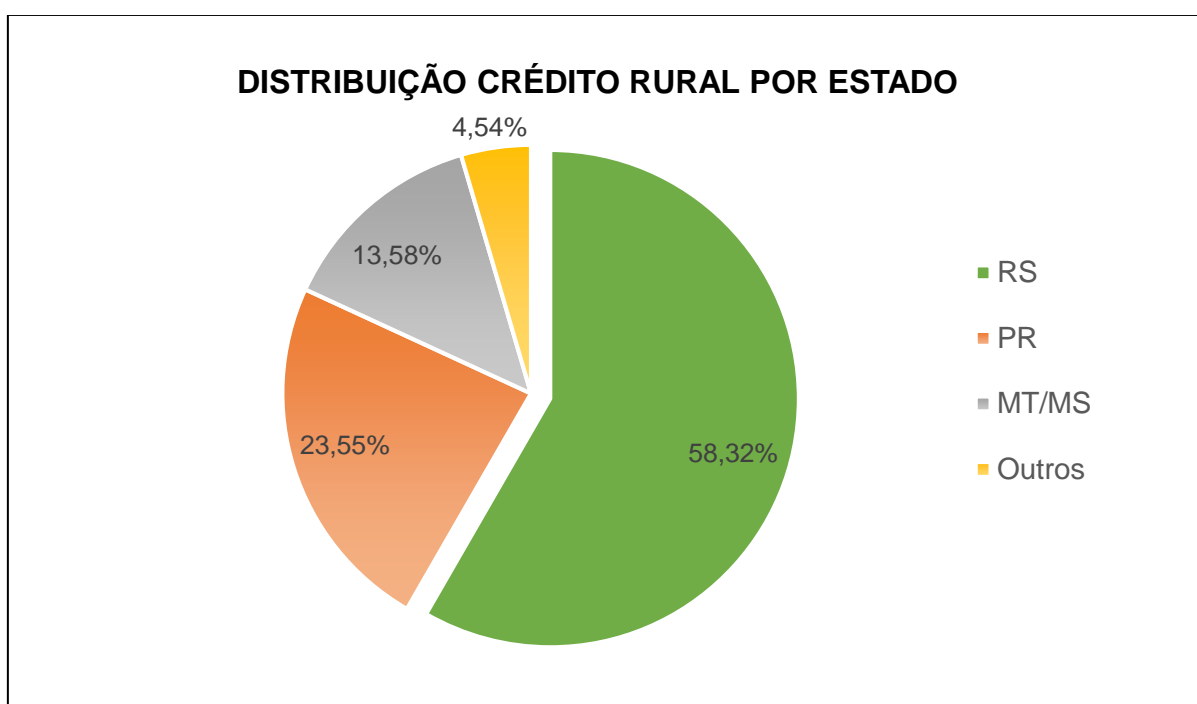


Fonte: SICREDI (2016).

A Figura 27 demonstra que 47,2% da carteira atual de crédito do SICREDI destina-se ao crédito rural, dentre os quais estão a produção de alimentos e de energia. Isso significa dizer, que o SICREDI, que se originou no Rio Grande do Sul, em áreas rurais, tendo como primeiros cooperados produtores rurais, expandiu suas fronteiras e atualmente possui mais da metade dos seus negócios em outras áreas, onde cita-se a urbana, com concessão de crédito comercial para Pessoas Físicas e Jurídicas.

A partir desta constatação, que demonstra a importância da modalidade de crédito rural para o SICREDI e, por consequência, para os cooperados beneficiados, buscou-se identificar onde esse crédito está sendo utilizado, para fins de definição da abrangência geográfica da pesquisa.

Figura 28 - Distribuição do Crédito Rural do SICREDI por Estados



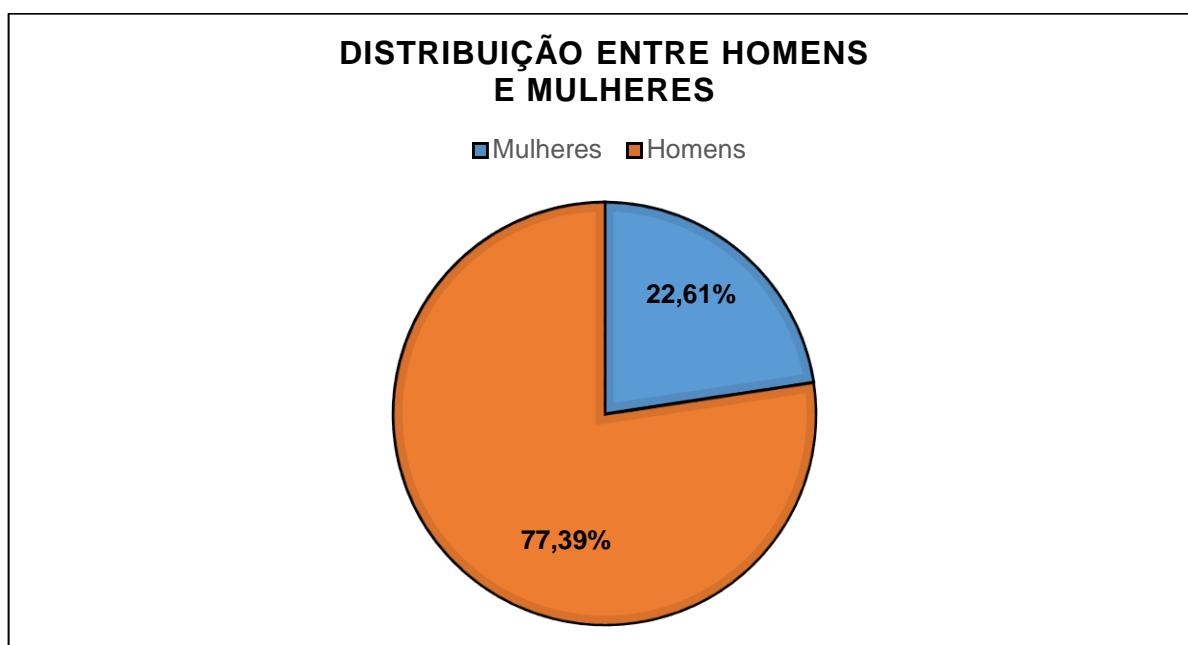
Fonte: SICREDI (2016).

Observa-se que 81,87% da carteira de Crédito Rural está distribuída nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Devido às dificuldades de deslocamentos, custos e tempo para a etapa exploratória, optou-se por avaliar as cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, justificando-se pelo maior volume, 58,32% do total da carteira.



Dentre os itens da revisão da bibliografia, avaliou-se a importância da participação das mulheres e jovens para o desenvolvimento da sustentabilidade, bem como a evolução desta participação ao longo dos anos. Assim, portanto, buscou-se identificar como essa participação se apresenta na concessão do crédito rural nas cooperativas do SICREDI, que depois fará referência as ações para produção de alimentos e energias tradicionais sustentáveis.

Figura 29 - Distribuição do Crédito Rural entre Homens e Mulheres



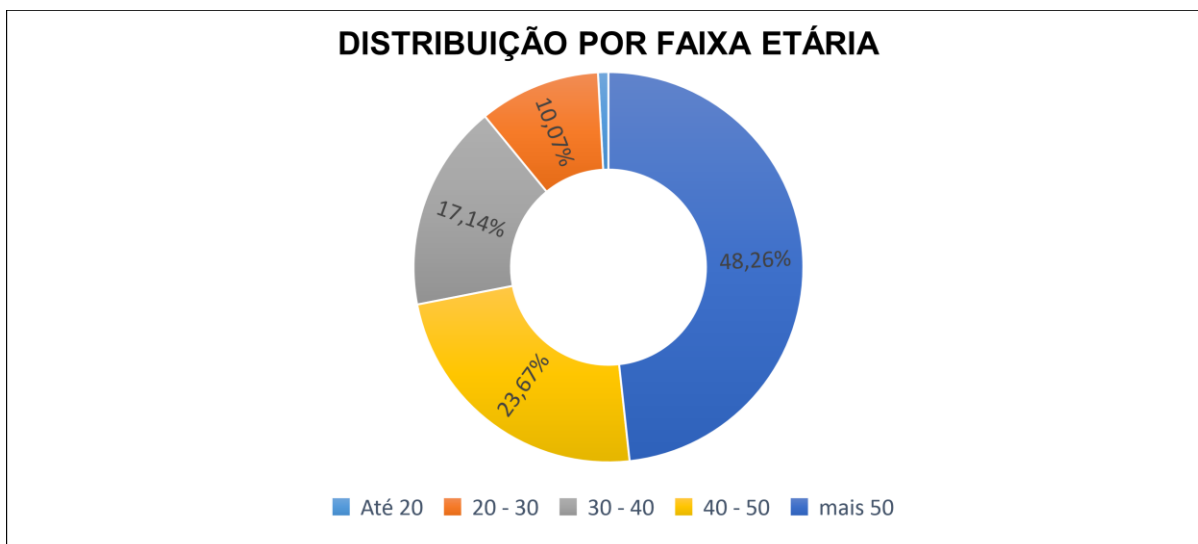
Fonte: SICREDI (2016).

Resultante da Figura 29, tem-se a visão das concessões de crédito rural nas famílias, onde 77,39% dos recursos são tomados por homens, nesse sentido e para uma melhor compreensão, foram inseridas perguntas na entrevista como associação do casal e na etapa presencial buscou-se a identificação do papel do homem e da mulher na produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis.

Já em relação à participação dos jovens, buscou-se segregar os tomadores de crédito rural por faixa etária, visando facilitar as análises. Na etapa exploratória avaliou-se sua distribuição dentro da instituição e do Estado do Rio Grande do Sul. Pela baixa participação dos jovens identificada nessa etapa e, pela sua importância para entendimento de alguns pontos relevantes, como manutenção das famílias no campo, bem como relevância desse segmento para a produção de alimentos,

optamos por avaliar esse fenômeno de forma mais detalhada durante a etapa de estudo de caso, dentro da cooperativa selecionada para essa etapa.

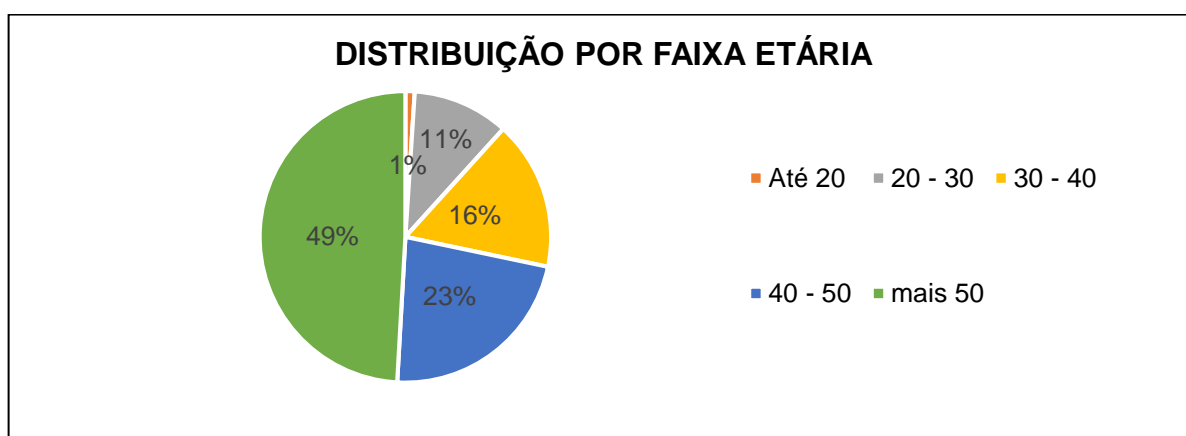
Figura 30 - Distribuição do Crédito Rural nas Faixas Etárias, no SICREDI



Fonte: SICREDI (2016).

A Figura 30 nos apresenta a participação no SICREDI, por faixa etária, dos tomadores de crédito rural, onde observa-se a grande concentração na faixa etária acima dos 50 anos, em torno de 48%. Por outro lado, quando avalia-se a participação de jovens e adultos até 30 anos, percebe-se que apenas 11% estão dos tomadores desta modalidade de crédito estão nesta faixa etária. Dessa forma, pode concluir que os filhos dos produtores rurais estão optando por outras formas de trabalhos, comprometendo a continuidade das atividades rurais, no modelo atual.

Figura 31 - Distribuição do Crédito Rural nas Faixas Etárias no RS



Fonte: SICREDI (2016).

Quando avaliado, isoladamente, o Estado do Rio Grande do Sul, observa-se que a tendência se mantém. Dessa forma, visando explorar essa premissa, foram inseridas na entrevista, questões que permitam explorar os motivos que estão levando os jovens a optarem por outras profissões e se há contribuições das cooperativas no sentido de promover a manutenção das famílias na propriedade rural.

Dando sequência ao levantamento e análise de dados, e definido o Estado do Rio Grande do Sul pela sua relevância, com 58,32% da base de crédito rural concedido dentro o sistema SICREDI, evoluiu-se para o levantamento de dados por cooperativa, onde foi possível identificar as cooperativas detentoras dos maiores volumes dessa modalidade de crédito.

Afim de tornar a pesquisa mais efetiva, optou-se por selecionar 13 cooperativas que representam 71,41% da carteira.

Tabela 11 - Distribuição do Crédito Rural nas Cooperativas do Rio Grande do Sul

<b>Cooperativa</b>	<b>Cidade Sede</b>	<b>Participação</b>
<b>1 Centro Serra</b>	<b>Candelária</b>	<b>9,85%</b>
<b>2 União RS</b>	<b>São Luiz Gonzaga</b>	<b>8,71%</b>
3 Região dos Vales	Encantado	6,41%
4 Botucarái	Arvorezinha	5,37%
<b>5 Serrana</b>	<b>Carlos Barbosa</b>	<b>5,04%</b>
6 Culturas	Jóia	4,97%
7 Planalto Gaúcho	Saldanha Marinho	4,75%
<b>8 Noroeste RS</b>	<b>Três de Maio</b>	<b>4,75%</b>
<b>9 Região Centro</b>	<b>Santa Maria</b>	<b>4,64%</b>
10 Ibiraiaras	São Jorge	4,61%
11 Vale do Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	4,61%
12 Jacuí	Selbach	3,88%
<b>13 Ouro Branco</b>	<b>Teotônia</b>	<b>3,82%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>71,41%</b>

Fonte: SICREDI (2016).

Analisando os dados da Tabela 11, percebe-se que os maiores volumes de crédito rural foram destinados ao Estado do Rio Grande do Sul, com 58,32% da carteira, e para um público predominantemente masculino, conforme Figura 8. Outro dado importante é que, na média, 71,41% dos recursos concedidos no Estado do Rio Grande do Sul estão concentrados em 13 cooperativas, representadas na Tabela 11, dentre as 119 cooperativas do Sistema SICREDI. O SICREDI configura junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financeiro que concede o maior volume de crédito na modalidade PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano agrícola 2015/2016. Neste período, o SICREDI liberou, para todo o Brasil, 11.099 operações que totalizaram mais de R\$ 567 milhões. Atualmente, o PRONAF representa 47% da carteira de BNDES. Por meio das cooperativas filiadas, o SICREDI atua como um grande incentivador do produtor rural, liberando recursos, de acordo com dados do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) (2017).

Buscando explicar e buscar apoio ao estudo, realizou-se o primeiro contato através da instituição que representa as cooperativas na sua forma administrativa perante o BACEN e o Sistema Cooperativo SICREDI. Após esse primeiro contato para explicar e referendar o estudo, foram enviadas questões para orientar a entrevista aos gestores das 13 cooperativas selecionadas e realizado contato telefônico para reforço e esclarecimento acerca do objetivo do mesmo.

A etapa acima descrita foi realizada entre os dias 07 de março à 24 de abril de 2017, sendo obtido retorno de 6 cooperativas: Centro Serra, União RS, Serrana, Noroeste RS, Região Centro e Ouro Branco. Alguns retornos pontuaram a inexistência de um controle documental para as ações e práticas de sustentabilidade para a produção de alimentos e energias sustentáveis; sendo assim, não foram consideradas para evolução do estudo. As cooperativas Centro Serra, União RS, Noroeste RS e Ouro Branco retornaram as questões da entrevista; entretanto, não responderam todas as questões por insuficiência de informações, especialmente no mapeamento da concessão do crédito rural para a produção de alimentos e energias sustentáveis, dificultando análise da contribuição das cooperativas neste segmento de produção. Assim, obtivemos um retorno satisfatório com boa qualidade de informações nas cooperativas Região Centro e Serrana.

Outrossim, identificou-se, através dos retornos, que a Cooperativa Serrana, além de realizar um número significativo de ações junto aos produtores e comunidade para apoiar essa modalidade de produção, aprovou, no início de 2017, um projeto para viabilizar ferramental para acompanhamento e gestão das ações realizadas pela mesma. Além disso, a cooperativa apresentou um controle satisfatório em relação as concessões do crédito rural, tendo mapeado importantes segmentos, como contratos destinados a agricultura familiar e a finalidade desta produção (agricultura extensiva ou intensiva).

Em relação a contribuição para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis, a Cooperativa Serrana disponibiliza aos associados duas linhas crédito em parceria com o BRDE. Essas linhas oferecem benefícios, especialmente em relação à taxa, que, na média, está em 2,5% a.a, enquanto as linhas de crédito tradicional possuem uma taxa média em torno de 5% a.a., além de prazo de pagamento mais longos. Ainda na área de energias, há incentivos na produção de energias fotovoltaica, que utiliza a energia solar. Apesar dos benefícios, a procura por parte dos produtores é muito baixa (abaixo e 5%), pois eles acabam por enfrentar obstáculos devido a muitos equipamentos serem importados, não podendo ser financiados por essas linhas subsidiadas.

Dessa forma, e buscando aprofundar o estudo em uma unidade que apresenta uma boa colocação no *ranking* da concessão de crédito rural, ocupando a quinta posição, definiu-se realizar o estudo de caso nessa cooperativa. Entretanto, o resultado e materiais obtidos nas demais cooperativas poderão ser utilizado em pesquisas futuras, como complemento a esse estudo.

### 3.1.2 Etapa seletiva

Como mencionado na etapa anterior, obtivemos retorno de 6 cooperativas em relação às questões da entrevista. A partir desse retorno, avaliou-se suas contribuições em relação as práticas de apoio à produção de alimentos e energias sustentáveis, assunto abordado nesse estudo.

Após avaliação do retorno do questionário e das entrevistas realizadas com as 6 cooperativas, mencionadas na etapa anterior, foi selecionada a Cooperativa SICREDI Serrana, com sede em Carlos Barbosa/RS, visto que ela apresentou, através da entrevista realizada com os gestores da cooperativa, os melhores resultados e disponibilidade de dados para atender aos quesitos estabelecidos pelo estudo, através de seus objetivos e, assim, estrutura-se o estudo de caso.

### 3.1.3 Etapa presencial - 4º Encontro dos Parceiros do Agronegócio e Agricultura Familiar

Nesta etapa foi realizada visita presencial na cooperativa selecionada, na etapa seletiva, com o intuito de realizar entrevistas com os gestores e com os parceiros para o desenvolvimento do agronegócio na região onde a cooperativa atua, visando identificar aspectos que esclareçam os objetivos estabelecidos. A entrevista foi realizada com 2 gestores, um representando a Área de Negócios e outro representando a Área de Programas Sociais. Essa etapa teve por objetivo averiguar a existência da concessão do crédito rural para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis e, a partir dos dados obtidos e observados estabelecer relações de gestão e aplicação de estratégia de cada cooperativa. Para tanto, seguiu-se um roteiro padronizado e estruturado, não inviabilizando, porém, questões adicionais uma vez identificada a existência de processos e fatores não mapeados previamente, mas que apresentam um contexto relevante para esclarecimento da questão problema.

Como estratégia de pesquisa, levando em consideração sua abordagem qualitativa e o caráter organizacional e gerencial do estudo, optou-se por um estudo de caso como procedimento para a investigação, que, conforme Yin (2015), trata-se de uma categoria de pesquisa cujo fenômeno é uma unidade analisada profundamente. Essa unidade faz parte do todo avaliado na etapa exploratória e possui realce, ou seja, demonstrou relevância significativa e por isso permitiu fundamentar a análise e julgamento. Ainda quanto ao tipo de estudo de caso, definiu-

se pelo descritivo que pretende apresentar um detalhamento do fenômeno, mas não possui a pretensão de testar ou construir modelos teóricos.

Ao realizar a etapa exploratória, observou-se que não havia um padrão de acompanhamentos que possa certificar a contribuição das cooperativas de crédito do SICREDI, no Estado do Rio Grande do Sul, para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis. Assim, optou-se por realizar a última etapa junto a cooperativa que apresentou as melhores e mais relevantes ações junto aos produtores e comunidade para apoiar essa modalidade de produção e, assim, concluir a pesquisa através do estudo de caso.

Para desenvolver a pesquisa, foi realizada uma última etapa de coleta de informações e percepções junto a um grupo de parceiros do Agronegócio estabelecidos na região de atuação da Cooperativa SICREDI Serrana, no dia 20 de julho de 2017, na cidade de Carlos Barbosa, quando, nesta ocasião, houve a realização do 4º Fórum do Agronegócio, onde participaram, além de dirigentes e colaboradores da Cooperativa SICREDI Serrana, entidades como EMATER<sup>1</sup> e Sindicato do Trabalhadores Rurais das Cidades de Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, Pinto Bandeira, Flores da Cunha e São Vendelino. Aproximadamente 250 pessoas participaram do Fórum, onde discutiram-se as tendências e estatísticas dos mercados agrícolas, dentre os quais debateu-se as oportunidades da produção de alimentos e energias sustentáveis. Na ocasião também houve uma palestra ministrada por Carlos Cogo, consultor especializado em análises sobre o setor do agronegócio.

Por fim, destinou-se o período de 03 de março de 2017 a 20 de julho de 2017 para realizar o levantamento das informações necessárias, bem como aprofundar o conhecimento em outros estudos já realizados nessa mesma organização sobre os temas de sustentabilidade, concessão de crédito rural e produção de alimentos.

---

<sup>1</sup> EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural: é uma empresa pública do Brasil criada em 1966 com o objetivo de prestar serviços de assistência técnica e extensão rural à população do campo. Existem 27 seções da EMATER, uma para cada unidade da federação. Juntas, elas formam a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

## 4 RESULTADOS

Após executadas as etapas propostas no método e visando relacionar os dados e percepções obtidas na pesquisa com os objetivos propostos neste estudo, apresenta-se a seguir a síntese dos achados, bem como sua correlação com a revisão teórica utilizada.

### 4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aprofundando o estudo, apresentamos os resultados dos objetivos específicos, os quais se propõem a aprofundar a atuação das cooperativas do sistema cooperativo SICREDI, dentro da área delimitada para o estudo proposta no método, neste cenário de sustentabilidade e produção de alimentos e energias.

#### 4.1.1 Objetivo 1

O primeiro objetivo se propôs a apresentar a distribuição da concessão de crédito das cooperativas de crédito do SICREDI/RS, através das diferentes linhas de crédito, identificando a representatividade e importância do crédito rural.

Conforme apresentado na etapa exploratória do método, 47,2% da carteira atual de crédito do SICREDI destina-se ao Crédito Rural, dentre os quais estão a produção de alimentos e de energia. Deste universo de Crédito Rural, identificou-se que 58% é concedido para produtores no Estado do Rio Grande do Sul, estado onde o estudo ocorreu.



#### 4.1.2 Objetivo 2

O segundo objetivo buscou mapear as cooperativas com maior relevância na concessão da linha de crédito rural, identificando as regiões onde as mesmas estão inseridas. Conforme apresentado durante a etapa exploratória do método, 13 cooperativas compõem 71,41% da carteira de crédito rural das cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, sendo estas selecionadas para o estudo.

As cooperativas possuem uma área de atuação, na sua maioria, em mais de uma cidade. Dessa forma, para melhor compreensão dos dados aqui apresentados, é necessário conhecer a região de atuação das 13 cooperativas mencionadas na etapa exploratória, são elas:

- 1) Cooperativa Sicredi Centro Serra: atuação nas cidades de Agudo, Arroio do Tigre, Candelária, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho, Vale do Sol;
- 2) Cooperativa Sicredi União RS: atuação nas cidades de Alecrim, Bossoroca, Caibaté, Campina das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama, Vitória das Missões;
- 3) Cooperativa Sicredi Região dos Vales: atuação nas cidades de Anta Gorda, Arroio do Meio, Capitão, Coqueiro Baixo, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Guaporé, Ilópolis, Muçum, Nova Brescia, Putinga, Relvado, Roca Sales, São Valentim do Sul, União da Serra, Vespasiano Correa, Vista Alegre do Prata;
- 4) Cooperativa Sicredi Botucaraí: atuação nas cidades de Arvorezinha, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuita, Itapuca, Mormaço, Nova Alvorada, Pouso Novo, São José do Herval, Soledade, Tuna;

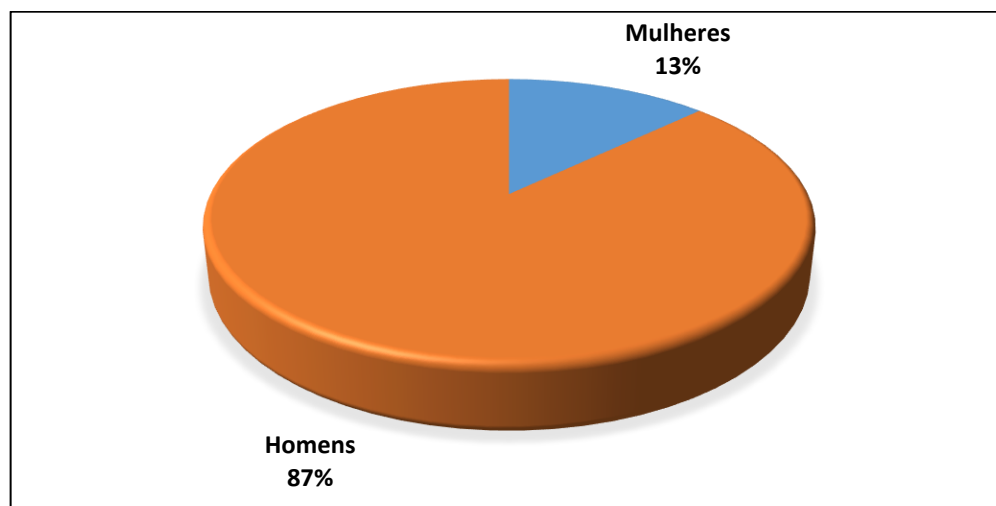
- 5) Cooperativa Sicredi Serrana: atuação nas cidades de Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Veranópolis, Vila Flores e Tupandi;
- 6) Cooperativa Sicredi Culturas: atuação nas cidades de Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicacoljuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi, Santo Augusto, São Valério do Sul, Tupanciretã;
- 7) Cooperativa Sicredi Planalto Gaúcho: atuação nas cidades de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Chapada, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Pejuçara, Pinhal Grande, Quevedos, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Silveira Martins, Tupanciretã;
- 8) Cooperativa Sicredi Noroeste RS: atuação nas cidades de Alecrim, Bossoroca, Caibaté, Campina das Missões, Cândido Godói, Catuipe, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santa Rosa, São Nicolau, Santo Ângelo, , Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Borja, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Sao Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama, Vitória das Missões;
- 9) Cooperativa Sicredi Região Centro: atuação nas cidades de Caçapava do Sul, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Lavras do Sul, Nova Palma, Piratini, Restinga Seca, Santa Maria, Santa Maria, Santa Maria, Santa Maria, Santana da Boa Vista, São João do Polêsine, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, Toropi, Vila Nova do Sul;
- 10) Cooperativa Sicredi Ibiraiaras: atuação nas cidades de Antônio Prado, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ciríaco, David Canabarro, Guabiju, Ibiraiaras, Ipê, Ipê, Lagoa Vermelha, Muliterno, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Nova Prata, Paraí, Protasio Alves, Sao Jorge;
- 11) Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo: atuação nas cidades de General Camara, Herveiras, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz;

- 12) Cooperativa Sicredi Jacui: atuação nas cidades de Almirante Tamandaré do Sul, Carazinho, Coqueiros do Sul, Não-Me-Toque, Santo Antonio do Planalto, Tio Hugo, Victor Graeff;
- 13) Cooperativa Sicredi Ouro Branco: atuação nas cidades de Bom Retiro do Sul, Brochier, Colinas, Estrela, Fazenda Vilanova, Harmonia, Imigrante, Montenegro, Nova Santa Rita, Pareci Novo, Poço das Antas, Salvador do Sul, Taquari, Teutonia, Triunfo, Westfalia.

#### 4.1.3 Objetivo 3

Dentro do objetivo 3, buscou-se identificar o perfil do tomador de crédito rural nas cooperativas de crédito selecionadas para a análise. Para justificar a relevância desta relação, durante as etapas de revisão das teorias e coleta exploratória de dados, avaliou-se a importância da participação das mulheres e jovens para o desenvolvimento da sustentabilidade, bem como sua representatividade no SICREDI enquanto tomadores de Crédito Rural, onde as mulheres representam 22,61% e os jovens até 30 anos representam apenas 11% do segmento do agronegócio no SICREDI. Ainda, conforme SICREDI (2017), 47% da carteira do agronegócio são de pequenos e médios produtores.

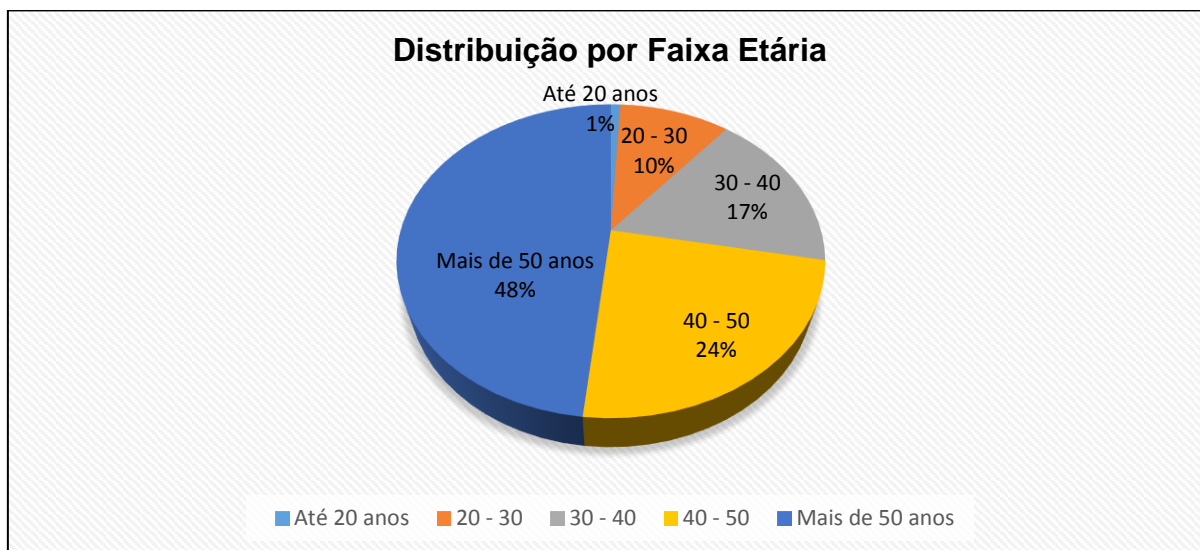
Figura 32 - Distribuição do Crédito Rural entre Homens e Mulheres na Cooperativa SICREDI Serrana



Fonte: SICREDI (2016).

Observa-se que na Cooperativa Sicredi Serrana, unidade selecionada para aplicação da etapa presencial de estudo de caso, a concentração das concessões para homens é ainda maior que para o sistema no geral, com apenas 13% de participação das mulheres. Em relação a atuação dos jovens na Cooperativa Sicredi Serrana, também se observa uma distribuição semelhante ao Sistema SICREDI.

Figura 33 - Distribuição por Faixa Etária na Cooperativa Sicredi Serrana



Fonte: SICREDI (2016).

Essa distribuição, observada na Figura 33, demonstra que os tomadores de crédito rural estão concentrados nas faixas etárias acima de 40 anos (72%), o que, por si só, remete a uma tendência de envelhecimento da base de tomados de crédito rural. Dessa forma, pode-se apontar uma eminente necessidade para adoção de medidas e ações para incentivar a permanência dos filhos dos agricultores no agronegócio. Nesse sentido, explora-se o nível de entendimento da cooperativa a respeito desta questão, bem como as iniciativas visando levar conhecimento e incentivos aos jovens na etapa do estudo de caso.

#### 4.1.4 Objetivos 4 e 5

Para os objetivos 4, e 5, buscou-se identificar as ações de sustentabilidade realizadas pelas cooperativas de crédito do SICREDI/RS na concessão do Crédito

Rural, bem como mapear a aplicação dos recursos concedidos através desta modalidade, relacionando com o tipo de produção de alimentos e energias tradicionais ou sustentáveis.

Para identificar as ações, utilizou-se, na etapa exploratória, uma entrevista (Apêndice I), cujo retorno e análise orientaram, na etapa seletiva, na definição da cooperativa alvo do estudo de caso. Nas Figuras 34 e 35 apresenta-se o perfil e as respostas de 4 cooperativas, cujas informações obtidas durante as entrevistas atenderam aos objetivos desta pesquisa (foram realizadas entrevistas com gestores de 6 cooperativas, entretanto, em função da quantidade de questões respondidas, optou-se por apresentar apenas 4 cooperativas no quadro comparativo).

Figura 34 - Perfil das Quadro Cooperativas de Crédito Escolhidas

PERFIL DA COOPERATIVA			
RESPONDENTE	PERFIL COLABORADORES	ESCOLARIDADE	% de colaboradores possuem capacitação em programas de sustentabilidade e Educação Financeira
Cooperativa SICREDI Santa Maria	Total de Colaboradores: 329 Homens: 42% Mulheres: 58% Idade Média: 32,9	Educação Superior Completa - 37% Pós-Graduação - 5% Educação Superior Incompleta - 48% Ensino Médio Completa - 6% Ensino Médio Incompleta - 2%	Não há colaboradores com as devidas capacitações
Cooperativa SICREDI Ouro Branco RS	Total de Colaboradores: 271 Homens: 31% Mulheres: 69% Idade Média: 31	Educação Superior Completa - 26,57% Pós-Graduação - 7,01% Demais - 66,42%	Sustentabilidade: 100%
Cooperativa SICREDI União RS	Total de Colaboradores: 100 Homens: 40% Mulheres: 60% Idade Média: 33	Educação Superior Completa - 70% Pós-Graduação - 25% Demais - 5%	Sustentabilidade: 92% dos colaboradores Educação Financeira: 78% dos colaboradores
Cooperativa SICREDI Serrana RS	Total de Colaboradores: 398 Homens: 29,39% Mulheres: 70,61 % Idade Média: 35 - 40 anos	Ensino Fundamental e Médio: 1,26% Superior Incompleto: 27,13% Superior Completo: 43,72% Pós-Graduação: 25,89% Mestrado e Doutorado: 1%	100% dos colaboradores em ambos

Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 35 - Retorno da Entrevista

QUESTÕES DE PESQUISA				
RESPONDENTE	1) Existem registro das modalidades de produção agropecuária dentro do Crédito Rural?	2) Em relação ao Associados que tomam Crédito Rural, qual o % (aproximado) de homens e mulheres?	3) Existe registro/controle do destino do Crédito Rural para a produção de alimentos sustentáveis?	4) Existe registro/controle da concessão de Crédito Rural destinado à produção de energia limpa? (Energia limpa é aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global, como solar, eólica, etc.).
Cooperativa SICREDI Santa Maria	Não há relatório para esse fim. Nos custeios agrícolas, o tipo de agropecuária mais utilizada é a Transgênica, tipo de integração Lavoura Solteira e tipo de cultivo Plantio Direto.	Associados Homens 88,72% Associadas Mulheres 11,28%	Não	Não
Cooperativa SICREDI Ouro Branco RS	Existem 3 classificações, conforme linha de crédito disponível (PRONAF (custeio, investimentos e comercialização, pronamp e demais) – não tem % de cada um, nem registro de produção sustentável.	Associados Homens 80 - 90% Associadas Mulheres de 10 – 20%	Não	Não há registro, em 2016 tivemos 3 ações (pequeno porte, aquecimento solar) para energia solar, mas houve pouca divulgação.
Cooperativa SICREDI União RS	Pecuária: Aves (0,10%), bovinos de carne (18,5%) e leite (5,65%), ovinos (0,11%), suínos (0,90%). agrícola: Arroz (0,65%), aveia (0,28%), canola (0,75%), milho (24,2%), soja (39,85%), trigo (9%).	Associados Homens 84,8% Associadas Mulheres 14,5%	Através do projeto técnico que contempla a finalidade do crédito, as comprovações financeiras devem ser apresentadas conforme finalidade do projeto e através de fiscalização por amostragem por empresa terceirizada após a liberação da operação.	São solicitadas as Licenças ou Dispensas Ambientais de acordo com a finalidade do crédito e/ou linha de financiamento
Cooperativa SICREDI Serrana RS	A agropecuária é utilizadora dos recursos naturais como o solo e a água e, com seu avanço e desenvolvimento intenso sobre ecossistemas nativos, gera-se impactos ambientais e muita preocupação. O foco, para minimizar os impactos, deveria ser direcionado às áreas já utilizadas, mas que estejam subutilizadas, ou ainda degradadas e abandonadas. Deve-se, também, respeitar à legislação ambiental, conservando as áreas de preservação permanente, além das reservas legais.	Não tem esse controle (mas são predominantemente homens).	Não	Existem relatórios com os quais podemos verificar as linhas tomadas pelos produtores rurais; porém, não existe a possibilidade de identificar o que foi financiado nestas. Através da percepção dos colaboradores da cooperativa, percebe-se que existe procura do associados para estas finalidades, mas a procura acaba por ser baixa, devido a obstáculos ainda existentes.

QUESTÕES DE PESQUISA				
<b>RESPONDENTE</b>	5) Para alguns autores existe um fortalecimento da imagem da mulher relacionada a sustentabilidade, como sensibilidade, compaixão e, ao mesmo tempo, firmeza, justiça e a maneira apropriada de ver a natureza e cuidar da casa e de todas as formas de vida - ecologia, economia e relações sociais. Nesse contexto, qual o percentual de distribuição entre homens e mulheres dentre os tomadores de Crédito Rural?	6) Do crédito rural concedido, qual o percentual destinado à agricultura familiar?	7) Existem políticas ou ações para beneficiar os associados que utilizam o crédito para produção de alimentos e energias sustentáveis?	8) Existem ações com outras entidades locais para promover a produção de alimentos sustentáveis na região?
Cooperativa SICREDI Santa Maria	Atualmente, em torno de 88,72% do crédito rural é distribuído a homens e 11,28% a mulheres.	Considerando o Plano Safra 2015/2016, 14% do total concedido foi destinado a agricultura familiar. Considerando a quantidade de operações cadastradas, a agricultura familiar representou 41% das contratações, atendendo a 42,6% dos associados tomadores de crédito rural.	Não	Não
Cooperativa SICREDI Ouro Branco RS	Atualmente, em torno de 90% do crédito rural é distribuído a homens e 10% a mulheres.	90% para agricultura familiar	Não	Não
Cooperativa SICREDI União RS	Essa informação é proporcional ao dado de associados da cooperativa, onde: Associados Homens: 84,8% Associadas Mulheres: 14,5%	São destinados 79,6% do crédito rural para agricultura familiar.	Sem Retorno	Sem Retorno
Cooperativa SICREDI Serrana RS	Percebe-se que a tomada de crédito rural é feita em sua maior parte pela figura masculina, que concentra aproximadamente 90% das operações de custeios liberadas pela cooperativa (esta informação é uma estimativa). A mulher possui uma grande participação na administração da propriedade, sendo muitas vezes responsável pela parteira financeira, incluindo-se neste o controle da conta corrente	Na cooperativa, 98% dos produtores rurais são pequenos produtores, desta forma a concessão de crédito segue um percentual semelhante, com aproximadamente 91% das operações liberadas (quantidade de operações) para o pequeno produtor. (Considera-se operações de custeio)	Hoje, existem dentro dos programas do governo federal taxas diferenciadas para estimular a produção de produtos orgânicos e para acessos a fontes de energia alternativa, não poluentes. Porém, embora estes incentivos existam, são poucos os produtores que acabam por tomar linhas deste tipo, visto exigências como a contratação de assistência técnica por exemplo. O custo varia conforme o valor do Projeto, pela EMATER geralmente há um custo de 2% sobre o valor do Projeto. Não vejo como um custo alto ou com um grande impeditivo. É muito da resistência e falta de conhecimento sobre a produção orgânica.	Algumas cooperativas de produção possuem uma linha de produção voltada para produtos orgânicos. A cooperativa possui parceria com estas entidades/empresas facilitando o acesso aos financiamentos para os produtores rurais, estando as empresas cientes das linhas disponibilizadas. Alguns municípios, citando aqui o município de Barão e Garibaldi já realizam encontros com cooperativas que focam produtos orgânicos de forma a apresentar linhas com diferenciais aos produtores rurais, porém percebe-se que o próprio Produtor possui um certo receio ao investir em sistemas orgânicos/agroecológicos. As cooperativas e empresas acabam enfrentando bastante resistência dos produtores que estão acostumados com as técnicas comuns para combate de pragas, assim como os sistemas que hoje vem dando certo. É um desafio para as empresas a ampliação das áreas voltadas para a produção orgânica e sustentável.



QUESTÕES DE PESQUISA				
<b>RESPONDENTE</b>	9) Existem ações para fortalecer a agricultura familiar e a manutenção das famílias no campo?	10) Os jovens representam 30% da população mundial. Influenciadores e com acesso à informação virgula eles têm demonstrado uma consciência ecológica e colaborativa superior as demais gerações. Na sua cooperativa de crédito existem ações que indiquem a participação dos jovens com a sustentabilidade e a produção de alimentos sustentáveis?	11) As cooperativas representam um importante papel no desenvolvimento local, como sua Cooperativa de Crédito contribui, junto com as autoridades locais, entidades sem fins lucrativos, para a produção de alimentos e energias sustentáveis?	12) Ainda neste contexto, existe relação entre a concessão de crédito rural para mulheres e a produção de alimentos e energias sustentáveis na sua Cooperativa de Crédito? Descreva a existência de casos e/ou indicadores que demonstrem essa relação.
Cooperativa SICREDI Santa Maria	A oferta de linhas de crédito rural para a agricultura familiar com taxas mais acessíveis e menor burocracia na apresentação dos documentos para a concessão do crédito rural.	Sem Retorno	Sem Retorno	Sem Retorno
Cooperativa SICREDI Ouro Branco RS	há na região a Cooperativa de produção – Languiru, EMATER, Fundação Agrícola Teotônio (curso técnico em agropecuária). Com a Coop de produção há projetos, como fundação de escolas, empreendedorismo, formação de jovens (cooperativas escolares) SESCOOP – aprendiz cooperativo que atua no campo  Há várias ações, mas não estão atreladas a uma estratégia de sustentabilidade. Não há metas. Sindicato produtores rurais.	Na educação há cooperativas escolares e União Faz a Vida, reaproveitamento materiais, consumismo; contudo, a produção alimentos sustentáveis é restrito. Coop escolares: 400 famílias envolvidas	As contribuições são de forma isoladas, não há nada direcionado. A Cooperativa concede crédito para financiar os projetos, através de convênio de 50% do curso junto EMATER. Pata ter acesso basta ser Associado, sendo o orçamento a única premissa. Quem faz a divulgação é a EMATER, não havendo nenhum controle por parte da cooperativa.	Não há indicadores
Cooperativa SICREDI União RS	Sem Retorno	Sem Retorno	Sem Retorno	Sem Retorno
Cooperativa SICREDI Serrana RS	Um dos assuntos mais abordados pelas entidades, cooperativas de produção e pelo próprio Sicredi é referente a sucessão familiar. Algumas empresas já fizeram estudos e perceberam que no médio e longo prazo, se não houver sucessão familiar (e infelizmente em algumas famílias já não há) a produção do produto final reduzirá drasticamente.	Não existem ações que indiquem a participação dos jovens na produção de alimentos sustentáveis. O que percebemos é uma maior participação dos jovens em atividades promovidas pela cooperativa que objetivam o aprendizado com técnicas que podem estar sendo utilizadas na atividade agrícola. Hoje, o agronegócio é uma grande aposta, sendo um dos setores mais fortes da economia brasileira.	Conforme mencionado anteriormente, existe uma participação muito forte da cooperativa em programas de educação junto as cooperativas de Produção e entidades envolvidas com o agronegócio; Ainda, há o patrocínio com pagamento de até 80% do valor dos cursos promovidos por entidades como a EMATER, sendo que dos cursos oferecidos, existem aqueles que abordam a sustentabilidade. Em eventos promovidos pelas entidades, nos quais também são abordados assuntos como a sucessão familiar, sustentabilidade e agroecologia, a cooperativa apoia de inúmeras maneiras.	Desconheço essa relação

Fonte: Elaborado pelo Autor

Concluída a etapa exploratória, e a partir dos retornos obtidos, identificou-se que não havia um padrão de acompanhamento que possa certificar a contribuição das cooperativas de crédito do SICREDI, no Estado do Rio Grande do Sul, para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis. Assim, optou-se por realizar a última etapa junto a Cooperativa SICREDI Serrana RS que apresentou, através das respostas às questões do instrumento de coleta de dados, as melhores e mais relevantes ações junto aos produtores e comunidade para apoiar essa modalidade de produção.

Definida a cooperativa foco para o estudo de caso, iniciou-se a etapa de aprofundamento quando a histórica de evolução e constituição da Cooperativa Sicredi Serrana. O objetivo dessa etapa foi aprofundar o conhecimento sobre sua estratégia e atuação para relacionar as descobertas na etapa de entrevistas com os princípios e objetivos da cooperativa, bem como com as referências da literatura mencionadas neste estudo.

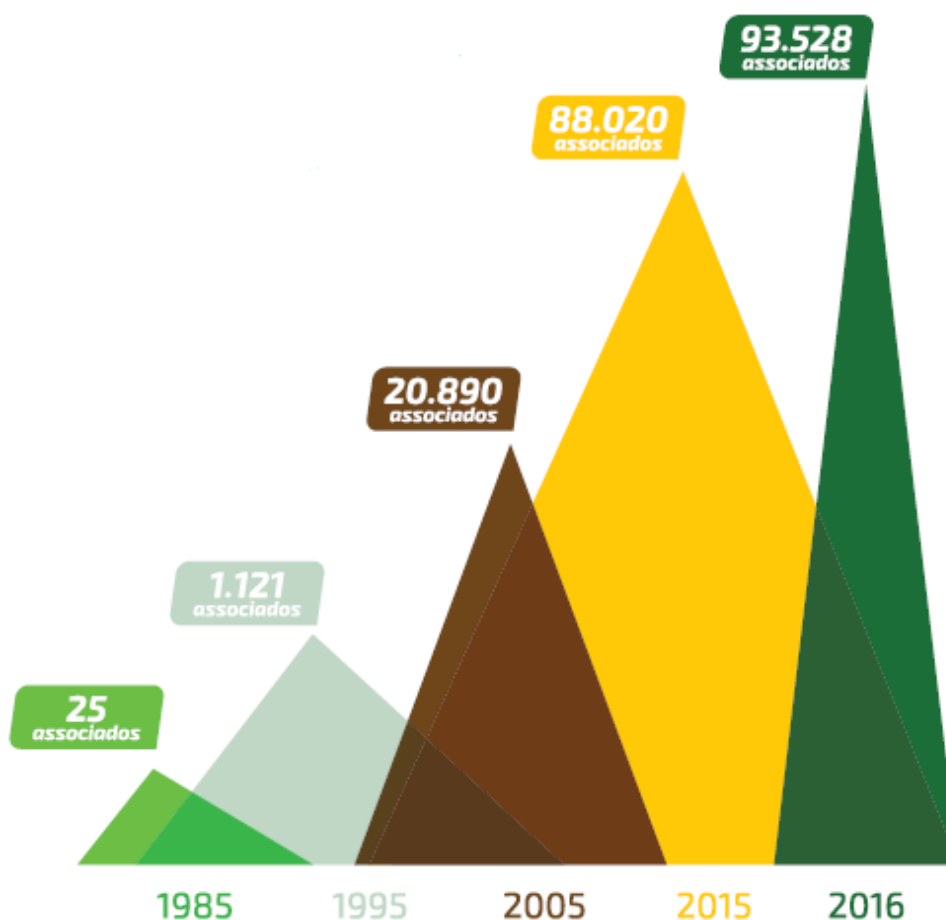
#### 4.1.4.1 História da Cooperativa Sicredi Serrana RS

A Cooperativa Sicredi Serrana está localizada na Região Serrana do Estado do Rio Grande do Sul. Com sede no município de Carlos Barbosa, a cooperativa compartilha sua história com as demais cooperativas integrantes do SICREDI. O Sistema de Crédito Cooperativo cuja história remonta à retomada do cooperativismo de crédito desde a fundação da COCECRER, hoje, Central SICREDI Sul. Sua história, disponível no site da Cooperativa Sicredi Serrana, teve início na década de 1980, onde os dirigentes, e associados da Cooperativa Santa Clara experimentavam o cenário econômico comum às demais regiões do Rio Grande do Sul. Este contexto impulsionava a necessidade de empreender coletivamente, constituindo cooperativas de crédito para atender as necessidades dos agricultores em face da retirada do Estado no financiamento agrícola.

Assim, surgiram os primeiros movimentos para constituição da cooperativa, que, dentre as muitas atividades em busca da evolução e consolidação, destaca-se os principais marcos:

- 1985 – Assembléia de Constituição;
- 1986 – Início das atividades;
- 1988 – Contratação do primeiro funcionário pelo regime da CLT, até então todos eram cedidos pela Cooperativa Santa Clara;
- 1994 – Aprovação, em Assembleia Geral, da cooperativa como acionista no capital social de Instituição Financeira, ao ser criado o “Banco Cooperativo Sicredi”;
- 1995 – Alteração do nome fantasia para Sicredi Carlos Barbosa e início de sua expansão regional;
- 2000 – Alteração do nome fantasia para Sicredi Serrana RS;
- 2006 – Transformação para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados;
- 2009 – Constituição da Superintendência Regional;
- 2010 – Comemoração dos 25 anos de história;
- 2012 – Realização da primeira assembleia geral por voto delegado;
- 2015 – Comemoração dos 30 anos de história.

Figura 36 - Evolução da Cooperativa Sicredi Serrana RS

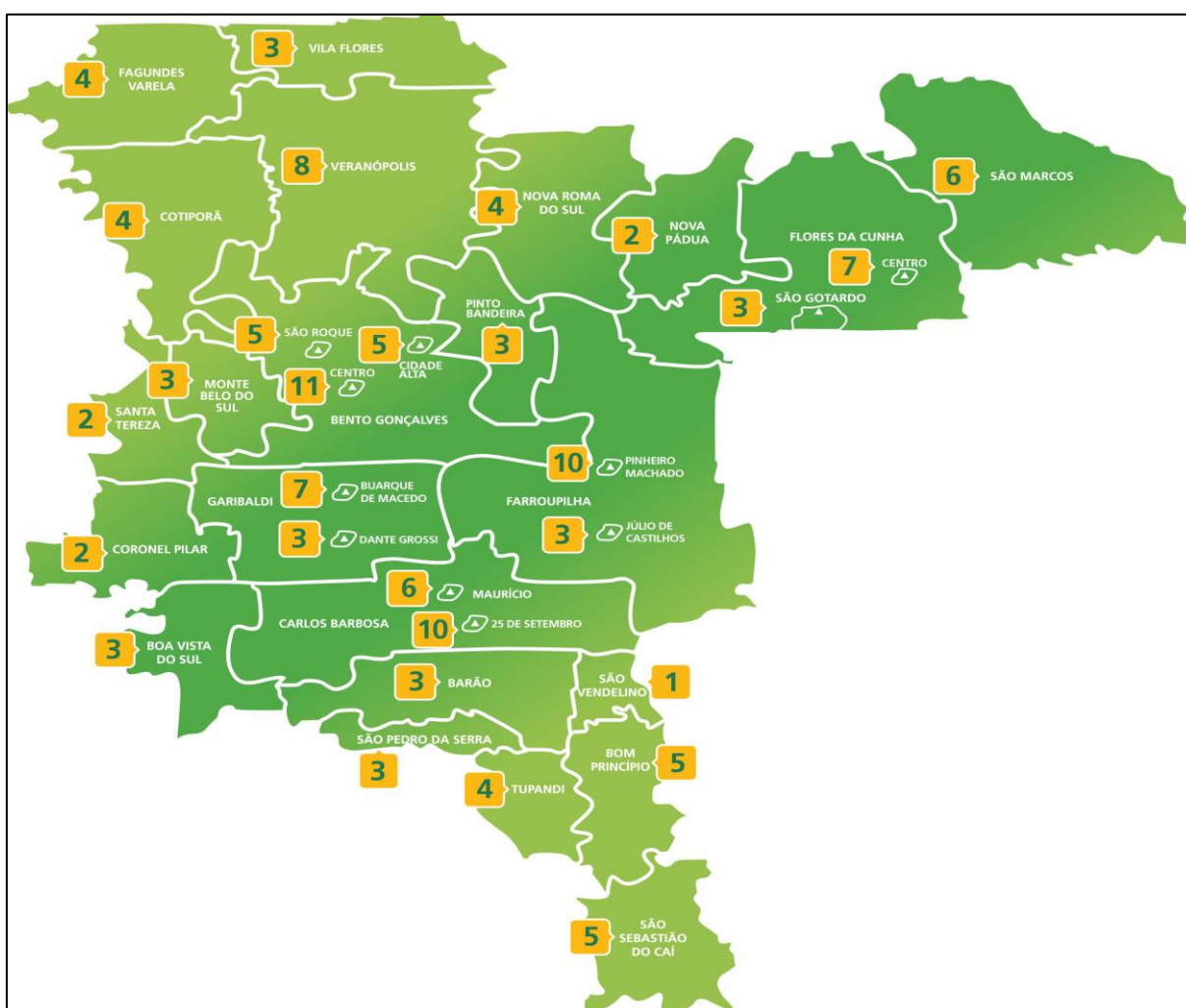


Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

A Cooperativa Sicredi Serrana, que contava com 25 associados em 1985, cresceu de forma constante ao longo de sua história de mais de 30 anos e hoje conta com 93 mil associados. Esse número representa na área de atuação desta cooperativa em torno de 23% da população e mais de 34% das empresas.

Conforme o site SICREDISERRANARS (2017), sua área de atuação compreende os 23 municípios: Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Veranópolis, Vila Flores e Tupandi, representadas na Figura 38.

Figura 37 - Área de atuação da Cooperativa Sicredi Serrana RS



Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

#### 4.1.4.2 Perfil da Cooperativa Sicredi Serrana RS

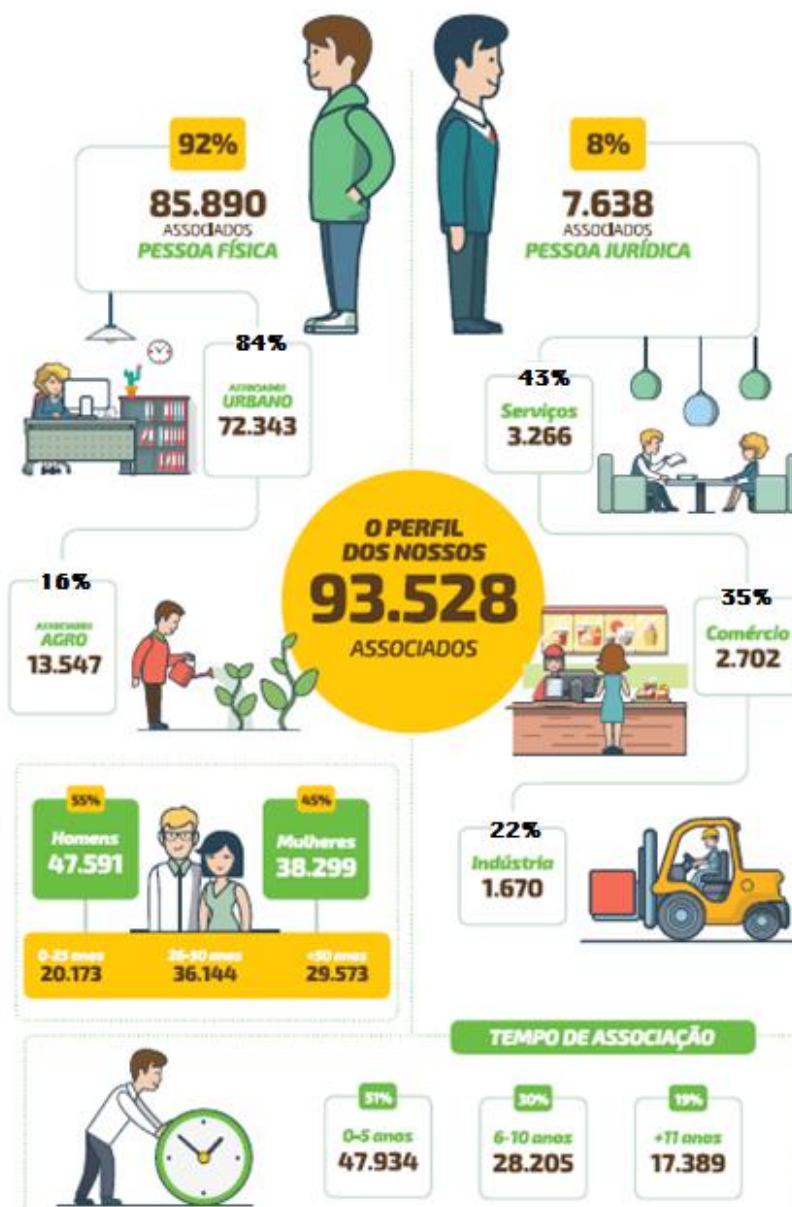
Com um propósito de contribuir com o desenvolvimento dos associados e da comunidade onde está inserida, a Cooperativa Sicredi Serrana, promove, dentro da sua estratégia de atuação, ações calcadas em quatro pilares:

- 1) **Associados:** a associação é o início do ciclo, onde a cooperativa se propõe, desde o início deste relacionamento, oferecer a melhor experiência, deste o atendimento até a concretização das operações financeiras com o associado, visando compreender e atender da melhor forma suas necessidades;
- 2) **Bons negócios:** para que isso ocorra os colaboradores são capacitados para construir relacionamentos sólidos com os associados. Para tanto é necessário ouvir e conhecer cada um, sejam eles pessoas físicas ou empresas. Esse conhecimento acerca do associado, em conjunto com o conhecimento técnico dos produtos e serviços do SICREDI, viabilizam o melhor negócio para ambos (associado e cooperativa);
- 3) **Compromisso com a comunidade:** através dos resultados a cooperativa investe no desenvolvimento da comunidade, com incentivos a formação dos associados (cursos e aprendizados), programas como União Faz a Vida e Cooperativas Escolares, educação financeira, formação de lideranças e participação em eventos locais através de ações e patrocínios nas áreas da cultura, esporte e lazer;
- 4) **Resultados:** compromisso com a viabilização de bons negócios que contribuam com a evolução e perpetuidade da cooperativa, bem como com o desenvolvimento dos associados e bem estar da comunidade. Num contexto de sustentabilidade, a cooperativa busca muito além dos resultados financeiros, mas, também, voltados ao desenvolvimento das pessoas (colaboradores, associados e comunidade), sempre buscando avanços em inovação e segurança.

#### 4.1.4.3 Perfil dos associados

Considerado a razão de existir da Cooperativa Sicredi Serrana RS, existe uma preocupação em prover uma experiência diferenciada e humanizada desde o início da associação, a instituição estabeleceu algumas atitudes a serem seguidas no momento de receber e atender seus associados: foco na experiência na adesão do associado; a importância do associado; feito de pessoas para pessoas e aprendizagem constante das equipes.

Figura 38 - Perfil dos Associados



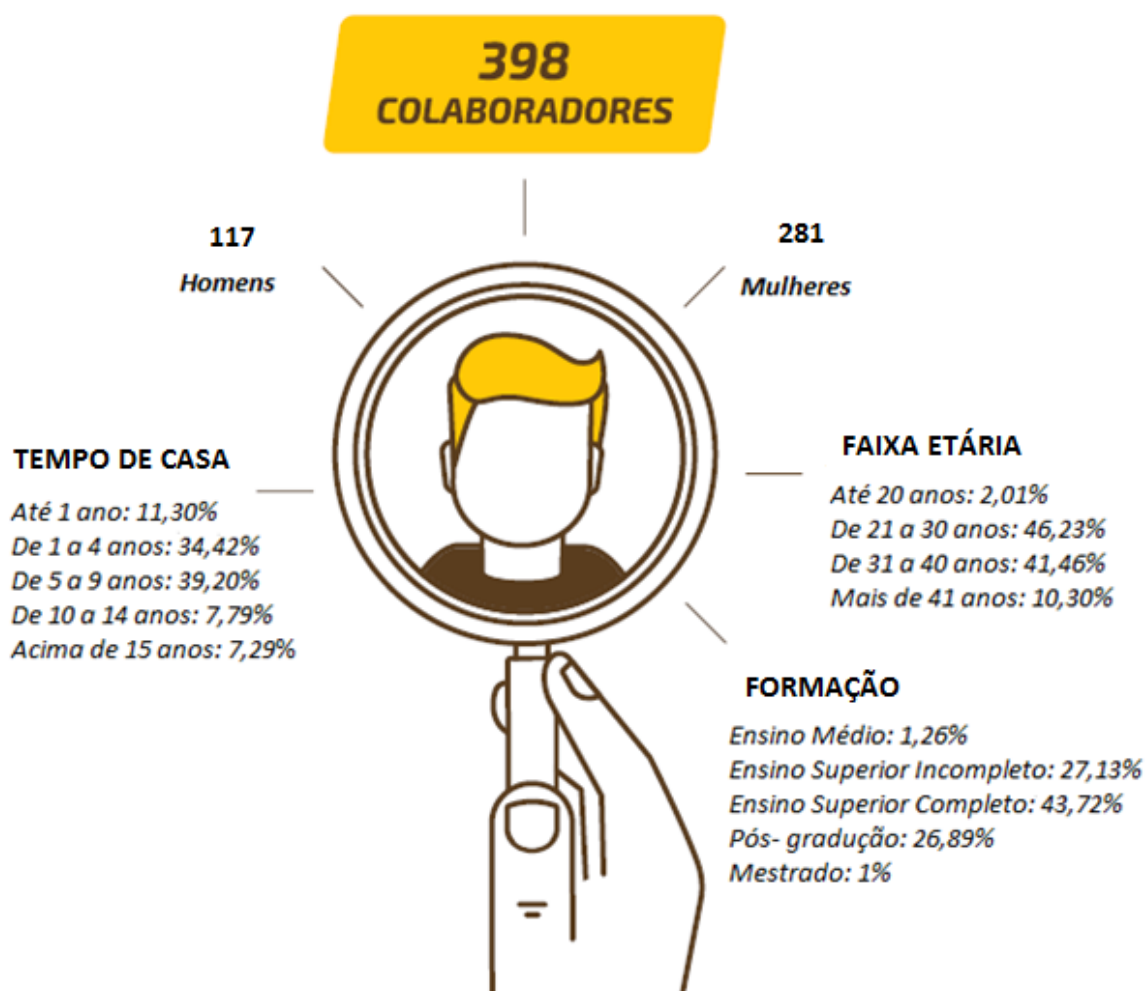
Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

Observa-se na Figura 38 que do total de associados, as mulheres representam 45%, mas, quando se avalia o quadro de tomadores de crédito rural, que representa 15% da base de associados da Cooperativa Sicredi Serrana a participação das mulheres cai para 13%, conforme Figura 29, apresentada no Método.

#### 4.1.4.4 Perfil dos colaboradores

Para atingir o nível desejado de excelência, 100% dos colaboradores possuem capacitação em Programas de Sustentabilidade e Educação Financeira.

Figura 39 - Perfil dos Colaborares



Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

Dos 398 colaboradores, 70,60% são mulheres, que representa um contraponto em relação aos tomadores de crédito rural da Cooperativa Sicredi Serrana. A concentração está na faixa etária de 21 a 40 anos e 54,28% possuem mais de 5 anos de casa, o que sinalizada uma forte identificação e satisfação em trabalhar na instituição.

Buscando atender ao propósito da instituição e consolidar, cada vez mais, a cooperativa investe na capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores, com base em sete pilares:

- 1) **Ágil:** Buscar surpreender a expectativa do associado, agindo de forma proativa com processos simples e dinâmicos;
- 2) **Simple:** busca pela praticidade, rapidez e clareza nas relações com os associados, simplificando a comunicação;
- 3) **Ativo:** busca pelo compromisso, engajamento, participativos e incansáveis na busca do melhor para os associados;
- 4) **Agregar Renda:** presar pela precificação adequada, equidade e reinvestir os resultados na própria região;
- 5) **Confiança e Segurança:** formar e manter relações firmadas no conhecimento na transparência e na ética;
- 6) **Próximo:** estar presente nos momentos importantes da sociedade, contribuindo com os interesses coletivos dos associados, buscando sempre uma gestão procriam e ágil;
- 7) **Excelência no Atendimento:** conhecer o associado para propor soluções financeiras adequadas ao seu perfil e necessidade.

#### 4.1.4.5 Números da Cooperativa Sicredi Serrana RS

Com uma filosofia de trabalho voltada aos princípios do cooperativismo e sustentabilidade, a cooperativa se mantém com um ritmo de crescimento anual em torno de 24% nos últimos 7 anos, conforme informa em SICREDISERRANARA (2017). Tal crescimento, mesmo em um cenário econômico adverso, confirma a

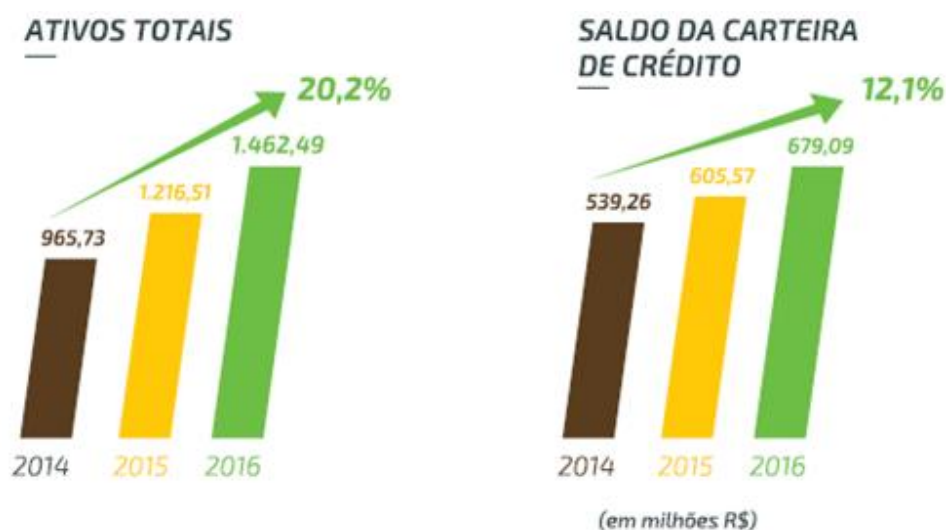


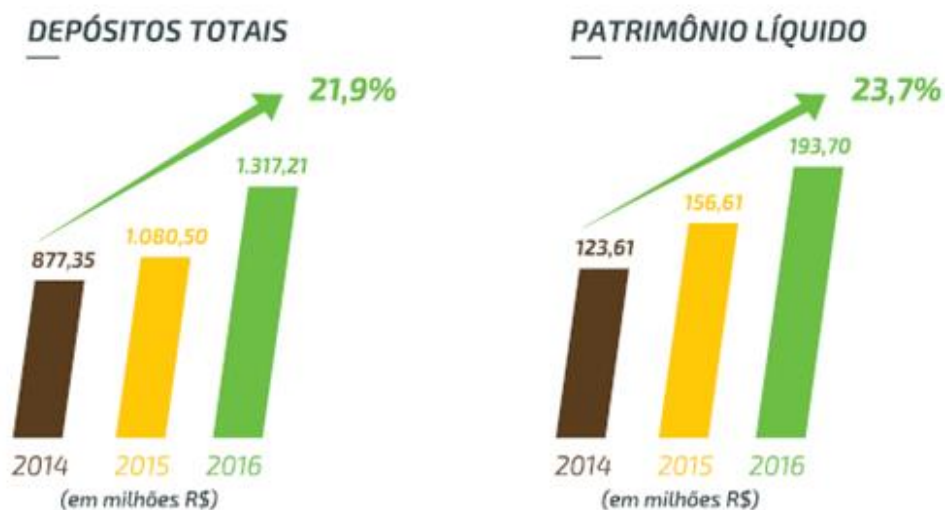
solidez e diferenciais de relacionamento com seus associados mencionados anteriormente. Nos últimos três anos a cooperativa saltou de R\$ 965 milhões de ativos (2014) para R\$ 1,46 bilhão (2016), crescimento de 51,3%, conforme divulgação em seu relatório de resultados de 2016, publicado em SICREDISERRANARS (2017).

A Figura 40 demonstra o sólido crescimento da Cooperativa Sicredi Serra RS, tendo consistência e linearidade no crescimento em todos os indicadores, especialmente entre ativos e patrimônio líquido. Além desses excelentes resultados, há de considerar a participação da representatividade da instituição na região onde está inserida, onde 23% da população é associada à cooperativa e 24% das empresas fazem parte deste sistema cooperativo.

São números relevantes ao considerar um mercado financeiro extremamente competitivo. Mas, a cooperativa trabalha seus principais fatores competitivos, ligados ao cooperativismo, como: estar presente nos grandes momentos da comunidade, investir no associado, educação financeira, programas sociais, cooperativas escolares e parceiros do agronegócio.

Figura 40 - Números das Cooperativa Sicredi Serrana RS





Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

Em 2016, a cooperativa realizou 979 ações cujo principal objetivo foi a aproximação com o associado, impactando 1,6 milhão de pessoas. Com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dos associados e da sociedade a Cooperativa Sicredi Serrana busca fomentar a qualificação para melhorar o desenvolvimento na vida pessoal e profissional.

Figura 41 - Capacitação de Associados em Manuseio de Máquinas Agrícolas



Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

Outro registro importante nesse contexto de sustentabilidade uma iniciativa realizada pela Cooperativa Sicredi Serrana, em 2015, onde colaboradores e

associados receberam capacitação sobre educação financeira, através de um método que contempla pilares para diagnosticar, sonhar, orçar e poupar. Esses fatores corroboram para o crescimento sustentável da instituição.

Figura 42 - Capacitação Colaboradores e Associados sobre Educação Financeira



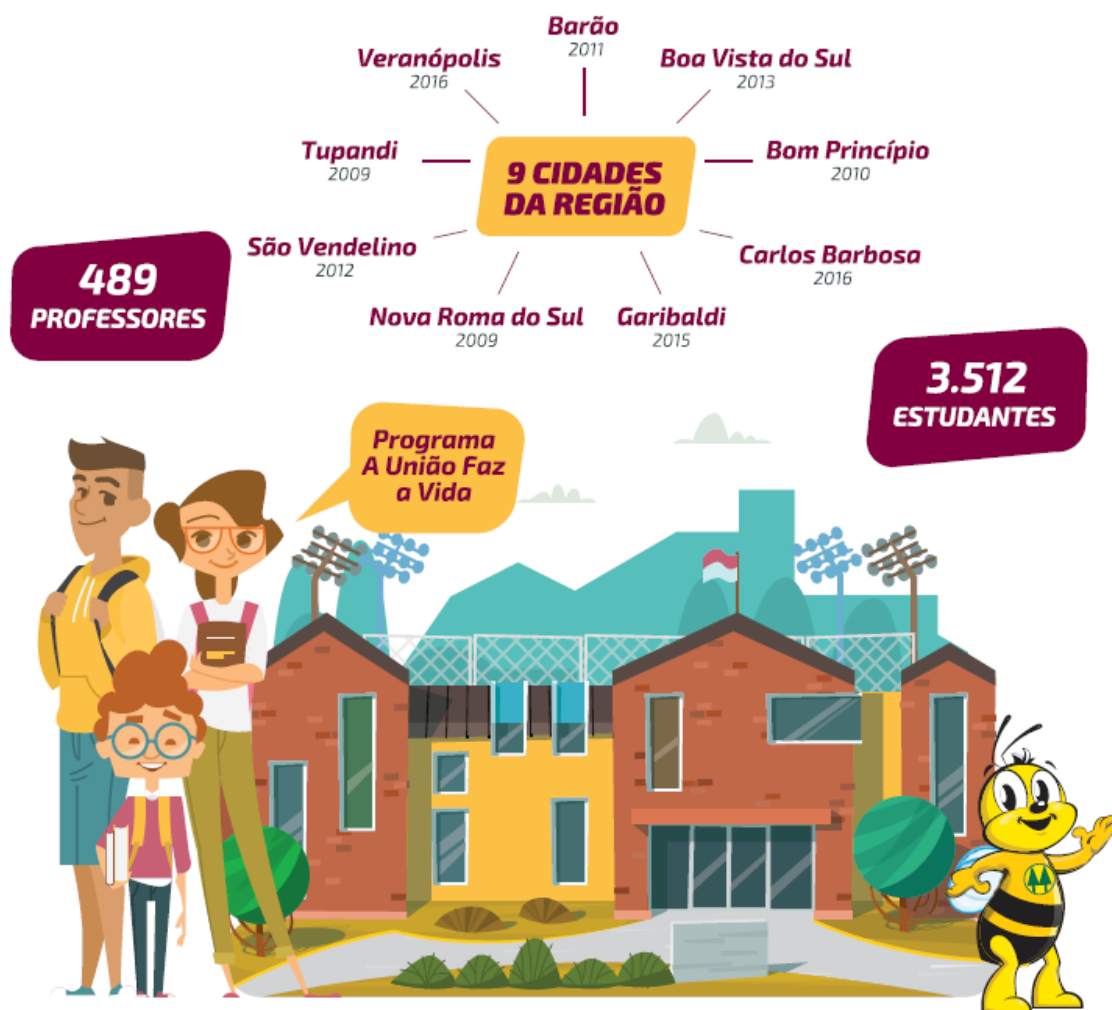
Fonte: SICREDISERRANARS (2017).

Ainda nesta frente educacional, a Cooperativa Sicredi Serrana realiza ações que norteiam o princípio de desenvolvimento do associado. O desenvolvimento promovido regionalmente impacta tanto o modelo de negócio como os associados. O objetivo é elevar o patamar dessas iniciativas para além das boas práticas, e escalar a criação de valor.

Um dos programas mais impactantes para a sociedade é o Programa União Faz a Vida, onde através dele a instituição contribui com a educação integral dos estudantes, tendo por propósito construir e vivenciar atitudes e valores do cooperativismo e cidadania. A metodologia do Programa convida as crianças e adolescentes a valorizarem os saberes e espaços comunitários, os empreendimentos coletivos, a cooperação e o exercício da cidadania como formas de se ensinar e de apreender em todos os lugares e com todas as pessoas. Os projetos desenvolvidos no Programa geram valor também para a comunidade, pois abordam temas relevantes como meio ambiente, saúde, cultura e esporte o que vem ao encontro da melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Em 2016, na Cooperativa Sicredi Serrana, foram mais de 100 projetos desenvolvidos, impactando nove cidades e 3.512 estudantes, conforme mostra a Figura abaixo.

Figura 43 - Projeto União Faz a Vida da Cooperativa Sicredi Serrana RS



Fonte: SICREDISERRANARS (2017)

Outro projeto social muito importante desenvolvido pela Cooperativa Sicredi Serrana RS é o incentivo e apoio a criação de cooperativas escolares, que tem como objetivo estimular o espírito do cooperativismo e o movimento entre o saber e o fazer dentro das instituições de ensino. Dessa forma proporciona aos alunos novas experiências de vida, amplia seu aprendizado, preparando-os para o trabalho e a convivência social. Desde 2012 foram implantadas seis cooperativas em cinco cidades (Carlos Barbosa, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Barão e São Vendelino), impactando 116 alunos.

As cooperativas escolares são associações de estudantes com finalidade educativa, podendo desenvolver atividades econômicas, sociais e culturais em benefício dos associados.

Figura 44 - Cooperativas Escolares



Fonte: SICREDISERRANARS (2017)

#### 4.1.4.6 Parceiros do agronegócio

A Cooperativa Sicredi Serrana RS posiciona-se como um parceiro do agronegócio, sendo este uma das premissas para sua seleção ao estudo de caso deste trabalho. Dentro da essência do trabalho cooperativo a instituição reúne entidades e lideranças do setor, como EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, empresas e cooperativas de produção para refletir sobre as estratégias do

agronegócio na região, já tendo promovido três encontros de grande porte na cidade de Carlos Barbosa, para debater sobre os temas sustentabilidade, tecnologia, oportunidades e desafios do mercado nacional, e o agronegócio na região onde a cooperativa atua.

#### 4.1.5 Entrevista com gestores da Cooperativa Sicredi Serrana RS

Visando aprofundar os temas propostos neste estudo, foram realizadas entrevistas com os gestores da Cooperativa Sicredi Serrana RS para identificar a contribuição da instituição na produção de alimentos e energias sustentáveis em sua região de atuação. A seguir apresenta-se a entrevista, realizada com 2 gestores, um representando a Área de Negócios e outro representando a Área de Programas Sociais, bem como as percepções acerca das ações e estratégia da cooperativa. As entrevistas foram realizadas via Spype e presencialmente, na Cooperativa Sicredi Serrana RS, Além de questionamentos pontuais através de e-mail, durante a etapa de coleta de dados.

Quando questionados acerca da gestão nas concessões do Crédito Rural e sua distribuição entre as modalidades de produção os gestores mencionaram, primeiramente, a importância do agronegócio para a região e a Cooperativa Sicredi Serrana e, por esse motivo, detém uma forte atenção da gestão da Cooperativa. Atualmente são identificados de forma distinta 2 cenários de produção:

**Cenário 1: agricultura extensiva (subsistência):** basicamente familiar, faz uso de técnicas tradicionais ou ainda rudimentares para a produção. Utilizada, comumente, em mercado interno ou ainda para subsistência.

**Cenário 2: agricultura intensiva (comercial):** faz uso intensivo dos meios de produção, havendo uma grande produção de um único produto. Para produzir nessa modalidade é preciso utilizar em grande quantidade o combustível e

recursos naturais, podendo, inclusive, produzir um elevado impacto ambiental, uma vez que não é usada a rotação trienal<sup>7</sup>.

Quanto a preocupação da Cooperativa em relação aos impactos ambientais do agronegócio na sua região de atuação, os entrevistados demonstraram muita preocupação e reforçaram que a agropecuária se utiliza dos recursos naturais como o solo e a água e seu avanço e desenvolvimento intenso sobre ecossistemas nativos gera impactos ambientais. Segundo eles, o foco, para minimizar os impactos, deve ser direcionado às áreas já utilizadas para a produção, mas que estejam subutilizadas, ou, ainda, degradadas e abandonadas. Deve-se, também, respeitar à legislação ambiental, conservando as áreas de preservação permanente, além das reservas legais.

Em relação ao registro e controle da concessão de crédito rural destinado à produção de energia limpa (energia limpa é aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global), os entrevistados explicaram que atualmente existem relatórios com os quais pode-se identificar as linhas tomadas pelos produtores rurais; porém, não existe a possibilidade de identificar, nesses informativos, o tipo de cultivo para o qual foi destinado o crédito rural. A percepção dos colaboradores, através do contato com os associados, é que existe baixa procura por financiamento nestas modalidades devido ao obstáculo, como o financiamento de equipamentos importados, que não se enquadram nas linhas de crédito subsidiadas.

Evoluindo na entrevista, iniciou-se a etapa de aprofundamento sobre o perfil dos tomadores de crédito rural na Cooperativa Sicredi Serrana, onde os gestores sinalizaram que a tomada de crédito rural é realizada, em sua maioria por homens, que concentram aproximadamente 90% das operações de custeios liberadas pela cooperativa (esta informação é uma estimativa, não há indicadores para essa mensuração). Nesse sentido, quando questionados acerca da visão da Cooperativa

---

<sup>7</sup> Consiste em dividir um campo de cultivo em três partes, utilizando-as para diferentes culturas de forma rotativa para melhor aproveitamento do solo e, conseqüentemente, maior produção. Essa prática ajuda a conservar a fertilidade do solo e assegura que de três em três anos, parte do campo esteja em repouso/pousio.

em relação a distribuição das concessões de crédito rural serem, predominantemente, realizadas por homens, os entrevistados reforçaram que a mulher contribui na gestão dentro da propriedade, influenciando a tomada de decisão do marido em relação ao que produzir e no financiamento da produção. Contudo, quem vai até a cooperativa buscar crédito é o homem, sendo necessário estimular as mulheres a aumentar sua participação junto à instituição. Ainda, segundo o gestor de negócios, *“a mulher possui uma grande participação na administração da propriedade, sendo muitas vezes responsável pela parte financeira, incluindo-se neste o controle da conta corrente”*.

Ainda em relação ao perfil do tomador de crédito rural, identificou-se que cerca de 98% são pequenos produtores. Desta forma, a produção pode ser classificada como produção familiar e a concessão de crédito segue um percentual semelhante, com aproximadamente 91% das operações liberadas (quantidade de operações) para o pequeno produtor. Essa produção é destinada, em sua maioria para venda e, assim, geração de renda para a família.

Com o objetivo de incentivar os produtores que optam em produzir alimentos e energias sustentáveis há, dentro dos programas do governo federal, taxas diferenciadas para estimular a produção de produtos orgânicos e para acessos a fontes de energia alternativa, não poluentes. Porém, embora estes incentivos existam, são poucos os produtores que tomam essas linhas de financiamento, visto as exigências para viabilizar essa contratação, como necessidade de assistência técnica, por exemplo. O custo do projeto varia conforme o valor do projeto. Pela EMATER, normalmente, há um custo de 2% sobre o valor do projeto. Os gestores entendem que o custo não é o principal impeditivo, ressaltam que os principais empecilhos são a resistência dos produtores e falta de conhecimento na produção de alimentos e energias sustentáveis.

Segundo os entrevistados, ainda em relação a oferta de crédito subsidiado aos produtores, a Cooperativa Sicredi Serrana RS disponibiliza duas linhas de crédito, criadas pelo Governo Federal para incentivar investimentos em produção sustentável, que são elas: Pronaf Agroecologia e Pronaf Eco. A primeira voltada para a produção e implantação de culturas através de sistemas agroecológicos/orgânicos; e a segunda para investimentos em energias renováveis, não poluentes, como a energia



fotovoltaica, por exemplo. A Cooperativa possui estas duas linhas em seu portfólio em parceria com o BRDE, intermediador nestes casos. Porém, apesar da linha de crédito subsidiado estar disponível, não há grande procura pelos associados que enfrentam, ainda, obstáculos devido a muitos equipamentos serem importados, os quais não são passíveis de financiamento através destas linhas. As linhas de financiamento subsidiadas proporcionam benefícios ao produtor através de taxas e prazos de pagamento diferenciados e, atualmente, representam, aproximadamente, 2% das concessões de crédito rural da cooperativa.

Quando questionados a respeito do conhecimento da cooperativa, da comunidade e, especialmente, os produtores a respeito custos e dos ganhos, inclusive do aumento na qualidade de vida, nas decisões por produção na modalidade de alimentos e energias sustentáveis, os entrevistados citaram que alguns produtores têm consciência, mas esse grupo é pequeno e há falta de conhecimento. Muitas iniciativas de produção sustentável ainda ocorrem pelo exemplo dos demais produtores, por exemplo, um fez e deu certo, o vizinho também começa a investir nessa modalidade de produção. Outro ponto relevante é a confirmação de resultados positivos para as cooperativas de produção (redução de custos com insumos, por exemplo), sucessão familiar, emprego da tecnologia na produção, como exemplo a uva. Estima-se, pelas observações aos movimentos dos produtores, que haverá aumento na procura pela modalidade de produção sustentável em 2 anos, mas não há iniciativas para acelerar esse processo.

Como forma de incentivo a cooperativa realiza cursos em parceria com a EMATER, onde a cooperativa subsidia até 80% do curso. Porém, ainda existe resistência, pois o produtor entende que o tempo destinado ao aprendizado poderia ser empregado na produção, reduzindo a mesma, no primeiro momento. Por outro lado, não há uma ação específica e controlada nesse sentido. A cooperativa é uma parceira das entidades, onde ocorrem alguns encontros para falar sobre produção sustentável, como exemplo: Uva Orgânica, oportunidade em que a cooperativa e a EMATER reuniu em torno de 200 produtores, na Cidade de São Marcos, para debater o tema.

Ainda neste contexto, procurou-se identificar se há relação entre a produção de alimentos e energias sustentáveis, ou seja, quem produz alimentos, também produz energia. O entrevistado responsável por negócios destacou que *“quando a energia limpa é gerada para utilização na produção. Dessa forma, nas pequenas propriedades o investimento não é viável. É necessário que um grupo de produtores se organize e de forma conjunta e realizem o investimento para a produção da energia limpa. A cooperativa é parceira dessas iniciativas, mas elas precisam ocorrer por vontade e organização dos produtores.”*

Ainda neste cenário, a cooperativa possui um projeto para financiar a produção de Energia Fotovoltaica. Trata-se de um projeto de incentivo à produção de energia limpa utilizando a energia solar. Conforme o entrevistado *“estamos com uma boa adesão e procura por parte de empresas, pois, para elas este investimento resulta em ganho, reduzindo o custo da energia na produção”*.

A cooperativa possui linhas que permitem o financiamento para a produção de energia limpa, tanto para produtores como para empresas, além disso, existe possibilidade de obter os recursos necessários via Consórcio, Crédito Geral (a cooperativa possui uma linha exclusiva para esta finalidade) e linhas de BNDES<sup>8</sup>. Contudo, nas linhas ofertada pelo BNDES o maior obstáculo enfrentado são os equipamentos importados, que não são produzidos no Brasil, o que impede o seu financiamento, visto que o BNDES subsidia apenas a compra de equipamentos e insumos nacionais. Os projetos também podem ser financiados com taxas subsidiadas de 2,5% a.a, através da Linha de Pronaf Eco e, para algumas atividades, através do Pronaf Mais Alimentos com taxa de 2,5% a 5,5%a.a.

A demanda por essas linhas de financiamento ocorre por parte dos produtores rurais. Entretanto, ainda não há indicadores para controlar os números desta demanda, pois trata-se de uma iniciativa recente, implementada em julho de 2016 para pessoa física. Já para empresas, há diversas solicitações em andamento. Um

---

<sup>8</sup> Conforme BNDES (2017), o código do CFI (classificação do código dos instrumentos financeiros) é um código de padrão de ISO que classifica a segurança. Os códigos do CFI consistem em seis letras. A primeira letra indica o tipo de instrumento, o segundo uma secundário-classificação mais fina, e as letras restantes mostram vários atributos da segurança.

dos fatores críticos de sucesso é a necessidade do código CFI<sup>9</sup> para este produto, o qual indica que o produto é nacional. Alguns equipamentos, como placas, ainda são importados, impossibilitando o seu financiamento. Contudo, esse não é o único impeditivo, ainda há muita desinformação por parte dos produtores. O tema aos poucos vai ganhando mais espaço e repercussão. Assim, portanto, ainda há um grande trabalho de comunicação a ser feito, conforme salientam os entrevistados.

Dado que durante a entrevista foram mencionadas dificuldades em relação ao conhecimento sobre o tema, procurou-se identificar, nesta cooperativa, a relação entre o nível de escolaridade dos produtores e a produção de alimentos e energias sustentáveis. Nesse sentido ficou evidente que o conhecimento e a capacitação dos produtores promovem maior acesso à tecnologia. O nível de escolaridade muda o perfil do agricultor, que busca se profissionalizar e estabelecer algumas normas empresariais, como segregar a renda gerada na propriedade conforme a atuação dos entes da família. Junto com essa profissionalização, emprego de tecnologia, ocorre, também, a percepção de que o agronegócio é uma boa opção de renda, muitas vezes mais vantajosa que outras profissões.

Diante deste desafio buscou-se explorar a existência de ações, promovidas pela Cooperativa Sicredi Serrana, para fortalecer a agricultura familiar e a manutenção das famílias no campo. Para esse tema, o gestor de negócios menciona:

*“Um dos assuntos mais abordados pelas entidades, cooperativas de produção e pelo próprio SICREDI é referente à sucessão familiar. Algumas empresas já fizeram estudos e constataram que no médio e no longo prazo, se não houver sucessão familiar, e infelizmente em algumas famílias já não há, a produção reduzirá drasticamente. A cooperativa, de modo a contribuir com a permanência do produtor rural, contribui com diversos cursos em parcerias com entidades, como STR<sup>10</sup>,*

---

<sup>9</sup> CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO. De acordo com a autorização legislativa concedida pela Lei n.º 44/2014, de 11 de julho, o Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro procedeu à revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento produtivo, e respetiva regulamentação.

<sup>10</sup> STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais: tem o papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, e para que ele seja forte e continue na luta em defesa dos direitos trabalhistas, no combate do trabalho infantil e escravo, da Previdência Rural, da Educação e Saúde

SENAR<sup>11</sup> e SEBRAE. Dentre estes cursos destaca-se o Negócio Certo Rural, que possibilita ao produtor aulas sobre o gerenciamento de sua propriedade, cursos de manutenção de máquinas e equipamentos envolvendo pais e filhos, além de contribuir com programas de educação, onde a cooperativa patrocina 80% dos cursos nos centros de aprendizagem da EMATER, dias de campo, e apoia o planejamento das cooperativas de produção para investimentos que visam a sucessão familiar, facilitando a vida do produtor rural e de sua família.

Apesar desse grande esforço, ainda não há indicadores que demonstrem a quantidade de agricultores beneficiados e se, após a conclusão dos cursos, houve impacto na permanência das famílias no campo. Uma das dificuldades para criar esses relatórios é que os cursos envolvem diferentes assuntos e a divulgação do mesmo ainda é pequena, seriam necessários investimentos em comunicação para uma maior efetividade. *“Sabe-se, por exemplo, na cidade de Veranópolis, em maio de 2017, cinco pessoas realizaram o curso, mas até o momento a divulgação dos mesmos é baixa”*, diz um dos entrevistados. Foram criados, em junho de 2017, pela cooperativa, *folders* e cartazes como forma de incentivo à divulgação desses cursos ao produtor rural.

Com a qualificação e profissionalização surge a possibilidade de explorar novos mercados e buscar novos canais de distribuição dos alimentos sustentáveis, diz um dos entrevistados. Atualmente, a forma de comercialização é limitada à venda nas feiras ou para cooperativas de produção. As principais são: COOPEG (Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda.), Vinícola Aurora e a Vinícola Garibaldi. Ainda não há venda através de canais digitais, pois há necessidade de emissão do certificado digital, que ainda não é obrigatório. O certificado digital e a emissão de NF eletrônica substituirão o Talão de Produtor em 2019. Assim, vislumbra-se uma procura por esse instrumento no futuro, além disso, muitas propriedades ainda não têm acesso à própria internet.

---

para o campo, da Reforma Agrária e do Fortalecimento da Agricultura familiar, é preciso que o trabalhador e a trabalhadora rural associem-se e participem do seu sindicato, pagando em dia suas contribuições.

<sup>11</sup> SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural: é uma entidade vinculada a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que tem como objetivo organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural e a Promoção Social de jovens e adultos que exerçam atividades no meio rural.

Além disso, foram identificadas ações em conjunto com outras entidades locais para promover a produção de alimentos e energias sustentáveis na região. Algumas cooperativas de produção possuem uma linha de produção voltada para produtos orgânicos. A Cooperativa Sicredi Serrana possui parceria com estas entidades/empresas facilitando o acesso aos financiamentos para os produtores rurais, estando as empresas cientes das linhas disponibilizadas. Alguns municípios, como Barão e Garibaldi, já realizam encontros com cooperativas de produção que fomentam a produção de alimentos orgânicos, com o objetivo de apresentar linhas de financiamento com diferenciais aos produtores rurais. Porém, percebe-se que o próprio produtor possui um certo receio ao investir em sistemas orgânicos ou agroecológicos. Como consequência, as cooperativas de produção e as empresas acabam enfrentando muita resistência dos produtores que estão familiarizados com as técnicas tradicionais para combate de pragas. Dessa forma, veem esse processo como soluções que sempre funcionaram, gerando desconforto na adoção de novas técnicas inovadoras que, até então, são desconhecidas pelos produtores. Esse é o grande desafio para ampliação das áreas voltadas ao cultivo de alimentos sustentáveis.

Como forma de iniciar esse processo de convencimento sobre as novas modalidades de produção sustentáveis e seus benefícios, há uma aposta muito grande nos jovens, que atualmente representam 30% da população mundial. Influenciadores e com acesso à informação, eles têm demonstrado uma consciência ecológica e colaborativa superior as demais gerações. Assim, buscou-se identificar se na Cooperativa Sicredi Serrana existem ações que indiquem a participação dos jovens na sustentabilidade e na produção de alimentos e energias sustentáveis. Mais uma vez, não foram identificados indicadores ou números que comprovem a participação dos jovens na produção de alimentos e energias sustentáveis.

Entretanto, a percepção dos entrevistados é que existe uma maior participação dos jovens em atividades promovidas pela cooperativa que objetivam o aprendizado com técnicas que podem ser utilizadas na atividade agrícola. A cooperativa é apoiadora de projetos e cursos para esse público, sendo preocupada com a sucessão familiar. O desafio de manter o jovem na agricultura vai muito além das empresas, entidades e cooperativas, pois este incentivo deve partir, inicialmente, na própria

família. Hoje, ainda nos deparamos com famílias que não incentivam a permanência de seus filhos na atividade rural, incentivando-os a estudar para sair do campo ou da lavoura e buscar “algo melhor” como profissão e fonte de renda. Atualmente, o agronegócio é uma grande aposta, sendo um dos setores mais fortes da economia brasileira. Entretanto, os produtores precisam perceber essa grande oportunidade.

As cooperativas representam um importante papel no desenvolvimento local, dessa forma, e como fomentadora desse desenvolvimento, a Cooperativa Sicredi Serrana contribui, junto com as autoridades locais e entidades sem fins lucrativos, para a disseminação da cultura para a produção de alimentos e energias sustentáveis em conjunto com as entidades envolvidas no agronegócio. Em de 2017, a cooperativa promoveu, pelo 4º ano consecutivo, um evento abordando os temas agronegócio e sustentabilidade. Trata-se de encontro dos parceiros do agronegócio promovido pela Cooperativa Sicredi Serrana reunindo palestrantes, entidades como EMATER, STR, Associações de Produtores Rurais e outras empresas relacionadas ao agronegócio. Esse fórum tem como objetivo promover a discussão sobre as oportunidades e desafios do setor. O evento contou com a participação do consultor em Agroecônômica Carlos Cogo, que abordou o tema produção de alimentos orgânicos e energias renováveis.

A cooperativa realiza, também, encontros em conjunto com STR, EMATER e instituições acadêmicas visando construir, em conjunto, ações para o próximo ano safra. Em 2016, a cooperativa oportunizou aos participantes uma palestra com o professor da UFRGS (Glauco Schultz), o qual abordou assuntos como agroecologia, reaproveitamento dos alimentos, entre outros.

Por fim, os gestores foram questionados a respeito da existência de algum projeto específico para gestão e controle das ações que visam fomentar o agronegócio, especialmente as atividades voltadas a produção de alimentos e energias sustentáveis na Cooperativa Sicredi Serrana. Conforme sinalizado pelos entrevistados, há um projeto específico em andamento, que englobará diversas etapas, desde parcerias estratégicas até ferramental de gerenciamento. Dentro das parcerias surgirão diversas possibilidades, como a sustentabilidade da propriedade, energias renováveis, produtos orgânicos, entre outros.

O Projeto foi apresentado e aprovado no início de 2017, com expectativa de conclusão em 2018, pela diretoria da Cooperativa Sicredi Serrana. No que tange a etapa gerencial, está previsto melhoria na forma de renovação de custeios, visto que há a centralização da operacionalização dos mesmos na Sede da cooperativa, em Carlos Barbosa. Trata-se de uma ferramenta que facilitará o encaminhamento e recebimento dos projetos técnicos ao STR. O novo processo beneficiará e reduzirá, na média, em 50% o tempo para análise e liberação do financiamento nas linhas subsidiadas. Está previsto, também, um painel gerencial, onde todas as atividades realizadas por e-mail serão realizadas na própria ferramenta, desde controle de recursos, novos negócios, oportunidades, controle de envio de documentos, entre outros.

Como a melhoria no processo, espera-se redução da documentação, pois alguns documentos necessitam ser coletados todos os anos. Porém, no custeio haverá um processo simplificado, com orçamentos padrão cadastrado para as principais culturas, que facilitará o trabalho das equipes. Estas melhorias gerarão maior segurança, visto que a nova ferramenta atuará de forma integrada para a gestão e automatização da documentação necessária, como exemplo, quando informado que a produção é classificada como cultura irrigada já haverá a indicação da Licença Ambiental necessária. Além do ganho de gestão, esse projeto também tem por objetivo melhorar o acesso dos produtores às linhas de crédito com taxas subsidiadas para essas produções voltadas à sustentabilidade. Atualmente, 98% dos produtores rurais associados à Cooperativa Sicredi Serrana são enquadrados no PRONAF. O governo disponibiliza duas linhas que atuam fortemente no fomento destas culturas, que é o Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia. Por outro lado, não são todos os produtos que têm esse benefício. A uva produzida no processo tradicional, por exemplo, tem taxa de 5,5% a.a, e a orgânica 2,5% a.a, para a laranja, a taxa é a mesma (5,5% a.a.), sendo ela produzida na categoria orgânica ou tradicional.

Com base nos relatos dos gestores entrevistados, pode-se concluir que a cooperativa viabiliza muitas ações no sentido de fomentar e apoiar a produção de alimentos e energias sustentáveis. Contudo, há um desafio de documentar e comprovar essas iniciativas, visando diferenciar a atuação da instituição. Nesse

contexto, o entrevistado responsável pela gestão de negócios entende que: *“temos alguns contratos de cooperação que comprovam a participação da cooperativa. Por exemplo, estamos firmando um termo com a Cooperativa Vinícola Aurora, onde prevê a participação da Cooperativa Sicredi Serrana em cursos de educação financeira. Também documentamos estes momentos através de fotos e em alguns momentos há inclusão destes eventos em nosso relatório anual de sustentabilidade”*.

Diante do exposto pode-se afirmar que há uma percepção de participação ativa da Cooperativa Sicredi Serrana na comunidade com preocupação nesse tema, além das iniciativas promovidas da cooperativa, há apoio às demais entidades que desenvolvem a produção de alimentos e energias sustentáveis, como patrocinadora para as ações e, também, a participação da Sede da Cooperativa e das Agências nos encontros locais. Como exemplo, a cooperativa participou de um encontro que reuniu 1.200 famílias assistidas pela EMATER, onde buscava-se através de cursos o aumento da renda destas famílias. A Cooperativa Sicredi Serrana figurou como a única Instituição Financeira presente no encontro, corroborando com os princípios do cooperativismo e seu interesse pela comunidade e desenvolvimento dos associados.

Finalizando a entrevista, ambos os entrevistados mencionam que: *“de maneira geral acreditamos que ainda há desafios quando abordamos processos de produção orgânica, energias renováveis e sustentabilidade. Estes desafios são tanto operacionais, quanto sobre a resistência e falta de conhecimento dos produtores. A sucessão familiar tem ganhando cada vez mais força, além do interesse das próprias entidades de apoio ao agronegócio. A cooperativa vem apoiando esses parceiros, mas há muito ainda para avançar”*.

O projeto mencionado para apoiar as iniciativas é uma construção conjunta de várias áreas da cooperativa, envolvendo todos os colaboradores, tanto na Sede, quanto nas agências e tem como objetivo macro proporcionar avanços em toda a cadeia produtiva, melhorando o operacional para a agência e trazendo mais ferramentas e crédito para o desenvolvimento do produtor rural de forma ágil e segura.

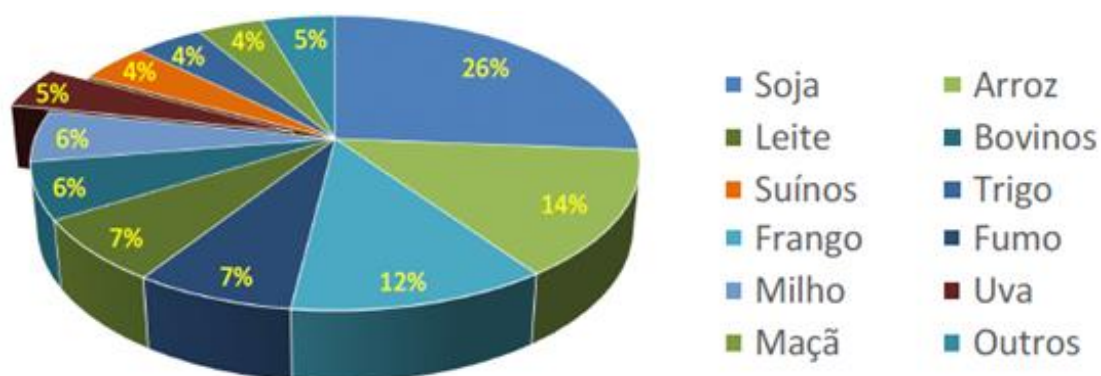
#### 4.1.6 4º Encontro dos Parceiros do Agronegócio e Agricultura Familiar



O encontro, realizado em 20 de julho de 2017, na Cooperativa Sicredi Serrana, foi voltado as entidades, como EMATER, STR, Secretarias da Agricultura, Associações de Produtores, Cooperativas de Produção e Parceiros (revendas de máquinas, equipamentos, entre outros). Participaram do evento em torno de 250 pessoas. O encontro foi norteado por informações locais e de mercado e um forte espírito de cooperação, onde a cooperativa ouviu seus parceiros de negócio, realizar uma construção conjunta para os próximos meses. No encontro de 2016 foram ouvidas as necessidades das entidades, sendo que durante o primeiro semestre de 2017 já foi possível implementar várias ações de apoio, oriundas das sugestões e debates do encontro de 2016. Essas melhorias foram apresentadas como forma de resultado ao encontro realizado em 2016 e com o objetivo de engajar cada vez mais a participação dos parceiros ali presentes.

Inicialmente, houve a apresentação, através do palestrante especialista no agronegócio Carlos Cogo, de indicadores de mercado e do setor, bem como perspectivas para o próximo ano, visando o planejamento para 2018. Dentre as análises apresentadas, destaca-se a diversidade que compõem o agronegócio, no Estado do Rio Grande do Sul, onde observa-se que tanto a agricultura quanto a pecuária são relevantes e importantes para o PIB do Estado, conforme ESTÁ demonstrado na Figura 45. Informações fornecidas por Carlos Cogo, no 4º Encontro dos Parceiros do Agronegócio e Agricultura Familiar.

Figura 45 - PIB da Agropecuária do Rio Grande do Sul por Segmento em 2016



Fonte: COGO (2017).

Frango, milho e arroz lideram a produção no Estado do Rio Grande do Sul, a principal cultura da região onde atua a Cooperativa Sicredi Serrana é a uva, que representa 5% da produção no Estado. Historicamente, a produção de uva do RS está

sendo revigorada com a destinação cada vez maior das frutas para elaboração de sucos. Com crescimento superior a 100% nos últimos 5 anos, o mercado já absorve 55% do volume de uvas produzidas no RS. Outro ponto positivo é que com o crescimento da demanda pelo suco, o setor tem sentido menos os efeitos da forte competitividade enfrentada pelos vinhos nacionais em relação aos importados.

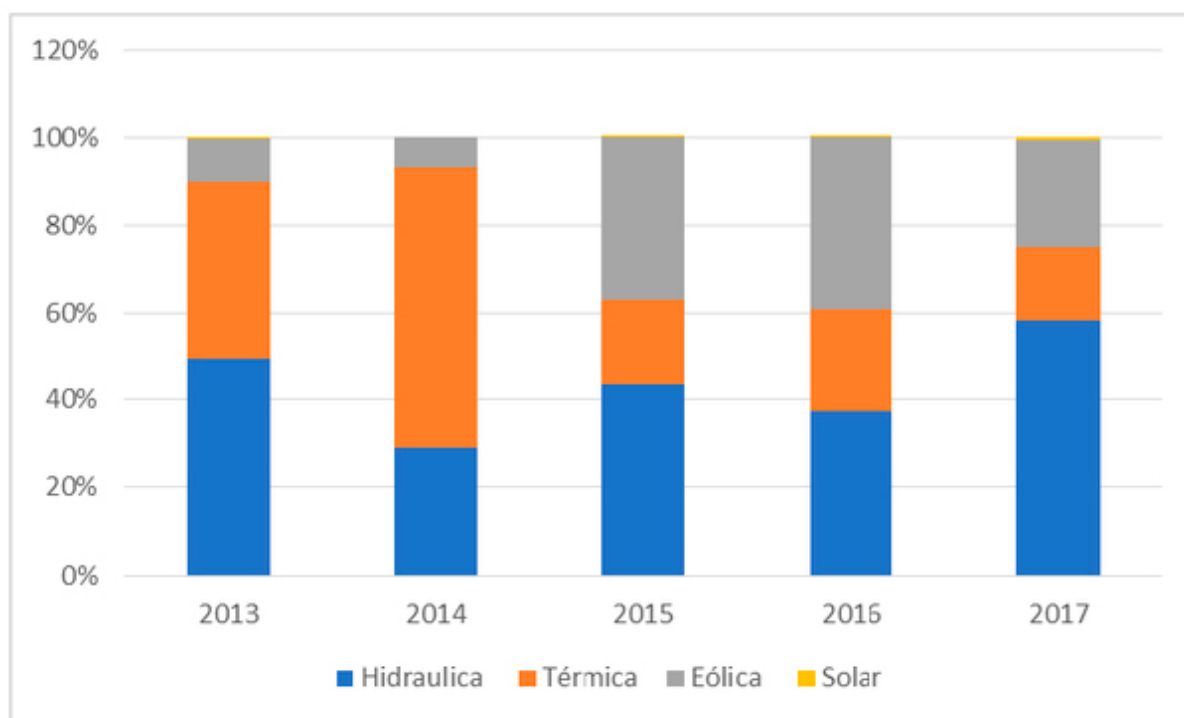
Após apresentação dos indicadores, abriu-se uma sessão de debates onde participantes do encontro, colaboradores e dirigentes da Cooperativa Sicredi Serrana e o palestrante Carlos Cogo apresentaram os pontos fortes e oportunidades. Foram enfatizados pontos como a importância da diversificação da produção, necessidade de união dos produtores, onde muitos trabalham de forma isolada, falta de sucessão familiar, pouca divulgação das entidades, necessidade de capacitação dos agricultores, dificuldade na liberação de licenças ambientais para a produção, falta de conhecimento da legislação, dentre outros.

Ainda durante o debate foi mencionado o mercado de produtos orgânicos, como sendo uma oportunidade em tempos austeros, uma vez que esse mercado demonstra sentir menos os efeitos da crise, não sofrendo estagnação. Nesse cenário, os produtores estão buscando essa modalidade como alternativa para substituição a produção tradicional. COGO (2017) esclarece que o mercado dos alimentos sustentáveis deverá crescer, com aumento do consumo nas classes A e B da população brasileira.

Em relação a produção animal orgânica, foi levantada a dificuldade de produção de grão e alimentos orgânicos para alimentação dos animais. Dessa forma, para que esse setor se desenvolva é necessário um planejamento, promovendo a união dos agricultores de forma a viabilizar toda a cadeia produtiva. Atualmente, a produção é isolada, o que dificulta a produção orgânica animal. Por outro lado, em função das restrições para a produção esse nicho de produtos possui o maior valor agregado, gerando mais renda aos produtores, apresentando-se como uma boa oportunidade de negócio a partir de um planejamento adequado dentro de um grupo de produtores.

Na sequência do debate, foram apresentados (COGO, 2017) os indicadores e expectativas de produção de energias limpas. As hidrelétricas são as principais forças, responsáveis por 64% da produção, no entanto, a matriz ainda pouco diversificada não garante segurança energética, resultando muitas vezes em problemas de abastecimento, como a crise enfrentada pelo Brasil, em 2015. Diante deste cenário, surge a tendência de avanço da participação de renováveis na matriz elétrica, devido à queda da geração térmica a derivados de petróleo, com incremento das gerações a biomassa e eólica. A participação de renováveis na Matriz Energética Brasileira já está entre as mais elevadas do mundo, com 41,2% do total, contra apenas 13,5% em nível global. Ainda, foi mencionado as opções de produção de energia fotovoltaica (solar) e a eólica, sendo elas uma boa expectativa para o futuro da geração de energia no mundo e no Brasil.

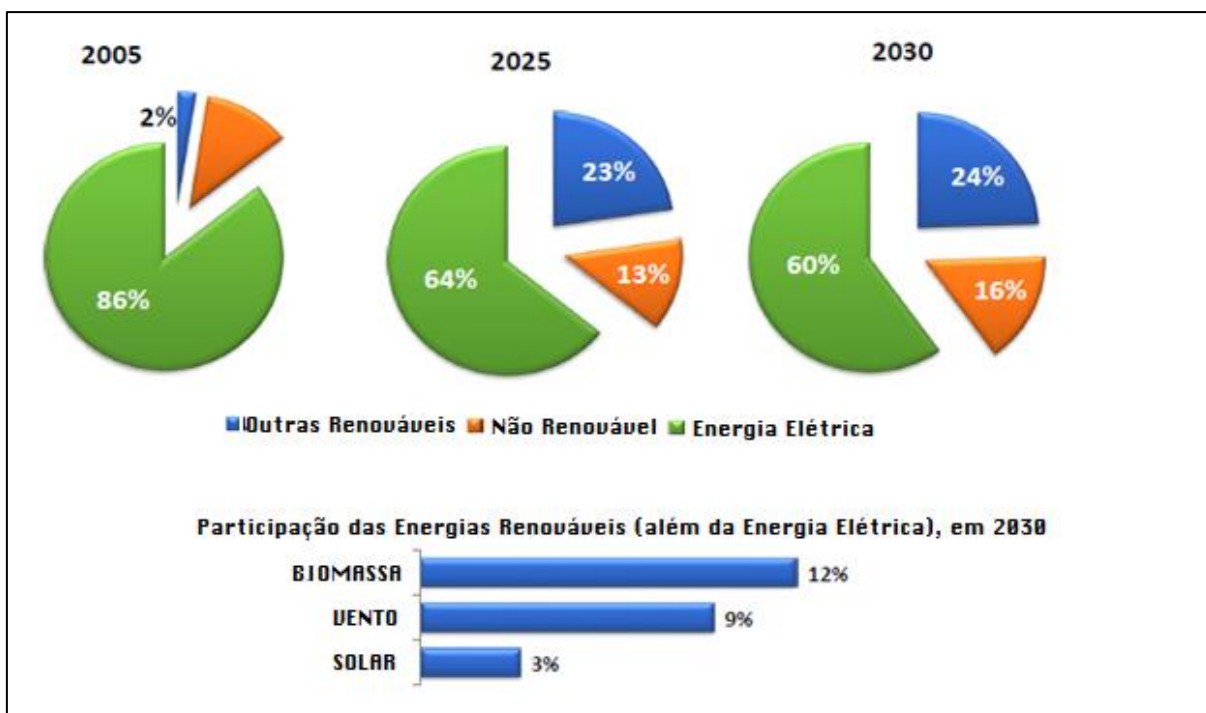
Figura 46 - Energias Renováveis: Evolução da participação no Brasil



Fonte: COGO (2017).

A Figura 46 demonstra o crescimento da participação da energia eólica a partir de 2015 e o surgimento, ainda tímido, da produção de energia solar.

Figura 47 - Projeção da Oferta de Energia Renovável no Mundo



Fonte: COGO (2017).

Quando se avalia as projeções para a produção de energia limpa para os próximos anos, em escala global, nota-se uma crescente oferta de energias limpas, chegando a 24% da matriz energética, em 2030. Dessa produção, estima-se 12% oriundas da biomassa, 9% eólica e 3% solar.

A Cooperativa Sicredi Serrana, e seus parceiros de negócio presentes no encontro sinalizaram as oportunidades dentro desse nicho de produção, enfatizando os projetos e linhas de crédito disponíveis na cooperativa para apoiar os produtores que desejarem ingressar nesse mercado. Ainda, nesse sentido foram apontados os entraves quanto a importação de equipamentos necessários à produção, que limita a utilização das linhas de crédito subsidiadas do BNDES.

Por fim, foi debatido o tema Sucessão Rural: na Região Sul do Brasil, a agricultura familiar é predominante, com 849.997 estabelecimentos e área de 13.066.591 hectares, com média de 15,3 hectares/família (COGO, 2017). Essa região também tem o segundo maior contingente de agricultores familiares que acessam o PRONAF. O Estado do Rio Grande do Sul possui 378.546 estabelecimentos familiares em uma área de 6.171.622 hectares, com média de 16,3 hectares/família.

Diante desses números, pode-se concluir que o crédito rural possui especial importância para a economia dessas regiões.

O PRONAF começou em 1995/1996, com 4 áreas de atuação básicas: financiamento do custeio e investimento; infraestrutura; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos e agricultores. Para o Rio Grande do Sul, a maior parte dos recursos tem por destino o custeio de lavouras habituais e a aquisição de máquinas e equipamentos. Ainda, o PRONAF crédito de investimento gera fortalecimento da estrutura de produção das unidades familiares através da aquisição de máquinas e equipamentos para a agregação de valor em produtos da agroindústria familiar, como aquisição de ordenhadeiras de leite, compra de matrizes animais para leite e suínos, pequenas máquinas para panificação, etc.

No RS, já são 1.007 empresas formalizadas pelo Certificado de Inclusão no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) e outras 2.883 cadastradas na Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR). Dessa forma, as agroindústrias familiares têm que competir a partir de um produto diferenciado, visto não apresentarem escala e estrutura para competir com as empresas. Para tanto, as famílias precisam buscar capacitação e profissionalização e, para que isso ocorra, é fundamental que o jovem permaneça no campo para que seja aliada teoria e prática, constituindo, assim, um qualificado profissional do campo.

Outrossim, sucessores qualificados utilizam-se do planejamento, conhecimento e informações de mercado para buscar financiamentos responsáveis como forma de ampliar a produção, agregando tecnologia e novas técnicas de produção. Eles compreendem que um bom agricultor pode, de forma coerente, contrair dívidas para buscar objetivos, considerando as dificuldades típicas do agronegócio. Esse potencial deve ser trabalhado junto aos sucessores, trazendo importantes impactos econômicos e financeiros às famílias e propriedades. Adicionalmente a esses ganhos, há de se mencionar outros ganhos da sucessão rural, como as aspirações dos membros do grupo familiar, as estratégias individuais e coletivas da família, as pequenas produções não comerciais de alimentos básicos, a produção para autoconsumo, a pluriatividade, a segurança alimentar e a agregação de valor aos alimentos.

Dentre as variáveis de maior preocupação dos pais para a sucessão estão o retorno financeiro, a infraestrutura adequada, a comercialização da produção, o acesso às tecnologias, as políticas públicas de incentivos e as oscilações do setor agrícola. Por outro lado, na visão dos filhos ou sucessores os maiores impulsionadores são: incentivo dos pais, importância de receber autonomia e participação nas decisões da propriedade, obtenção de renda satisfatória e qualidade da terra.

Concluindo, o encontro propiciou um grande painel de debates de como a Cooperativa Sicredi Serrana pode, através dos seus projetos e produtos, apoiar os produtores nessas questões que envolvem temas tão importantes como a sustentabilidade e, por conseguinte, o desenvolvimento sustentável da região onde a mesma atua. Todos esses debates, além de fortalecer o relacionamento da cooperativa com seus associados produtores rurais, entidades e empresas parceiras do agronegócio, buscaram, também, incentivar e capacitar os produtores a buscar melhores condições de renda e melhoria na qualidade de vida, sendo muito importante para o futuro e a prosperidade tanto da instituição, quanto das comunidades locais.

Após avaliar o histórico da Cooperativa Sicredi Serrana, a evolução de seus indicadores e proposta de valor para o agronegócio sustentável, conclui-se que as ações e a estratégia da mesma estão correlacionadas com os conceitos de sustentabilidade e do cooperativismo apresentados nas teorias relacionadas e esse estudo. O interesse pelas pessoas e pela comunidade e a preocupação com preservação do meio ambiente, bem como com a melhoria na qualidade de vida dos seus associados é evidenciada através das entrevistas e do seu relatório de sustentabilidade, onde os números corroboram com o discurso dos dirigentes.

Por fim, uma das limitações refere-se a falta de indicadores a respeito da produção de alimentos e energias sustentáveis oriundas do financiamento, na modalidade crédito rural, da Cooperativa Sicredi Serrana RS. Os Resultados mencionados são evidenciados e relacionados com os objetivos e o referencial teórico, na Figura 48.

Figura 48 - Questão de Pesquisa, Objetivos, Referencial Teórico, Método de Coleta de Dados e Resultados Encontrados

Questão de Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Secundários	Referencial Teórico	Metodologia Coleta de Dados	Resultados Encontrados
Como as cooperativas de crédito do SICREDI/RS contribuem, através da concessão do crédito rural, para a produção de alimentos e energias sustentáveis?	Analisar a contribuição do SICREDI, através de suas cooperativas de crédito do Estado do Rio Grande do Sul na oferta de crédito rural, para a produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis.	1. Apresentar a distribuição da concessão de crédito das cooperativas de crédito do SICREDI/RS, através das diferentes linhas de crédito, identificando a representatividade e importância do crédito rural.	- Princípios do Cooperativismo; - O Cooperativismo no Mundo; - O Cooperativismo no Brasil; - Ramos do Cooperativismo Brasileiro; - Cooperativas de Crédito no Mundo e no Brasil;	Revisão Bibliográfica e análise de dados Gerenciais do SICREDI.	1) O crédito rural representa <b>47,20%</b> dos crédito concedidos pelo SICREDI, sendo que <b>58,32%</b> encontra-se nas cooperativas do Estado do RS.
		2. Mapear as cooperativas com maior relevância na concessão da linha de crédito rural, identificando as regiões onde as mesmas estão inseridas.	- A estrutura do Cooperativismo de Crédito Brasileiro; - Desempenho das Cooperativas Brasileiras em Tempo de Crise; - Principais Sistemas Cooperativos do Brasil.		2) No mapeamento das cooperativas com maior representatividade, chegou-se a 13 cooperativas, que representam, juntas, 71,41% da carteira de crédito rural concedida no RS.
		3. Identificar o perfil do tomador de crédito rural nas cooperativas de crédito selecionadas para a análise.	- Desenvolvimento Sustentável; - Produção de alimentos e Energias sustentáveis; - Financiamento da Produção de Alimentos e Energias; - Agricultura Familiar e a sustentabilidade; - Produção de Alimentos e Segurança Alimentar.	Pesquisa documental e entrevista em profundidade.	3) O perfil do tomar de crédito rural nas cooperativas selecionadas é predominantemente masculino, em torno de 77,39%. Quanto a faixa etária, 72% encontram-se acima dos 40 anos.
		4. Apresentar as ações de sustentabilidade realizadas pelas cooperativas de crédito do SICREDI/RS na concessão do crédito rural.			4) As cooperativas respondentes indicaram algumas ações, apesar de não apresentarem indicadores, são elas: apoio a elaboração de projetos para obtenção do crédito, capacitação ao produtores, ações conjuntas com entidades como EMATER e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, promoção de palestras e Fóruns visando levar conhecimento e informações relevantes ao agronegócio, sustentabilidade, sucessão familiar e à produção de alimentos e energias sustentáveis.
		5. Mapear a aplicação dos recursos concedidos através da modalidade de crédito rural, relacionando com o tipo de produção de alimentos e energias tradicionais ou sustentáveis.			5) Não foi possível estabelecer indicadores para essa modalidade, visto a inexistência de controles específicos e documentais para as concessões que visam a produção de alimentos e energias sustentáveis.

Fonte: Elaborado pelo Autor

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da humanidade muito se falou em desenvolvimento, onde a preocupação dos países passava ao lado da melhoria da qualidade de vida das pessoas, tão pouco se falava em preservação do meio ambiente. Muito calcado em um conceito de crescimento econômico, pois o importante era aumentar o PIB, a riqueza do país, que lhe permitiria melhores condições num cenário de guerras eminentes. Entretanto, esse desenvolvimento sem o devido olhar para as questões ambientais resultou no desenvolvimento insustentável, onde identifica-se algumas consequências em diversos setores, como a queima de combustíveis fósseis tornando o clima na terra imprevisível e sujeito a eventos externos, a menor capacidade de eliminação de CO<sub>2</sub>, a perda da diversidade biológica, provocada pela urbanização sem freios, o perda de flexibilidade dos sistemas ecológicos e, por fim, mas não menos importante, a escassez de recursos como fertilidade do solo, água limpa e ar puro.

Passado esse período, e face a necessidade emergente de reestabelecer o desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente, iniciaram-se as discussões sobre Desenvolvimento Sustentável, como forma de garantir a sobrevivência mediante um novo cenário de degradação dos alicerces naturais do planeta, surge, assim, debates acerca do desafio de crescer sem destruir.

Contudo, muitos desanimam ao tratar da questão pela sua complexidade, acreditando que o tema deve ser debatido por doutores e especialistas. Mas ninguém precisa ser especialista para que possa tratar o tema, sendo necessário um certo grau de proficiência em sustentabilidade para esse fim. Um nível de proficiência adequado pressupõe que as pessoas tenham conhecimento e compreensão suficientes para fazer escolhas ou tomar uma boa decisão, preservando a sustentabilidade. Como exemplo, pode-se citar as práticas para utilizar menos recursos e energia e reduzir substantivamente o lixo. Nesse sentido, é importante desenvolver nas pessoas a liderança em sustentabilidade, introduzindo esse conhecimento nas formações escolares e acadêmicas, formando cidadãos e profissionais conscientes e capazes de entender a ciência em si e, também, as implicações das mudanças climáticas para suas famílias e empresas, por exemplo.



Nesse contexto, surgiram, nos últimos quatro decênios, muitos fóruns para tratar o tema, um dos mais importante foi a Conferência no Rio de Janeiro, realizada em 1992, onde muitos acordos mundiais foram selados no sentido de promover o Desenvolvimento Sustentável, que está em constante construção, além da preocupação com a preservação ambiental, surge, por fim, olharem para os agentes mais importantes deste processo, desde o início da história: as pessoas. Dessa forma, o desenvolvimento somente poderá ser considerado verdadeiramente sustentável, se os países incluírem na sua pauta discussões acerca de indicadores de qualidade de vida da população, como o mais importante deles, conhecido como IDH.

É inegável a influência das novas teorias sobre sustentabilidade e sua aplicabilidade nos processos econômicos no século XXI. Os impactos que esse novo conhecimento a respeito do desenvolvimento sustentável são visíveis e buscam, cada vez mais convergir crescimento econômico com a do meio ambiente. Para alcançar tal feito, é necessário compreender e correlacionar os âmbitos do comportamento humano, econômico e social, conhecimento advindo das ciências sociais, a evolução da natureza, objeto de estudo das Ciências Biológicas, Físicas e Químicas e a configuração social, estudada pela Geografia Humana, ciências regionais e organização do espaço.

O escasso conhecimento destas complexas ciências, e a mais deficitário ainda o conhecimento sobre sua correlação, faz com que os indivíduos tenham um entendimento superficial, quando não equivocado do termo “desenvolvimento sustentável”. Outrossim, é comum nos depararmos com situações onde o termo “sustentabilidade” é comparado com algo “firme” ou “durável”, nas discussões sobre o tema, dada a banalização que o termo “sustentabilidade” gerou em função da falta de conhecimento das ciências citadas e das suas aplicabilidades. Por outro lado, há de se discutir sobre a convivência entre o progresso esperado, a preservação do planeta e a erradicação de toda e qualquer forma subsistência baixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Essa é nossa maior contradição, pois se todos enalçassem o padrão de vida norte-americano, os recursos naturais do planeta seriam extintos em pouco tempo.

Por outro lado, há uma eminente necessidade de ampliar a oferta de alimentos para suprir a demanda da população projetada para os próximos anos. Existem poucos países no mundo que ainda possuem áreas aptas não cultivadas para a agricultura e noventa por cento (90%) estão na América do Sul e África. Mas, a maioria destes países não possui recursos humanos e econômicos nem dominam tecnologias para produzir nestas terras ainda não cultivadas. O Brasil é a grande alternativa. Usa apenas 284 milhões de hectares (34% da sua área de terra de 835,56 milhões) na agropecuária: 64 milhões em agricultura e 220 milhões em pastagens e ainda mantém 49% da área sob vegetação de florestas ou como áreas protegidas. Aliado a isso, observamos que o agronegócio brasileiro possui boas oportunidades de crescimento. Para que isso ocorra de forma a atender as premissas da sustentabilidade, necessita de incentivo à produção, capacitação e políticas agrícolas adequadas, além de interesse da indústria e comércio em apoiar esse segmento produtivo.

Nesse cenário, e como coadjuvante no propósito de apoiar na solução para desenvolvimento das localidades onde estão inseridas e na melhoria na vida das pessoas, as cooperativas de crédito do SICREDI podem auxiliar na ampliação da produção de alimentos e energias sustentáveis, corroborando com seu princípio de interesse pelas pessoas e comunidade, tido como grande diferencial em relação as instituições financeiras tradicionais. O desafio é maximizar esse apoio, aliando as vertentes econômicas, através da oferta de crédito para financiar a produção e projetos, facilidade de acesso e Políticas de Crédito destinadas a sustentabilidade e os interesses ambientais e humanos, atingindo, assim, melhores resultados e a ampliação da produção e na qualidade de vida de seus associados, famílias e sociedade onde estão inseridas.

Uma forma de incentivo à comercialização de alimentos sustentáveis é a criação de novos canais de distribuição. Soluções simples, como organização e entrega de alimentos orgânicos em condomínios nas cidades tem se mostrado uma alternativa para incentivar o consumo das famílias, que nem sempre dispõem de tempo para ir à feira nos dias pré-estabelecidos. No estudo de caso avaliado observou-se que um dos entraves à produção de alimentos sustentáveis nas pequenas propriedades é a obtenção dos certificados e assim, a alternativa é vender a produção às cooperativas de produção. Nesse sentido, as cooperativas de crédito,

em conjunto com os produtores, poderão criar mecanismos para viabilizar a documentação, que uma vez regularizada poderá ser comercializada diretamente ao consumidor. Outra ação a ser proposta é a organização de parcerias com interesses convergentes à produção orgânica animal, onde, através de uma gestão eficiente dos recursos necessários, possa ser viabilizada uma cadeia produtiva para a obtenção do produto final, que possui um mercado emergente e alto valor agregado, podendo potencializar a receita dos produtores.

Outrossim, em se tratando de mestrado profissional, esse estudo tem o propósito de apoiar na promoção da visibilidade ao caso apresentado, tanto em nível do sistema cooperativo brasileiro e internacional, bem como para a comunidade e entidades governamentais. Dessa forma, sugere-se a Cooperativa Sicredi Serrana RS estabelecer e implementar indicadores para controle da concessão de crédito rural destinado à produção de alimentos e energia sustentáveis, bem como a quantidade de ações e seus impactos na comunidade, sendo esse um diferencial a ser explorado tanto mercadologicamente quanto conceitualmente dentro do sistema cooperativo, evidenciando as contribuições da instituição.

Outro ponto muito relevante para as cooperativas de crédito do SICREDI é a capacitação e profissionalização dos seus agentes, incluindo os colaboradores, tornando-os cada vez mais preparados para viabilizar soluções à produção de alimentos e energias sustentáveis, até os associados e parceiros do agronegócio. É notório que o conhecimento, tanto técnico, como de gestão muda o perfil do produtor, que, através da profissionalização e emprego de tecnologia inovadora de produção tornam o agronegócio uma excelente oportunidade, com vistas à geração de renda e melhoria na qualidade da alimentação e condições de vida da população.

Nesse sentido, sugere-se a Cooperativa Sicredi Serrana RS intensificar as parcerias existentes com as cooperativas de produção, EMATER, STR e demais entidades ligadas ao agronegócio da região onde a mesma atua. Além disso, buscar apoio para conclusão do projeto em andamento, que prevê parcerias estratégicas e ferramental de gerenciamento. Outra oportunidade, para expansão das concessões de créditos subsidiados para a produção de energias limpas, passa por desenvolver

projetos que visem apoio à produção de equipamentos necessários a essa produção, hoje importados e tidos como obstáculos ao financiamento através das linhas do BNDES.

Ainda, como contribuição significativa das mulheres, revelada na revisão da literatura relacionada neste estudo, sugere-se a Cooperativa Sicredi Serrana, que apresentou uma estimativa de participação em 10% das mulheres nos contratos de crédito rural, e às demais cooperativas do Sistema SICREDI, a criação de linhas de crédito específicas, em conjunto com uma proposta de profissionalização, educação financeira, ampliação do conhecimento e práticas de sustentabilidade, como forma de aumentar a participação das mesmas nas cooperativas de crédito e na administração da propriedade. Da mesma forma, os jovens também detêm um interesse eminente, relacionado as novas gerações, pelos conceitos e propósitos da sustentabilidade. Assim, viabilizar linhas de crédito mais atrativas, bem como oportunidade de capacitação e maior participação nos grupos que discutem os temas, parcerias com a EMATER, entidades sindicais e cooperativas de produção propiciarão uma boa oportunidade para aumentar a produção de alimentos e energias sustentáveis nas cooperativas de crédito, bem como contribuir para questões relacionadas ao agronegócio, sucessão familiar e o próprio cooperativismo.

Apesar da riqueza de informações encontradas neste estudo, especialmente no estudo de caso junto a Cooperativas Sicredi Serrana, sinaliza-se as limitações quanto a indisponibilidade de indicadores das 13 cooperativas consultadas na Etapa Exploratória, que dificultou a identificação de novos casos, dentro das cooperativas do SICREDI, para estudo. Outro limitador refere-se à aplicação geográfica da pesquisa, onde os fatores tempo e recursos financeiros, impediram uma aplicação mais ampla do estudo.

Para estudos futuros, indica-se ampliar os estudos de casos e pesquisas visando identificar novas ações locais, especialmente no que se refere a solução de problemas relativos sustentabilidade na comunidade onde as cooperativas estão inseridas. Aspectos não explorado devido as limitações de prazo e indisponibilidade de indicadores que permitissem identificar novos casos para este estudo. Outra oportunidade identificada para campos de pesquisa futuros passa pela ampliação da

pesquisa em outros sistemas cooperativos nacionais e internacionais, nesse sentido seria possível comparar as ações realizadas pelas cooperativas de crédito frente a outras culturas, condições ambientais, políticas, econômicas e sociais, especialmente em cooperativas que exportam *commodities*.

Outro fator relevante é a atuação das cooperativas, especialmente das cooperativas do Sistema SICREDI, em pequenas cidades, corroborando com o princípio de interesse pela comunidade. Atualmente, o SICREDI atua de forma exclusiva, no mercado financeiro, em 250 municípios, o que lhe confere a oportunidade de expansão da sua atuação, bem como responsabilidade de promover o desenvolvimento sustentado destas pequenas localidades, levando progresso e melhores condições de vida não apenas aos seus associados, mas também, às suas famílias. Nesse sentido, e como pauta da estratégia do SICREDI, há 88 profissionais atuando em 67 cooperativas, envolvidos exclusivamente na execução de programas sociais para os associados e a comunidade, para o qual sugere-se ampliar a atuação, abrangendo 100% das cooperativas, bem como ampliar a atuação desses profissionais no *core business* do SICREDI (concessão de crédito), fomentando ações para o aumento das concessões de crédito rural para a produção de alimentos e energias sustentáveis.

Por fim, e não menos importante, propõem-se a criação de indicadores que possam gerar informações relevantes à gestão, tomada de decisão e divulgação das ações realizadas. Gestão que permitirá, além de ampliar a atuação das cooperativas de crédito do SICREDI, demonstrar e correlacionar as ações realizadas com os princípios da sustentabilidade, permitindo à instituição posicionar-se, cada vez mais, como instituição financeira cooperativa voltada ao desenvolvimento das pessoas e a preservação do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ABECS - Associação Brasileira de Empresas de Cartões e Serviço: **Carteira de Crédito no Brasil**. Disponível em <<http://www.abecs.org.br>>. Acesso em 01 jul. 2016.

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em 01 de abr de 2017.

ABREU, Edeli Simioni et al. **Alimentação Mundial - uma reflexão sobre a história**. São Paulo: Saúde e Sociedade, V.10 n. 2, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1997.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ATLAS BRASIL; **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: 2010**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em 01/jan/2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Relatório de Estabilidade Financeira 2015**. Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2016\\_04/refPub.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2016_04/refPub.pdf)>. Acesso em 01 mar. 2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Relatório de sustentabilidade 2015**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/portallbb/page4,8305,3976,0,0,1,6.bb>>. Acesso em: 01 set. 2016.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Cooperativas de crédito e seus Impactos Sociais – OCB 2008**. Disponível em <[http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario\\_arquivos/trab\\_50.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf)>. Acesso em 01 set. 2016.

BACEN - Banco Central do Brasil. **LEI 5.764/1971 – Bacen**. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm)>. Acesso em 01 dez. 2016.

BARBIERI, José Carlos; **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Vozes 1997.

BRAGA FILHO, Edson de Oliveira (Coord.). Sustentabilidade e Cooperativismo: uma filosofia para o amanhã. **Anais do I Congresso Internacional do Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativos**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BNDES. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 10 mar 2017.

**Biblioteca SICREDI vai ao encontro de colaboradores e cooperados.** Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2016/10/biblioteca-SICREDI-vai-ao-encontro-de-colaboradores-e-cooperados>>. Acesso em 03 out 2016.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001, P. 95-142.

CARRETTA, A; SCHWIZER, P; BOSCIA, V. (Org.). **Cooperative Banking: innovations and developments.** New York: Pgrave Macmillan, 2011.

CECRED. Disponível em: <[cedred.com.br](http://cedred.com.br)>. Acesso em 1 mar 2017.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Disponível em: <[www.ccee.org.br](http://www.ccee.org.br)>. Acesso em 07 mai 2017.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN; Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** São Paulo: MAKRON Books, 4ª edição, 1996.

COGO, Carlos. Cenários para o Agronegócio no Rio Grande do Sul, no Brasil e no Mundo. In: **4º ENCONTRO DOS PARCEIROS DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR**, Carlos Barbosa. Anais. Carlos Barbosa: Cooperativa Sicredi Serrana RS, 2017.p.2-73.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **MEC mantém percentual obrigatório para compra de alimentos da agricultura familiar.** Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/resolucao-do-mec-mantem-percentual-obrigatorio-para-a-compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar/view>>. Acesso em 10 fev 2017.

CRESOL. Disponível em <[cresol.com.br](http://cresol.com.br)>. Acesso em 10 mar 2017.

CUNHA et al. Arlindo. **O Futuro da Alimentação: ambiente, saúde e economia.** Disponível em <[http://mediterradiet.org/uploads/attachment/attachment/000/000/047/47/pgDH\\_FuturoAlimentacao\\_PT.pdf](http://mediterradiet.org/uploads/attachment/attachment/000/000/047/47/pgDH_FuturoAlimentacao_PT.pdf)>. Acesso em 10 jan 2017.

DONADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Abreu, RANGEL, Armênio de Milyon Sousa. **O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros.** São Paulo: Revista Brasileira de Marketing, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.

EPE. Disponível em: <<http://epe.gov.br>>. Acesso em 10 set 2017.

ÉPOCA NEGÓCIOS. São Paulo: Outubro, 2016. Edição 1843. Mensal.

FECOMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO - **Bancarização atinge maior percentual em nove anos no país**, 10 de julho de 2015, disponível em <<http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/cgi/cgilua>>. Acesso em 01 out.2016.

FIGUEIREDO, Nilsa Teresinha Capiem. **Cooperativas Sociais**: alternativas para inserção. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

FIORINI, Carlos Gustavo & ZAMBAR, Antônio Carlos. **Cooperativismo e Empreendedorismo**. São Paulo: Pandorga 2015.

Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Disponível em: <http://www.sde.df.gov.br>. Acesso em 3 mar 2017.

Francischeti, Carlos Eduardo; Camargo, Lumila Souza Girioli; Santos, Nilcéia Cristina. Qualidade de Vida, Sustentabilidade e Educação Financeira. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT – v. 1, n. 1, Jul/Dez de 2014.

Global Wind Energy Council. Disponível em <http://www.gwec.net>. Acesso em 10 ago 2017.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

GUEDES, Antonio Carlos. Brasil na produção global de alimentos. Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação Disponível em <<http://www.mcti.gov.br>>, acesso em 04 abr. 2017.

IBGE. Disponível em: <[ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)>. Acesso em 1 abr 2017.

MARCOLIN, Sonia; ABRAHAM, Anne. Financial literacy research: current literature and future opportunities, **3rd International Conference of Contemporary Business 2006**.

MEINEN, Ênio; Domingues; NERCOLINI, Jefferson. Cooperativas de crédito no Direito Brasileiro. São Paulo: Sagra, 2002.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Confefbras, 2012.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confefbras, 2014.

MUNDO Neto, Martin; SOUZA, Hildo Meirelles Filho. **Problemas do Crédito Rural sob a ótica da Nova Economia Institucional**. Revista Ciências Gerencias, V.9, n.11, 2015.

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo como alternativa de mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OCB - Portal do Cooperativismo Financeiro 2016. **Sistema Sicoob**. Acesso em <<http://cooperativismodecredito.coop.br>>. Acesso em 01 dez 2016.  
**Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em <[sicedi.com.br](http://sicedi.com.br)>. Acesso em 01 ago 2016.



OCEPAR; Sistema. **Cooperativas Agropecuárias do Paraná: produtos e serviços.** Curitiba: Ocepar, 2008.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População mundial deve atingir 9,6 bilhões em 2050.** 2014. Disponível em < [nacoesunidas.org](http://nacoesunidas.org)>. Acesso em 01 jul.2016.

PAIM, Bruno: **O comportamento dos créditos público e privado no Brasil no Brasil no Brasil, de 2004 a 2011.** Disponível em <[revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2815/3116](http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2815/3116)>. Acesso em 01 dez 2016.

PARKIN, Sara. **O Divergente Positivo: liderança em sustentabilidade em um mundo perverso.** São Paulo: Peirópolis, 2014.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito História da evolução Normativa no Brasil.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PINHO, Diva Bendevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI.** Santo André: Confedbrás, 2004.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.br.undp.org>>. Acesso em 01 abr 2017.

PORTAL BRASIL. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente>>. Acesso em 10 ago 2017.

Portal Cooperativismo Financeiro. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br>>. Acesso em 3 out 2016.

RABELO, Laudemira. **Indicadores de Sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável.** Fortaleza: Prodema, UFC, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Sustentabilidade Social e Desenvolvimento Integral.**, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente Sustentável.** São Paulo: Garamod, 2007.

SCHARDONG, A. **Cooperativas de Crédito: instrumento de organização econômica da sociedade.** Porto Alegre: Rigel, 2002.

SICREDI. Disponível em: <[sicredi.com.br](http://sicredi.com.br)>. Acesso em 1 mar 2017.

SICREDI. Relatório Gerencial 2016. Porto Alegre, 2016.

SICREDISERRANARS. Disponível em: <sicrediserranars.com.br>. Acesso em 1 jul 2017.

SICOOB. Disponível em: <sicoob.com.br>. Acesso em 10 jan 2017.

TOLMASQUIM, MAURICIO T. **Energia Renovável**: hidráulica, biomassa, eólica, solar e oceânica. Disponível em <http://epe.gov.br>. Acesso em 10 ago 2017.

TONI, Ana et al. **Mulheres e Sustentabilidade**. Brasília: Sustentabilidade em Debate, v. 5, n. 2, p. 108-121, 2014.

UNESCO. Disponível em: < [www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br) >. Acesso em 1 mar 2017.

UNICRED. Disponível em: < [UNICRED.com.br](http://UNICRED.com.br) >. Acesso em 1 mar 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WANDERLEY; Pignati. **Avaliação integrada dos impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente**. Estudo Contag. 2008.

WILLIAMS, Richard C. **The Cooperative Movement**: globalization from below. EUA: Regis University, 2007 p. 9 -57.

WOCCU - World Council of Credit Unions. Disponível em: [www.woccu.org](http://www.woccu.org). Acesso em 1 mar 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZIGER. V. **Cooperativismo de Crédito Solidário**: inclusão social e desenvolvimento local. In: Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: BACEN, 2009.

Zucatto, Luis Carlos. **Empreendedorismo cooperativo e interoperação na produção de energia elétrica e de alimentos**: evidências do cooperativismo de eletrificação rural gaúcho. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

## **APÊNDICE I**

### **QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS GESTORES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO SICREDI/RS - EPATA EXPLORATÓRIA**

#### **Contextualização**

Trabalho no SICREDI há 7 anos e sou aluna do Mestrado Profissional da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Busco através deste trabalho identificar a Contribuição do SICREDI na produção de alimentos e energias tradicionais e sustentáveis (Produção sustentável significa gerar alimentos seguros para a saúde humana, com respeito ao meio ambiente, garantindo a segurança do trabalhador e possibilitando o crescimento da economia, tais como produção agroecológica, orgânica, biodinâmica, etc.).

As cooperativas de crédito desempenham papel fundamental no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas e, neste contexto, alinhado com a dificuldade enfrentada atualmente para prover alimentos de qualidade à população, o desenvolvimento de alternativas que assegurem a permanência dos agricultores familiares no campo, bem como o incentivo no emprego de práticas de produção sustentável é fator fundamental para garantir a segurança alimentar nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, busca-se identificar e analisar evidências que demonstrem a importância da contribuição das cooperativas de crédito, como parte do sistema financeiro brasileiro, no fomento desta modalidade de produção.

De posse dos dados levantados neste estudo, será possível evidenciar as boas práticas e a importância dessas ações na proposição, futura, de projetos para incentivo à produção de alimentos e energias, especialmente as de natureza sustentáveis.

**Identificação do Respondente:**

Cooperativa de Crédito:

Nome:

Sexo:

Idade:

Tempo de Empresa:

Cargo:

**Perfil dos Colaboradores:**

Idade Média:

% de homens:

% de mulheres:

Grau de escolaridade: Indicar % com:

\_\_\_ Fundamental Médio

\_\_\_ Superior

\_\_\_ Pós-graduação

\_\_\_ Mestrado e Doutorado

Colaboradores das cooperativas possuem capacitação em programas de sustentabilidade e educação financeira?

Se sim, todos ou um % da equipe?

**Questões**

- 1) Existem registro dos tipos de produção agropecuária dentro do crédito rural?  
( ) Sim: qual a classificação existente e sua participação?  
( ) Não
  
- 2) Em relação ao Associados que tomam Crédito Rural, qual o % (aproximado) de:  
Associados Homens\_\_\_\_\_  
Associadas Mulheres\_\_\_\_\_  
Associação do Casal (pode ser como co-titular da conta\_\_\_\_\_

- 3) Existe registro/controlado do destino do Crédito Rural para a produção de alimentos e energias sustentáveis?  
( ) Sim: Descreva quais  
( ) Não
- 4) Existe registro/controlado da concessão de Crédito Rural destinado à produção de energia limpa? (Energia limpa é aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global, como solar, eólica, etc).  
( ) Sim: Descreva quais  
( ) Não
- 5) Para alguns autores existe um fortalecimento da imagem da mulher relacionada a sustentabilidade, como sensibilidade, compaixão e, ao mesmo tempo, firmeza, justiça e a maneira apropriada de ver a natureza e cuidar da casa e de todas as formas de vida - ecologia, economia e relações sociais. Nesse contexto, qual o percentual de distribuição entre homens e mulheres dentre os tomadores de Crédito Rural?
- 6) Do crédito rural concedido, qual o percentual destinado à agricultura familiar?
- 7) Existem políticas ou ações para beneficiar os associados que utilizam o crédito para produção de alimentos e energias sustentáveis?  
( ) Sim: quais (descrever)  
( ) Não
- 8) Existem ações com outras entidades locais para promover a produção de alimentos sustentáveis na região?  
( ) Sim: quais (descrever)  
( ) Não

9) Existem ações para fortalecer a agricultura familiar e a manutenção das famílias no campo?

Sim: quais (descrever)

Não

10) Os jovens representam 30% da população mundial. Influenciadores e com acesso à informação virgula eles têm demonstrado uma consciência ecológica e colaborativa superior as demais gerações. Na sua cooperativa de crédito existem ações que indiquem a participação dos jovens com a sustentabilidade e a produção de alimentos sustentáveis?

Sim: quais (descrever)

Não

11) As cooperativas representam um importante papel no desenvolvimento local, como sua Cooperativa de Crédito contribui, junto com as autoridades locais, entidades sem fins lucrativos, para a produção de alimentos e energias sustentáveis?

12) Ainda neste contexto, existe relação entre a concessão de crédito rural para mulheres e a produção de alimentos e energias sustentáveis na sua Cooperativa de Crédito? Descreva a existência de casos e/ou indicadores que demostrem essa relação.